



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS

RELATÓRIO & CONTAS 2023

CARAVELA SEGUROS



WWW.CARAVELASEGUROS.PT

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| Mensagem do Presidente do Conselho de Administração | 3 |
| Órgãos Sociais | 5 |
| Relatório de Gestão | 6 |
| 1 Introdução..... | 7 |
| 2 Missão | 7 |
| 3 Enquadramento Macroeconómico..... | 8 |
| 4 Atividade da Caravela..... | 16 |
| 5 Evolução para 2024 | 32 |
| 6 Considerações Finais | 33 |
| Relatório de Governo Societário | 35 |
| Política de Remuneração dos Colaboradores | 45 |
| Demonstrações Financeiras | 49 |
| Demonstração dos resultados | 49 |
| Demonstração do rendimento integral | 51 |
| Demonstração da posição financeira..... | 53 |
| Demonstração de variações do capital próprio | 56 |
| Demonstração dos fluxos de caixa..... | 59 |
| Anexo às Demonstrações Financeiras | 62 |
| Relatório e Parecer do Conselho Fiscal | 136 |
| Certificação Legal de Contas | 139 |

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano de 2024 irá celebrar-se o 10º aniversário da Caravela - Companhia de Seguros, S.A..

Estes 10 anos foram marcados por três etapas distintas:

- 1) A Recuperação (2015/2016), altura em que se testou a adesão do mercado a uma nova proposta de valor e se iniciaram as primeiras transformações organizacionais e incorporação de novos talentos.
- 2) O Programa Digital 2020 (2017/2019) e o primeiro *Private Placement*. A reformulação da composição acionista e aumento de capital foram importantes para o investimento tecnológico no projeto Digital 2020. O aprofundamento das parcerias estratégicas/*Affinities*, a reformulação da estratégia de retalho e o início da abordagem estruturada ao segmento PME's, baseada num novo modelo de gestão de risco, possibilitaram a consolidação do crescimento.
- 3) O Projeto Douro (2020/2025), foi determinado pela ambição de atingir um volume de negócios de 250 milhões de euros. Para alcançar esse objetivo, foi realizado um aumento de capital de 30 milhões de euros no final de 2019 e entrou no capital o *Private Equity Tosca Fund*.

O início do projeto ficou desde logo marcado pela Pandemia de Covid-19, obrigando a uma constante readaptação das ações desenvolvidas.

Já após a ultrapassagem da Pandemia, surgiram a Guerra da Ucrânia e, mais recentemente, a instabilidade no Médio Oriente, que se traduziu numa elevada volatilidade das taxas de juro, consequência de um nível de inflação que em alguns momentos atingiu os dois dígitos.

Esta realidade deu origem à procura de novas soluções, das quais o desenvolvimento da estratégia de MGA's e a reorganização comercial foram as consequências mais visíveis. Essas medidas permitiram atingir, em 2023, um volume de negócios de 160 milhões de euros, um nível de produtividade superior a um milhão de euros por colaborador, um resultado líquido superior a 7 milhões de euros e um *bookvalue* de 67 milhões de euros.

O ano de 2024 marca a segunda fase do projeto, lançando o projeto Douro II. Esta continuidade para além de 2025 tem como pressupostos mais relevantes:

- 1) A afirmação da Caravela como um *player* europeu no desenvolvimento de MGA's, destacando, em 2023, a performance atingida em França na parceria com a Dune e na Grécia na parceria com a Brokins. Para 2024, os mercados de Espanha, Países Baixos, Itália e o reforço em França e na Grécia são as prioridades.

- 2) A evolução do modelo de retalho para um modelo colaborativo multicanal, conjugando o B2B2C com o B2B e o B2C numa estratégia coerente e em harmonia. A consolidação do nosso modelo de distribuição e as ferramentas desenvolvidas no âmbito do MyCaravela são algumas das nossas vantagens competitivas.
- 3) A consolidação da Caravela no mercado de PME's, através dos nossos parceiros estratégicos e do aprofundamento da nossa participação estratégica no Grupo Your é um objetivo para 2024/2025.

O ano de 2023 ficou também marcado pela adoção para a regra contabilística IFRS-17e IFRS-9, tendo a transição sido conseguida com sucesso.

Agradecemos a todos os *stakeholders* que compõem o nosso ecossistema o apoio e a contribuição para o desenvolvimento da atividade da Caravela, com particular destaque ao Grupo EXIS, à M24 e à Trueclinic, pois souberam não só interpretar o modelo operacional da Caravela, como têm contribuído com inovação e qualidade de serviço para a melhoria da “Experiência do Cliente”.

Estas realizações têm como principais artífices o conjunto de colaboradores da Caravela, que com sua dedicação e empenho têm sabido contornar os obstáculos que vão aparecendo na rota.

Uma palavra de destaque aos empresários da mediação de seguros que temos connosco na nossa viagem e que são cada vez mais e com um maior vínculo ao projeto.

Agradecemos à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a colaboração e as sugestões apresentadas no acompanhamento da atividade da Caravela.

Uma nota final de apreço aos acionistas da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio que têm dado ao projeto, cujo objetivo maior é proporcionar aos clientes uma nova experiência no que respeita a seguros, marcado pela inovação e pela resposta aos novos desafios.

Entrando na segunda década de viagem, a Caravela continuará a afirmar o seu carácter e o seu espírito inovador!

Luís Cervantes

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2023, a composição dos Órgãos Sociais da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. é a seguinte:

Assembleia Geral

- **Presidente** - Nuno Miguel Marques dos Santos Horta
- **Secretário** - Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcamo Lobo

Conselho de Administração

- **Presidente** - Luís Filipe Sampaio Cervantes
- **Vice-Presidente** - David Angulo Rubio
- **Vogal** - Fabrizio Cesário
- **Vogal** - Félix Serrano Sanchez Carrillejo
- **Vogal** - George Koulouris
- **Vogal** - Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa
- **Vogal** - José Paulo de Castro Trigo

Conselho Fiscal

- **Presidente** - Manuel Augusto Lopes de Lemos
- **Vogal** - José António Truta Pinto Rabaça
- **Vogal** - José Elísio Lopes da Silva Quintas - ROC nº 643

Revisores Oficiais de Contas

- **Efetivo** – PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS LDA – SROC nº183, representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC nº 1138.
- **Suplente** – Carlos José Figueiredo Rodrigues, ROC nº1737.



Relatório & Contas 2023

RELATÓRIO DE GESTÃO

1 INTRODUÇÃO

Do ponto de vista global, apesar de se manter a tendência de desaceleração previamente observada, 2023 registou um crescimento económico superior ao esperado. Demonstrou ser um ano surpreendentemente resiliente, mesmo com a intensificação do conflito no Médio Oriente e com os efeitos de acontecimentos de anos anteriores, nomeadamente o impacto da ofensiva russa na Ucrânia e os reflexos das pressões inflacionistas de 2022.

É esperado que a desaceleração do crescimento mundial se mantenha em 2024, sendo o terceiro ano consecutivo de abrandamento económico. Esta situação continuará a ter reflexos no abrandamento dos mercados de trabalho, na redução das reservas de poupança, na diminuição da procura latente de serviços, nos efeitos desfasados das restrições de política monetária e nos esforços de consolidação orçamental.

Relativamente ao mercado segurador nacional, este apresentou um volume da produção de seguro direto de cerca 11,8 mil milhões de euros tendo registado uma variação negativa de 2% em relação a 2022.

Esta evolução negativa, que já se vinha a sentir, resultou das quebras de produção do segmento Vida que registou uma variação do volume de produção de -14,21%, face ao período homólogo. Contrariamente, o segmento Não Vida registou um crescimento de 10,20% face ao ano anterior, crescimento que já se vem a sentir nos últimos nove anos.

A Caravela - Companhia de Seguros, S.A. continuou o seu percurso de crescimento orgânico e consolidado, baseado num significativo conhecimento do mercado segurador português e suportado em projetos inovadores de parcerias internacionais. Este crescimento fica expresso num volume de prémios brutos emitidos de 160,26 milhões de euros no final do exercício, o que representou um crescimento de 22,5% em relação a 2022.

Este crescimento, aliado ao esforço de desenvolvimento tecnológico e à melhoria contínua de processos, permitiu continuar a melhorar os níveis de produtividade da Caravela. Em termos de produtividade, medida pelo volume de prémios brutos emitidos por trabalhador, houve uma melhoria de 15,20% em relação a 2022.

2 MISSÃO

A Caravela, além do objetivo de apoiar a construção de uma sociedade sustentável, tem por missão defender valores fundamentais como sejam o profissionalismo, a integridade, a confiança, o rigor e a dedicação, assentes em parcerias com a mediação de qualidade e com todos os seus fornecedores e colaboradores sob o signo de sentimentos de pertença e partilha, para bem servir a comunidade na importante área da assunção de riscos.

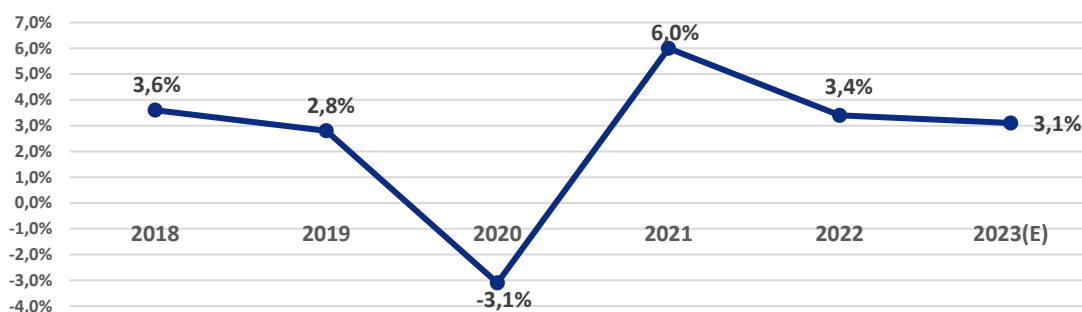
3 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

3.1 Conjuntura Internacional¹

Após uma forte desaceleração da economia mundial em 2022, o ano de 2023 ficou marcado por alguma recuperação tendo o ritmo da desaceleração abrandado ligeiramente. O ano de 2023 foi especialmente afetado pelo conflito no Médio Oriente, refletindo o aumento dos riscos geopolíticos e a incerteza nos mercados de matérias-primas, de grande importância para a economia mundial devido ao seu elevado nível de comercialização e baixa industrialização. A intensificação do conflito no Médio Oriente surge num momento em que a economia mundial continua a enfrentar os efeitos persistentes dos acontecimentos dos últimos anos, como a pandemia de COVID-19, a Guerra da Rússia contra a Ucrânia, o aumento generalizado da inflação e a consequente pressão acentuada nas condições monetárias globais.

De acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), é estimado um crescimento do produto interno bruto mundial na ordem de 3,1%, representando um ligeiro decréscimo face aos 3,4% registados em 2022.

Evolução do PIB Mundial



A inflação mundial diminuiu substancialmente em 2023. De forma mais rápida do que inicialmente esperado, esse abrandamento da inflação fez-se sentir nos preços da energia e dos produtos alimentares, que beneficiaram da desaceleração da procura dos consumidores por bens e da recuperação das cadeias de abastecimento de bens mundiais. O crescimento das economias avançadas mostrou-se resistente durante a maior parte do ano, enquanto as

¹ Fonte:

Fundo Monetário Internacional (janeiro 2024) – “World Economic Outlook, January 2024”. Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/01/30/world-economic-outlook-update-january-2024>

European Central Bank (No. 8 January 2024) – “Economic Bulletin”. Disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/documents/2024-01/ecb_eb_2023n8_pt.pdf (pp.3)

Global Economic Prospects – janeiro 2024 - <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>

economias emergentes continuam com uma fraca recuperação, não tendo ainda ultrapassado na totalidade a recessão induzida pela crise pandémica em 2020.

No início de 2023 verificou-se uma recuperação da economia mundial, impulsionada pela reabertura da China, pela diminuição dos custos energéticos e pela moderação da quebra nas cadeias de abastecimento globais. Os Estados Unidos da América, Japão e China foram os países que lideraram o crescimento do PIB. Ao longo do ano o crescimento foi moderado, mas estável, onde o consumo privado se apresentou robusto e o mercado de trabalho conseguiu adaptar-se.

Particularizando algumas economias, destacam-se:

- Os Estados Unidos, com crescimento da economia estimado em cerca 2,5%, apesar do aumento das taxas de juro e das condições restritivas de acesso ao crédito. O país registou uma redução da inflação devido à diminuição do desemprego, melhoria das cadeias de abastecimento e queda dos preços do petróleo. Estima-se que em 2024 a economia dos Estados Unidos deverá desacelerar para 1,6% mantendo-se as taxas de juro elevadas restringindo a atividade.
- Na China é estimado um crescimento do PIB na ordem dos 5,2%. Verificou-se um impulso ao consumo no início do ano, devido ao levantamento das medidas de contenção da COVID-19, que se revelou de mais curta duração face ao expectável. Intensificou-se a recessão no setor imobiliário e um crescimento global fraco no investimento em infraestruturas. Apesar da implementação de medidas de estímulo ao consumo, como redução de taxas de juro e requisitos de depósito para compras de imóveis, tanto o consumo interno como as exportações mantiveram-se fracas. Prevê-se que o crescimento económico da China abrande para 4,6% em 2024 e 4,1% em 2025.
- No Japão verificou-se um crescimento da economia em cerca 1,8% impulsionado pela procura pós-pandemia e pela recuperação nas exportações de automóveis e no turismo externo. Registou-se, ainda, uma desaceleração da inflação e uma recuperação dos salários reais. Estima-se que a economia do Japão irá desacelerar nos próximos dois anos, com previsões de crescimento de 0,9% em 2024 e 0,8% em 2025.
- No Reino Unido o crescimento do PIB manteve-se inalterado. No entanto, as restrições da política monetária estão, cada vez mais, a afetar o investimento privado e a procura interna. A inflação global desceu de forma acentuada no mês de outubro, para 4,6%, uma redução de 2,1% em comparação com setembro, devido ao impacto das alterações dos preços dos produtos energéticos. As perspetivas para 2024 indicam que a inflação continue a diminuir gradualmente.

Na zona euro, o crescimento abrandou consideravelmente em 2023, atingindo cerca de 0,4%. O aumento dos preços de energia, em grande parte relacionados com a guerra na Ucrânia, teve um forte peso na contração dos gastos das famílias e nas atividades das empresas, em

especial na Alemanha e no setor da indústria. A recessão verificada no final de 2023 refletiu a fragilidade da economia da zona euro, estendendo-se, em especial, ao setor de serviços, devido ao declínio das exportações e à fraca procura externa. Estima-se que em 2024, o crescimento da economia da zona euro se mantenha em níveis baixos (0,7%).

Em resumo, estima-se que o crescimento nas principais economias mundiais tenha sido mais forte do que o esperado no segundo semestre de 2023, tanto nos Estados Unidos como em diversos mercados emergentes e em desenvolvimento. Excetua-se a zona euro, onde o crescimento foi moderado, refletindo os efeitos persistentes dos elevados preços da energia, o enfraquecimento da indústria transformadora e os baixos níveis de investimento das empresas, sensíveis ao aumento das taxas de juro.

Para 2024, a previsão é que o crescimento mundial se mantenha em 3,1%, aumentando de forma moderada em 2025, para 3,2%. O crescimento estará abaixo da média anual histórica dos últimos anos, situada em 3,8%, reflexo das políticas monetárias restritivas, da redução dos apoios fiscais e da baixa produtividade implícita ao crescimento. Estima-se ainda que o crescimento das economias avançadas registe um ligeiro declínio em 2024, com uma recuperação na zona euro abaixo do crescimento de 2023 e uma moderação do crescimento dos Estados Unidos. Em relação às economias de mercados emergentes e economias em desenvolvimento a previsão é que o crescimento económico se mantenha estável.

Em 2023, a estimativa da inflação mundial situa-se em 6,8% (média anual), prevendo-se uma queda em 2024 para 5,8% e em 2025 para 4,4%. A diminuição da inflação deverá ter maior expressão nas economias avançadas do que nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento.

3.2 Conjuntura Nacional²

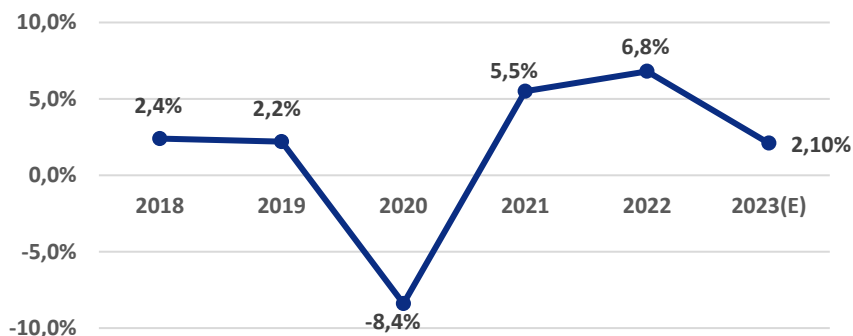
O crescimento da economia portuguesa deverá, em 2023, situar-se nos 2,1%, representando um resultado positivo. No entanto, é substancialmente inferior quando comparado com os crescimentos que se registaram nos anos anteriores, 6,8% em 2022 e 5,5% em 2021, aproximando-se de níveis registados pré-pandemia.

² Fonte:

Banco de Portugal (dezembro 2023) – “Boletim Económico”.

Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2024”.

Evolução do PIB em Portugal



A atividade económica nacional demonstrou ser resiliente em 2023, no entanto, com sinais de abrandamento. Verificou-se que durante o ano a economia portuguesa apresentou uma estagnação no segundo e terceiro trimestres, enquanto no quarto trimestre é esperado um baixo crescimento. Esta evolução é o reflexo da fraca procura externa e os efeitos cumulativos da inflação e das maiores restrições da política monetária. A subida das taxas de juros tem um impacto negativo mais rápido no setor industrial em comparação com o setor de serviços. Apesar do abrandamento do emprego registado recentemente, o setor de serviços demonstra uma maior resistência, refletindo-se favoravelmente no mercado de trabalho.

A inflação teve uma trajetória decrescente acentuada ao longo de 2023, tendo atingido os 2,6% no último trimestre, refletindo-se nos preços do consumidor com a redução de custos de produção. Verificou-se ainda um aumento do rendimento disponível das famílias em cerca de 0,9% em 2023.

Relativamente ao investimento, este registou um fraco crescimento em 2023, sendo essencialmente condicionado pelas taxas de juro mais elevadas e pela estagnação tanto da atividade interna quanto externa. As exportações, especialmente de bens, apresentaram uma queda devido à fraca procura dos principais parceiros comerciais.

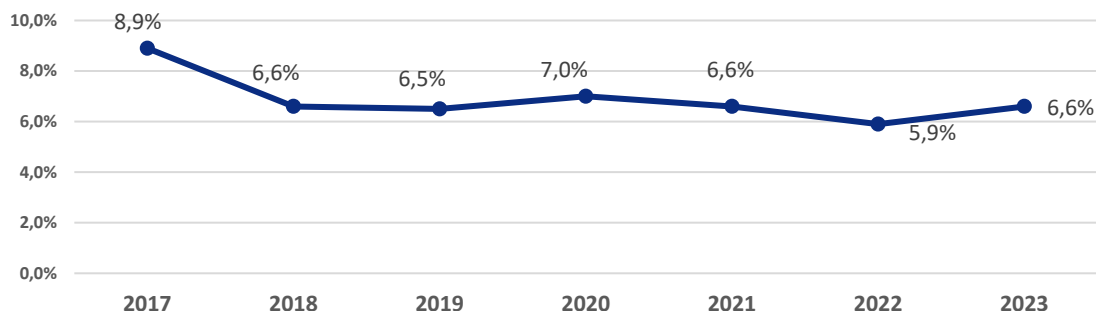
A procura interna foi essencialmente sustentada pelo consumo privado, contribuindo para o crescimento da economia nacional, tendo crescido 1,2% face ao período homólogo. Este crescimento refletiu-se positivamente no consumo de bens duradouros e de bens alimentares. Apesar de um contexto de inflação ainda elevada, com forte impacto no poder de compra das famílias e no aumento dos encargos do crédito à habitação, o desempenho do consumo privado deveu-se ao comportamento do mercado de trabalho e às medidas políticas de apoio às famílias. No entanto, assim como no período homólogo, continuou a verificar-se uma redução do rendimento real disponível das famílias face ao aumento das despesas de consumo final, sendo sustentado pela redução da poupança acumulada.

O défice orçamental em 2023 diminuiu face ao período homólogo, com um crescimento de 13% na receita e de 9,3% na despesa. No que diz respeito à dívida pública verifica-se uma diminuição acentuada, na ordem dos -7 mil milhões de euros, que já se vinha a sentir desde 2022. O esforço de reduzir o peso da dívida pública no PIB contribui positivamente para a economia nacional, pois a perceção externa ao risco melhorou, a resistência a choques aumentou e os custos de financiamento são mais baixos devido à diminuição dos juros suportados pelo Estado. Esta redução da dívida pública permite assim uma libertação do espaço orçamental para adoção de outras medidas de apoio à economia e às famílias. Estima-se que a trajetória de redução da dívida pública deverá manter-se em 2024, atingindo um rácio inferior a 100% do PIB (98,9%).

A inflação desacelerou face ao período homólogo que tinha atingido os 10,1% em outubro de 2022, fixando-se nos 6,1% no primeiro semestre de 2023. Essa trajetória de desaceleração dos preços dos bens foi especialmente definida pela queda no índice de preços dos produtos energéticos, contribuindo para a evolução total do índice de preços de consumidor nas classes relativas ao transporte e habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis. Por outro lado, as classes de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas apresentaram um crescimento de preços no primeiro semestre do ano. Enquanto na zona euro os produtos alimentares foram o principal determinante na inflação, em Portugal os serviços contribuíram mais para a evolução da inflação. Tendo a inflação atingido os 2,6% no último trimestre de 2023, estima-se que ao longo de 2024 a inflação deverá apresentar valores temporariamente mais elevados, convergindo para 2% em 2025.

No decorrer de 2023 o mercado de trabalho mostrou-se estabilizado, mas com sinais de moderação. Apesar de, no primeiro semestre de 2023, a taxa de desemprego se ter situado em 6,6%, verificou-se um aumento da população ativa, acompanhada por um maior dinamismo da população empregada e por um decréscimo da população inativa. O desajustamento entre a oferta e procura de trabalho tem sido reportado como um problema pelas empresas nacionais, especialmente na área da construção, que têm dificuldades acrescidas nas contratações de mão de obra qualificada. Sendo expectável que, perante uma moderação do ritmo de crescimento da economia, as empresas optem por reter os trabalhadores, reduzindo as ofertas de trabalho disponíveis.

Evolução da taxa de desemprego em Portugal



As projeções para a economia portuguesa em 2024 apontam para uma desaceleração do crescimento do PIB na ordem dos 1,2%, seguida por uma recuperação nos anos seguintes, com um crescimento de 2,2% para 2025 e de 2,0% para 2026. Estas previsões contemplam o contexto atual, ainda marcado pelas implicações das tensões geopolíticas das guerras na Ucrânia e no Médio Oriente, bem como pela incerteza do desenvolvimento futuro dos preços e das respostas dos agentes económicos ao aumento das restrições da política monetária. O prolongamento e eventual intensificação dos conflitos podem refletir-se novamente numa pressão inflacionista sobre os bens energéticos e alimentares. No entanto, dada a implementação de novas medidas políticas como a diminuição da carga fiscal no IRS e aumento dos salários na função pública, prevê-se uma melhoria contínua do rendimento e do poder de compra das famílias.

Estima-se ainda que a economia portuguesa deverá continuar a crescer acima da área do euro entre 2024-2026 devido a um maior crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das exportações, traduzindo-se em oportunidades ao investimento no país.

3.3 Sistema Financeiro³

Em 2023 a economia da zona euro foi afetada pelas condições de financiamento mais restritivas e pela fraca procura externa. As taxas de juro mais elevadas tiveram um impacto significativo na construção e indústria transformadora, estimando-se que o setor de serviços também seja afetado nos próximos meses. Muito influenciado pelos efeitos da atividade industrial deficitária, do abrandamento dos efeitos da reabertura da economia e do impacto

³ Fonte:

Banco de Portugal (dezembro 2023) – “Boletim Económico”.

European Central Bank (No. 8 January 2024) – “Economic Bulletin”. Disponível em

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/documents/2024-01/ecb_eb_2023n8_pt.pdf (pp.3)

Fundo Monetário Internacional (janeiro 2024) – “World Economic Outlook, January 2024”. Disponível em

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/01/30/world-economic-outlook-update-january-2024>

Global Economic Prospects – janeiro 2024 - <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>

das condições de financiamento mais restritivas. Verificou-se ainda um aumento de 0,2% nas pessoas empregadas durante o terceiro trimestre, refletindo uma redução na oferta de postos de trabalho.

Apesar dos indicadores para o quarto trimestre de 2023 apontarem para que a economia permaneça fraca, as perspetivas para o início de 2024 indicam um crescimento da economia. Esse crescimento será o reflexo do aumento do rendimento disponível real das famílias, sustentado pelo crescimento dos salários, descida da inflação e manutenção do emprego, estimando-se ainda a melhoria da procura externa com o crescimento das exportações. No entanto, verifica-se que estas perspetivas de crescimento poderão ser afetadas pelo impacto das restrições da política monetária do Banco Central Europeu e das condições de acesso ao crédito adversas.

Em 2023 verificou-se uma queda generalizada da inflação na zona euro, em especial nos meses de outubro e novembro. Apesar de permanecer elevada, essa redução foi sentida tanto nos preços dos produtos energéticos como dos produtos alimentares. A previsão para 2024 é que a inflação continue em queda, em torno dos 2%, mas de forma mais lenta quando comparado com 2023, devido novos efeitos base crescentes e à suspensão de medidas orçamentais dirigidas a combater os efeitos sobre os preços dos produtos energéticos.

No que diz respeito aos mercados cambiais, a moeda euro registou uma depreciação de 0,3% face às 41 moedas dos principais parceiros comerciais da zona euro. Face ao dólar dos Estados Unidos o euro depreciou 0,5%.

Relativamente ao saldo orçamental das administrações públicas do euro, estima-se que registará uma ligeira melhoria ao longo do tempo. Em 2023, o PIB terá diminuído para 3,1%, continuando a diminuir em 2024 para 2,8% e em 2025 para 2,7%. Estima-se ainda que o rácio da dívida pública em relação ao PIB da zona euro continue a descer, atingindo o nível anterior à pandemia.

3.4 Tendências do setor segurador e perspetivas de evolução⁴

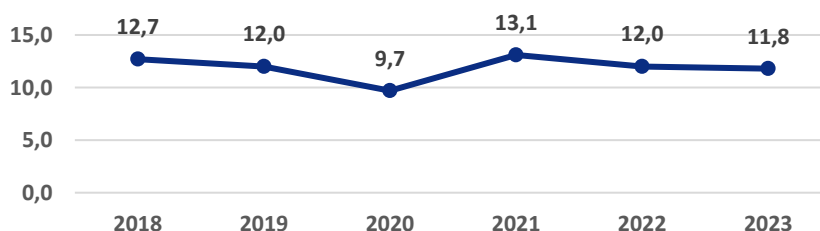
Em 2023 o volume da produção de seguro direto foi de cerca de 11,8 mil milhões de euros, tendo registado uma variação negativa, face a 2022, de 2%. Confirma a tendência de declínio já registada em 2022 face à anuidade anterior.

⁴ Fonte:

ASF - Prémios de Seguro Direto da Atividade Seguradora 2023

APS – Produção de Seguro Direto da Atividade Seguradora 2023, Segurdata, a 2023.12

Evolução da produção de seguro direto em mil milhões de euros



Ao analisarmos os ramos Vida e Não Vida separadamente, verificamos que o ramo Vida foi o que contribuiu para este decréscimo de produção de seguro direto. Enquanto o ramo Não Vida cresceu 10,20%, o ramo Vida, devido ao contexto prolongado de baixas de juro nos produtos financeiros, registou uma variação de -14,21% face ao período homólogo, que já tinha registado uma variação negativa em relação a 2021 (-21,8%). Mais uma vez, verifica-se que a modalidade de “Seguros e Operações Vida Ligados a Fundos de Investimento” foi a que registou a maior queda, de 1,688 mil milhões de euros, representando uma variação de -53,88% em relação a 2022. No entanto, a modalidade de “Não Ligados a Fundos de Investimento” atingiu os 3,7 mil milhões de euros, traduzindo-se numa variação positiva de 28,53%.

Em 2023, o ramo Não Vida volta a ter maior peso na distribuição da quota de mercado, representando 56,3%, com um volume da produção de seguro direto de cerca de 6,6 mil milhões de euros, enquanto o ramo Vida representa os restantes 43,7%, com um volume de produção de seguro direto na ordem dos 5,1 mil milhões de euros. Em comparação com o período homólogo, o ramo Não Vida registou uma variação positiva de 10,20%, mantendo um crescimento sustentado ao longo dos últimos 9 anos.

Nos principais ramos do subsetor Não Vida, registaram-se as seguintes evoluções:

⇒ O ramo Automóvel registou um crescimento superior aos últimos três anos, na ordem dos 5,78%, cuja produção ultrapassou os dois mil milhões de euros. Esse crescimento sentiu-se essencialmente nas coberturas de danos próprios. Este segmento representou em 2023 cerca de 17,77 % da produção total de seguro direto e 31,55 % do ramo Não Vida;

⇒ O ramo Doença manteve a propensão de crescimento dos últimos anos, com uma produção de cerca de 1,3 mil milhões de euros, traduzindo-se numa variação de 16,71% face a 2022. Este segmento representou em 2023 cerca de 11,43 % da produção total de seguro direto e 20,29% do ramo Não Vida, muito impulsionado pelo aumento da população segura;

⇒ O ramo Acidentes de Trabalho manteve a tendência de crescimento já observada nos anos anteriores, com uma variação positiva de 11%, que se traduz numa produção acima

dos 1,140 mil milhões de euros. Esse crescimento foi influenciado pelo aumento da massa salarial da população segura;

⇒ O ramo Incêndio e Outros Danos manteve igualmente um crescimento na ordem dos 10,09%, com uma produção total na ordem dos 1,180 mil milhões de euros, crescimento esse muito determinado pelos seguros de multiriscos habitação;

⇒ O ramo Responsabilidade Civil Geral apresentou um crescimento de 7,69%, com uma produção total de 195 milhões de euros;

⇒ O ramo Diversos cresceu cerca de 21,24%, representando maior expressão os seguros de perdas pecuniárias diversas, proteção jurídica e assistência;

⇒ Os ramos de menor expressão, Marítimo e Transportes, Aéreo e Mercadorias transportadas, foram os que sofreram decréscimos face ao período homologo, -0,70%, -19,94% e -26,74% respetivamente. Estes representam cerca de 0,83% da produção total do ramo não vida.

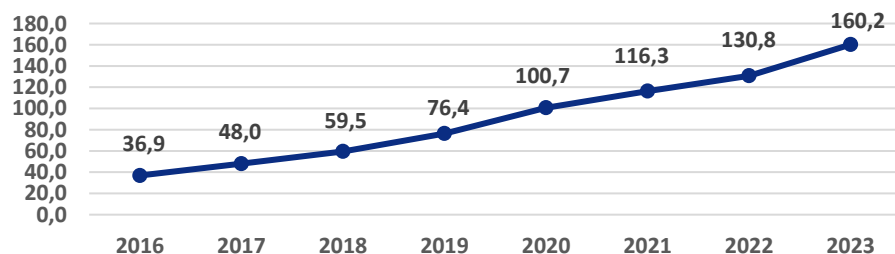
4 ATIVIDADE DA CARAVELA

4.1 Principais Indicadores

A atividade da Caravela tem-se caracterizado, nos últimos anos, por um significativo e constante aumento da produção, um firme e sustentado equilíbrio dos seus indicadores de gestão e por um considerável crescimento dos resultados.

Nas rubricas de ganhos e perdas, os prémios brutos emitidos de seguro direto, líquidos de estornos e anulações, apresentaram um forte crescimento, de 22,5%, mantendo a tendência dos últimos anos e terminando 2023 com um total de 160.255 milhares de euros:

Evolução da produção de seguro direto em milhões de euros



Importa referir que a taxa de sinistralidade, líquida de resseguro, apresentou um decréscimo de 0.13 p.p., face ao ano anterior.

Quanto às componentes do balanço, é de notar que o peso dos passivos de contratos de seguro, que agora representam 89,2% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, com uma variação de -4,9% face ao ano anterior. Essa situação é resultado do forte crescimento da Companhia.

Relativamente ao Capital Próprio, cresceu cerca de 21,9%, face ao período homólogo.

O resultado líquido foi de 7.013 milhares de euros, representando 4,4% dos prémios brutos emitidos, dando continuidade aos bons resultados registados desde 2015.

Quanto ao rácio combinado verifica-se uma ligeira diminuição do mesmo, atingindo os 92,5%, com um decréscimo de 0,7%, face a 2022. Realça-se que para além da diminuição do rácio de sinistralidade, houve um decréscimo do rácio de exploração em 0.12 p.p.

A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 17 – Contratos de seguros, é um normativo contabilístico emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que trata do reconhecimento, da mensuração, da apresentação e da divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. Esta IFRS tem como principal objetivo garantir aos utilizadores das demonstrações financeiras maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros. Em Portugal, a IFRS 17 irá entrar em vigor a 1 de janeiro de 2023, sendo exigida informação comparativa de pelo menos um ano.

As principais alterações são visíveis na conta de ganhos e perdas deixando de se mencionar o volume de prémios brutos emitidos, utilizando o conceito de Réditos de Contratos de Seguros, que na prática, no caso da Caravela, por utilizar o modelo PAA (*Premium Allocation Approach*), são os Prémios Adquiridos da anterior IFRS 4. Também do lado dos custos com contratos de seguro passou a ser utilizado o conceito de Gastos de Contratos de Seguro que englobam as anteriores rubricas de custos com sinistros – montantes pagos, custos com sinistros – variação de provisões e custos de aquisição e outros custos atribuíveis aos contratos de seguro. A parte relacionada com o Resseguro Cedido segue idêntica metodologia e no conjunto estas quatro rubricas compõem o Resultado de Contratos de Seguro que equivale ao anterior conceito de Resultado Técnico. Esta nova metodologia assenta em valores económicos para estas rubricas através da aplicação de modelos aos vários fluxos de caixa relacionados com os contratos de seguros.

No quadro seguinte discriminam-se os principais indicadores da Companhia:

Indicadores sintéticos

U: Milhares de euros

| | 2023 | 2022 | VAR 23/22% |
|---|---------|---------|------------|
| Balanço | | | |
| Ativo líquido | 234 103 | 197 403 | 18,6% |
| Capital próprio | 67 367 | 55 269 | 21,9% |
| Provisão para prémios não adquiridos | 27 671 | 25 322 | 9,3% |
| Passivos de contrato de seguro de serviços passados | 123 807 | 102 533 | 20,7% |
| Passivos de contrato de seguro de serviços passados, líquidos de contratos de resseguro | 69 340 | 56 368 | 23,0% |
| Passivos de contratos de seguro | 142 881 | 122 588 | 16,6% |
| Ganhos e Perdas | | | |
| Prémios brutos emitidos de seguro direto | 160 255 | 130 816 | 22,5% |
| Réditos de contratos de Seguro, líquidos de gastos de contratos de resseguro | 131 685 | 106 645 | 23,5% |
| Gastos de contratos de seguro | 145 921 | 127 760 | 14,2% |
| Gastos de contratos de seguro, líquidos de resseguro | 121 855 | 99 398 | 22,6% |
| Custos Operacionais | 38 728 | 32 273 | 20,0% |
| Rendimentos | 3 966 | 1 259 | 214,9% |
| Resultado líquido | 7 013 | 2 829 | 147,9% |
| Indicadores | | | |
| Prémios brutos emitidos / nº de empregados | 1 076 | 934 | 15,2% |
| Taxa de sinistralidade de seguro direto | 72,8% | 78,1% | -6,7% |
| Taxa de sinistralidade líquida de resseguro | 68,7% | 68,6% | 0,2% |
| Resultado líquido / prémios brutos emitidos | 4,4% | 2,2% | 102,4% |
| Provisão para sinistros / prémios brutos emitidos | 77,3% | 78,4% | -1,4% |
| Passivos de contratos de seguro / prémios brutos emitidos | 89,2% | 93,7% | -4,9% |
| Resultado líquido / capital próprio | 10,4% | 5,1% | 103,4% |
| Resultado líquido / capital social | 15,8% | 6,4% | 147,9% |
| Rácio combinado | 92,5% | 93,2% | -0,7% |

4.2 Gestão Técnica

4.2.1 Produção e Apólices

A Caravela encerrou o exercício de 2023 com um volume de prémios brutos emitidos (PBE) de 160,26 milhões de euros, o que representa um acréscimo de produção de 29,44 milhões de euros e uma taxa de crescimento de +22,5%, comparativamente com o período homólogo.

De referir que a quota de mercado, incluindo a atividade em Portugal e no Estrangeiro, cresceu de 2,1% em 2022 para 2,3% em 2023.

O crescimento orgânico e consolidado, assente numa rigorosa e criteriosa subscrição de riscos orientada para a rentabilidade de todos os ramos, mantém-se sustentado na preservação do segmento de retalho, no forte crescimento no segmento de empresas e no alargamento da atividade comercial no estrangeiro.

Esta excelente tração foi transversal a todos os ramos, verificando-se, no entanto, que o segmento de Acidentes e Doença (+31,3%) foi o principal impulsionador deste aumento, com a contribuição especial do ramo Acidentes Pessoais (+53,1%), do ramo Acidentes de Trabalho (+31,1%) e do ramo Saúde (+12,0%).

Importa referir ainda, os destacados crescimentos do ramo Incêndio e Outros Danos (+24,0%) e do ramo Automóvel (+18,0%).

Embora com resultados menos relevantes, os restantes ramos, nomeadamente, Responsabilidade Civil (+13,3%) e Marítimo e Mercadorias Transportadas (+1,1%), apresentam crescimentos positivos.

Foi mantida a boa performance, transversal a todos os ramos considerados estratégicos.

Este crescimento está suportado no serviço diferenciado e qualificado e na continuidade da estratégia definida e que se baseia:

- Para o segmento de retalho, no desenvolvimento das plataformas de subscrição digital e no alargamento e consolidação da rede de distribuição;
- Para o segmento de empresas, na consolidação dos modelos de subscrição, distribuição e gestão proativa da carteira.

Também contribuiu para o crescimento da carteira, em particular no ramo Incêndio e Multiriscos e no ramo Automóvel, o desenvolvimento da atividade comercial no estrangeiro.

No quadro seguinte, é apresentada a estrutura e variação dos prémios brutos emitidos por ramos em 2022 e 2023:

Estrutura e variação da produção

U: Euros

| RAMOS | Δ | PBE | |
|-------------------------|--------------|--------------------|--------------------|
| | | 2023 | 2022 |
| Acidentes de Trabalho | 31,1% | 48 109 892 | 36 684 545 |
| Acidentes Pessoais | 53,1% | 1 899 235 | 1 240 696 |
| Automóvel | 18,0% | 88 515 629 | 75 015 686 |
| Incêndio e Multirriscos | 24,0% | 17 863 822 | 14 409 472 |
| Marítimo e Transporte | 1,1% | 377 102 | 372 959 |
| Responsabilidade Civil | 13,3% | 2 178 902 | 1 922 425 |
| Saúde | 12,0% | 1 310 918 | 1 170 019 |
| TOTAL | 22,5% | 160 255 500 | 130 815 803 |

Relativamente à estrutura dos prémios da carteira, a Caravela apresenta a mesma tendência da distribuição verificada no ano anterior, sustentada nos ramos obrigatórios, mantendo a predominância do peso dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, respetivamente 57,5% e 28,8%, totalizando estes dois ramos 86,3% dos prémios em carteira.

No quadro seguinte, é apresentada a estrutura da carteira e o peso por ramos em 2022 e 2023:

Estrutura da carteira em vigor

| RAMOS | CARTEIRA | | | |
|-------------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | 2023 | Peso | 2022 | Peso |
| Acidentes de Trabalho | 45 860 088 | 28,8% | 37 285 203 | 27,2% |
| Acidentes Pessoais | 1 451 985 | 0,9% | 1 207 939 | 0,9% |
| Automóvel | 91 478 234 | 57,5% | 80 656 742 | 58,8% |
| Incêndio e Multirriscos | 15 997 824 | 10,1% | 14 382 789 | 10,5% |
| Marítimo e Transporte | 321 233 | 0,2% | 294 343 | 0,2% |
| Responsabilidade Civil | 1 981 477 | 1,2% | 1 944 325 | 1,4% |
| Saúde | 1 908 032 | 1,2% | 1 372 701 | 1,0% |
| TOTAL | 158 998 873 | 100,0% | 137 144 043 | 100,0% |

Efetuada uma análise ao número de apólices em carteira, mantém-se em 2023 a predominância do peso dos ramos Automóvel e Incêndio e Multirriscos, respetivamente 82,3% e 10,9%, totalizando estes dois ramos 93,5% das apólices em carteira na Caravela.

A redução no número de apólices verificado no ramo Automóvel, resulta do ajustamento tarifário implementado, de modo a contribuir para nivelamento alvo do equilíbrio técnico deste ramo.

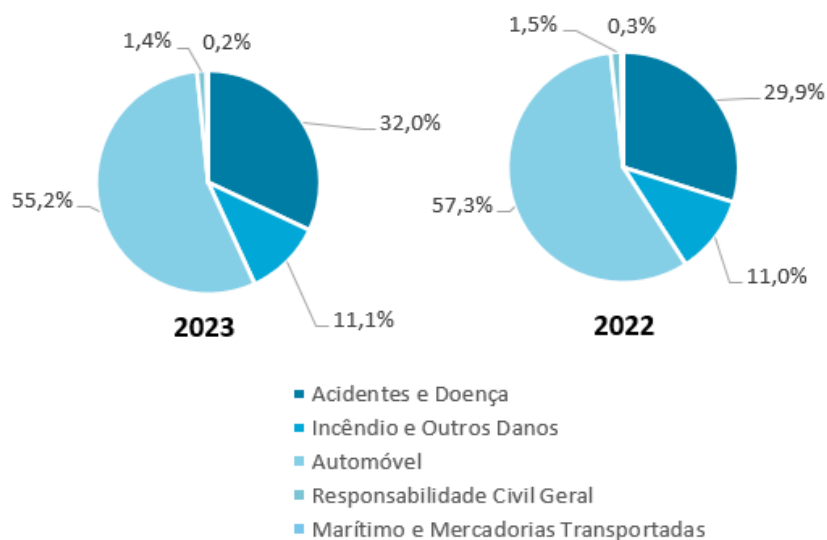
No quadro seguinte, é apresentada a estrutura e número de apólices em vigor, no encerramento dos exercícios de 2022 e 2023:

Distribuição da carteira em número de apólices

| RAMOS | APÓLICES EM VIGOR | | | |
|-------------------------|-------------------|---------------|----------------|---------------|
| | 2023 | Peso | 2022 | Peso |
| Acidentes de Trabalho | 12 413 | 3,6% | 11 447 | 3,2% |
| Acidentes Pessoais | 2 942 | 0,8% | 2 724 | 0,8% |
| Automóvel | 287 020 | 82,3% | 292 454 | 82,7% |
| Incêndio e Multirriscos | 38 119 | 10,9% | 38 836 | 11,0% |
| Marítimo e Transporte | 1 257 | 0,4% | 1 303 | 0,4% |
| Responsabilidade Civil | 5 793 | 1,7% | 5 820 | 1,6% |
| Saúde | 1 344 | 0,4% | 1 050 | 0,3% |
| TOTAL | 348 888 | 100,0% | 353 634 | 100,0% |

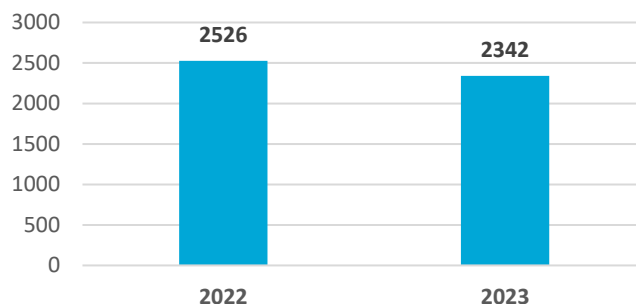
No quadro seguinte, apresenta-se o peso relativo dos Prémios Brutos Emitidos (PBE) dos vários ramos, na estrutura da carteira da Companhia dos exercícios de 2022 e 2023:

ESTRUTURA DA CARTEIRA EM %

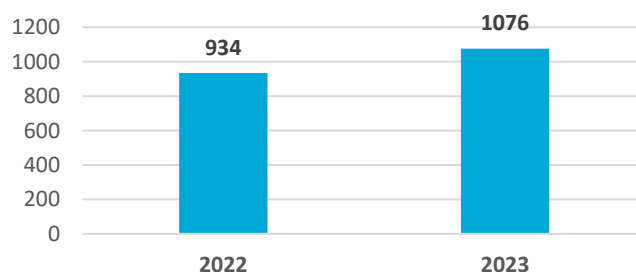


Esta evolução dá continuidade a uma melhoria da performance no que diz respeito à análise da relação apólice por trabalhador:

Número de apólices por colaborador



Prémios Emitidos por colaborador (em milhares de euros)



4.2.2 Sinistros

A taxa de sinistralidade global da Caravela em 2023, calculada sobre prémios adquiridos, atingiu 72,8%, representando uma diminuição de 5.3 p.p., em relação ao exercício de 2022 em que se tinha fixado em 78,1%.

No exercício de 2023, os custos com sinistros apresentaram um aumento de 12,9 % (+13.052 milhares de euros em valor absoluto) em relação ao exercício de 2022, totalizando 114.553 milhares de euros.

Foi o ramo Automóvel que apresentou o maior aumento nos custos, 6.049 milhares de euros (+10,1 %), seguido dos ramos de Acidentes e Doença cujo aumento foi de 4.894 milhares de euros (+16,0 %), sendo estas as linhas de negócio que mais contribuíram para o aumento global dos custos com sinistros.

No segmento de Incêndio e Outros Danos, o aumento nos custos com sinistros de 1.075 milhares de euros (+10,7 %).

Nas linhas de negócio menos representativas, o ramo de Responsabilidade Civil Geral apresentou um aumento de 962 milhares de euros (+182,5 %), enquanto ao nível do ramo Marítimo e Mercadorias Transportadas o aumento foi de 69,8 milhares de euros (+104,0 %). Nestes ramos, ainda que em valores relativos o aumento tenha sido expressivo, a sua contribuição para o aumento da sinistralidade global foi reduzida.

Custos com sinistros

| Custos com Sinistros de Seguro Direto | U: Euros | | |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------|
| | 2023 | 2022 | Δ |
| Acidentes e Doença | 35 582 291 | 30 687 487 | 16,0% |
| Incêndio e Outros Danos | 11 156 616 | 10 081 204 | 10,7% |
| Automóvel | 66 187 815 | 60 138 194 | 10,1% |
| Responsabilidade Civil Geral | 1 489 919 | 527 398 | 182,5% |
| Marítimo e Mercadorias Transportadas | 137 008 | 67 150 | 104,0% |
| Total | 114 553 650 | 101 501 433 | 12,9% |

Para uma análise mais detalhada, no quadro seguinte são apresentadas as taxas de sinistralidade para os diversos grupos de ramos.

Taxa de sinistralidade

| Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos | 2023 | 2022 | Δ |
|---|--------------|--------------|--------------|
| Acidentes e Doença | 70,0% | 78,6% | -10,9% |
| Incêndio e Outros Danos | 64,4% | 75,2% | -14,4% |
| Automóvel | 76,4% | 79,8% | -4,3% |
| Responsabilidade Civil Geral | 68,6% | 28,4% | 141,6% |
| Marítimo e Mercadorias Transportadas | 38,3% | 19,0% | 101,7% |
| Total | 72,8% | 78,1% | -6,7% |

Ao nível dos sinistros ocorridos, o ano de 2023 apresentou um aumento de 15,1 % em relação ao exercício de 2022.

Foi o ramo Automóvel, que em valores absolutos, mais contribuiu para o aumento das ocorrências registadas, com uma variação de 3.892 sinistros (+10,1 %), logo seguido dos ramos de Acidentes e Doença que registaram um aumento de 2.663 processos (+37,1 %).

Os ramos de Incêndio e Outros Danos registaram um aumento de 575 sinistros (+16,1%).

Nos ramos menos representativos, em Responsabilidade Civil Geral a variação foi de 66,7 %, correspondente a um aumento de 434 ocorrências, enquanto no Marítimo e Mercadorias Transportadas foram registados apenas 32 sinistros, menos 16 que no exercício anterior (-33,3 %).

Sinistros abertos

| Processos Abertos por Segmento | U: Euros | | |
|--------------------------------------|---------------|---------------|--------------|
| | 2023 | 2022 | Δ |
| Acidentes e Doença | 9 838 | 7 175 | 37,1% |
| Incêndio e Outros Danos | 4 136 | 3 561 | 16,1% |
| Automóvel | 42 323 | 38 431 | 10,1% |
| Responsabilidade Civil Geral | 1 085 | 651 | 66,7% |
| Marítimo e Mercadorias Transportadas | 32 | 48 | -33,3% |
| Total | 57 414 | 49 866 | 15,1% |

Nota: Não inclui os sinistros de Assistência em Viagem

No ano de 2023, o número de apólices em vigor decresceu ligeiramente, -1,3% em relação ao exercício anterior, enquanto a oscilação ao nível dos sinistros foi de 15,1 %, representando, portanto, um aumento da taxa de frequência.

Assim, o exercício de 2023 foi encerrado com uma taxa de frequência de sinistros global de 16,3%, 14,3% acima do verificado em 2022.

No ramo Automóvel, o mais representativo de todas as linhas de negócio, o aumento da taxa de frequência foi de 9,5%.

Frequência de sinistralidade

| Frequência de Sinistralidade por Segmento | U: Euros | | |
|---|---------------|---------------|--------------|
| | 2023 | 2022 | Δ |
| Acidentes e Doença | 61,72% | 49,23% | 25,4% |
| Incêndio e Outros Danos | 10,74% | 9,14% | 17,6% |
| Automóvel | 14,61% | 13,34% | 9,5% |
| Responsabilidade Civil Geral | 18,69% | 11,36% | 64,5% |
| Marítimo e Mercadorias Transportadas | 2,50% | 3,66% | -31,6% |
| Total | 16,35% | 14,30% | 14,3% |

4.2.3 Resseguro

Na política de resseguro da Caravela existem Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como Resseguro Facultativo e outras modalidades de Resseguro adequadas à proteção dos riscos aceites.

O programa de resseguro, aprovado pela Caravela para o ano de 2023, sofreu uma pequena alteração na sua estrutura quando comparado com o ano anterior, em relação aos Resseguradores de 2022 envolvidos nos seus tratados, tendo-se verificado a saída de um Ressegurador e a entrada de um novo Ressegurador, apenas nos ramos Automóvel e Responsabilidade Civil Geral.

No que respeita aos tratados proporcionais, que englobam os ramos de Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Mercadorias Transportadas e Engenharia, manteve-se a retenção na quota-parte e o limite de excedente negociado em 2022.

Relativamente aos tratados de Excesso de Perdas, que cobrem os ramos de Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil Geral não sofreram qualquer alteração ao nível da prioridade, nem ao nível das capacidades, mantendo-se o limite anual agregado no Tratado Automóvel - Danos Próprios.

Os Resseguradores envolvidos são selecionados tendo em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, assim como a sua prestação de serviços, acompanhamento e disponibilidade apresentada. Neste seguimento decidiu-se manter a Nacional Re como líder, na maioria dos tratados, com 40% de participação.

Desta forma, nas renovações dos tratados, o rating mínimo exigido a um Ressegurador é de "A-", de acordo com as agências de notação S&P e/ou AM Best. No quadro abaixo é apresentado o leque dos principais Resseguradores, bem como o respetivo rating a 31/12/2023:

| RESSEGURO 2023 | |
|----------------|------------|
| Ressegurador | Rating S&P |
| Nacional Re | A |
| CCR Re | AA |
| Helvetia | A |
| Hannover Re | AA- |
| R+V | A+ |
| DEVK | A+ |
| Axis | A+ |
| Odyssey | A- |

4.2.4 Atividade Internacional

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 235.º do regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e das secções 3.2.1.1. e 3.2.1.2. da decisão sobre a colaboração das Autoridades de Supervisão de Seguros do Espaço Económico Europeu, (BoS-21-235, de 10 de junho de 2021), a Caravela – Companhia de Seguros, S.A. pode exercer atividade em livre prestação de serviços em Estados Membros da União Europeia, a partir da sua sede em Portugal.

Assim, a Caravela está autorizada a operar em regime de livre prestação de serviços nos seguintes países: França, Grécia, Países Baixos e Espanha:

- Em França, está autorizada a operar nos ramos de seguros de incêndio e outros danos, acidentes, responsabilidade civil geral, caução e perdas pecuniárias diversas;
- Na Grécia, está autorizada nos ramos de seguro automóvel, caução e assistência;
- Nos Países Baixos, está autorizada para o seguro automóvel e para o ramo assistência; e
- Por último, em Espanha, está autorizada no ramo do seguro de caução.

Em 2023 as operações em França e na Grécia geraram em conjunto 9.499 milhares de euros em prémios brutos emitidos, representando cerca de 6% do volume de negócio. Por outro lado, por terem iniciado a sua atividade perto do final do ano, as operações nos Países Baixo e em Espanha não chegaram a registar movimentos no exercício de 2023.

Operações em França

A operação em França iniciou-se em 2021, através de uma parceria com a DUNE. Foram dois anos de experiência, com resultados satisfatórios na distribuição de um produto que se destina a operações de construção/obras.

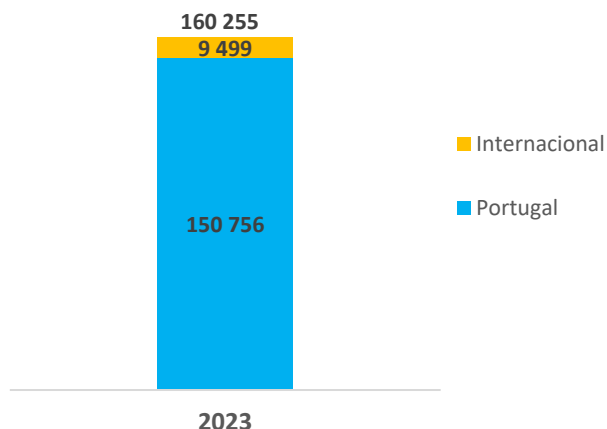
Os prémios brutos emitidos no ano de 2023 ascenderam a 4.680 milhares de euros, que excede a produção de prémios do ano anterior em 7,5%.

Operações na Grécia

Iniciámos as operações na Grécia em fevereiro deste ano de 2023, estabelecendo uma parceria com a BROKINS S.A., já ativa no mercado grego como corretora e coordenadora de agentes de seguros.

Com mais de 10.000 apólices emitidas do ramo automóvel, os prémios emitidos nestes meses ascenderam a 4.818 milhares de euros.

Prémios Brutos Emitidos



4.3 Gestão Financeira

4.3.1 Investimentos Financeiros

Os Investimentos financeiros, nomeadamente, os Ativos Mobiliários, cresceram 22.121 milhares de euros em 2023, traduzindo um crescimento de 20% face a 2022.

A gestão dos ativos financeiros, em parceria com a OFI Invest, tem vindo a ser executada de acordo com a política de investimentos da Companhia, orientando-se tal como nos anos anteriores, por critérios de prudência, segurança e liquidez e no respeito pelas recomendações quer da EIOPA quer da Autoridade de Supervisão nacional.

No quadro seguinte é apresentado o resumo da situação, registada a 31 de dezembro de 2023:

CARTEIRA DE ATIVOS

U: Milhares de euros

| CARTEIRA DE ATIVOS | 2023 | | | 2022 | | | Var 23/22 | |
|------------------------------------|-------|----------------|------|-------------|----------------|------|-------------|------------|
| | VALOR | % | % | VALOR | % | % | % | |
| 1. INVESTIMENTO REPRODUTIVO | | | | | | | | |
| Ativos Mobiliários | | | | | | | | |
| Dívida Pública | (1) | 15 380 | 11% | 9% | 7 281 | 6% | 5% | 111% |
| Obrigações Diversas | (1) | 70 868 | 53% | 44% | 47 292 | 42% | 35% | 50% |
| Ações e Fundos de Investimentos | | 31 911 | 24% | 20% | 18 176 | 16% | 13% | 76% |
| Empréstimos e contas a receber | | 429 | 0% | 0% | 429 | 0% | 0% | 0% |
| Liquidez | (2) | 14 743 | 11% | 9% | 39 636 | 35% | 29% | -63% |
| Sub-total | | 133 930 | 100% | 84% | 112 814 | 100% | 83% | 18% |
| Outros Ativos não Mobiliários | | | | | | | | |
| Imóveis | | 24 234 | | 15% | 19 671 | | 15% | 23% |
| Sub-total | | 24 234 | | 15% | 19 671 | | 15% | 23% |
| TOTAL (1) | | 157 565 | | 98% | 132 485 | | 98% | 20% |
| 2. INVESTIMENTO OPERACIONAL | | | | | | | | |
| Equipamento, Mobiliário e Material | | 2 927 | | 2% | 2 674 | | 2% | 9% |
| TOTAL (2) | | 2 927 | | 2% | 2 674 | | 2% | 9% |
| TOTAL (1) + (2) | | 160 492 | | 100% | 135 159 | | 100% | 20% |

Obsv:

- (1) Valorização com juros decorridos
(2) Depósitos a Prazo e à Ordem com juros decorridos e Fundos de tesouraria

A exposição a títulos de dívida pública aumentou 111%, face a 2022, enquanto a exposição a ações e fundos de investimento cresceu 9.604 milhares de euros. De salientar, também, o investimento em imóveis, tendo tido uma variação de 23% face a 2022, devido à compra da nova Sede da Caravela em Lisboa. Esta exposição, deve-se, essencialmente, ao cumprimento da estratégia de alocação de ativos definida na política de investimentos.

A liquidez, entre Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo e Fundos de Tesouraria, registou uma variação de -48%, face a 2022, devido ao investimento em obrigações, fundos de investimento e na nova Sede em Lisboa, estando, no entanto, em linha com os parâmetros de risco e gestão de capital.

4.3.2 Resultados de Investimentos Financeiros

U: Milhares de euros

| | 2023 | 2022 | VAR 23/22% |
|-----------------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Rendimentos de investimentos | 2 855 | 1 423 | 100,6% |
| Ganhos ou perdas de investimentos | 1 111 | -164 | 1515,8% |
| MARGEM FINANCEIRA | 3 966 | 1 345 | 194,9% |

Os resultados financeiros apresentam, em 2023, um aumento face ao período homólogo, de 2.706 milhares de euros, devido, essencialmente, a uma maior realização de mais-valias, salientando-se, no entanto, o acréscimo dos rendimentos gerados de 100,6%.

O ano de 2023, caracteriza-se pela exigência na contabilização das perdas esperadas de crédito (ECL – *Expected Credit Losses*), designadamente, a contabilização das perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil de um instrumento financeiro, proporcionando uma visão mais realista da saúde financeira dos ativos.

Relativamente à taxa de rentabilidade, a carteira total de ativos registou uma remuneração média positiva de 2,8%.

4.4 Gastos de Exploração

4.4.1 Gastos por Natureza a imputar

O total de gastos por natureza a imputar atingiu os 38.728 milhares de euros, representando um aumento de 20,0%, em relação a 2022. Esse aumento é atribuído a um crescimento generalizado nas diversas rubricas de gastos.

Gastos por natureza

U: Milhares de euros

| Gastos por Natureza | 2023 | 2022 | VAR 23/22% |
|--|---------------|---------------|--------------|
| Gastos com pessoal | 8 263 | 7 306 | 13,1% |
| Fornecimentos e serviços externos | 6 946 | 6 240 | 11,3% |
| Impostos e taxas | 937 | 786 | 19,3% |
| Depreciações e amortizações do exercício | 1 416 | 1 368 | 3,5% |
| Outras provisões | 0 | 0 | - |
| Juros Suportados | 269 | 21 | 1199,5% |
| Comissões | 339 | 275 | 23,3% |
| Remunerações de mediação | 20 557 | 16 277 | 26,3% |
| Total | 38 728 | 32 273 | 20,0% |

De acordo com a IFRS 17, as “Remunerações de mediação”, que são os gastos ocasionados pela celebração dos contratos de seguros, passaram a ser classificados em gastos por natureza a imputar ao invés de serem diretamente imputáveis a custos de aquisição, como previa a IFRS 4.

4.4.2 Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal passou de 140 para 149 efetivos.

Salienta-se o aumento de 15,2% do rácio de prémios de seguro direto por colaborador do quadro efetivo devido ao crescimento da produção.

| | 2023 | 2022 | VAR 23/22 % |
|--------------------------------------|------------|------------|-------------|
| <i>Efetivos no início do período</i> | 140 | 133 | 5,3% |
| <i>Entradas</i> | 17 | 12 | 41,7% |
| <i>Saídas</i> | 8 | 5 | 60,0% |
| Efetivos no final do período | 149 | 140 | 6,4% |

| Sexo | 2023 | 2022 | VAR 23/22 % |
|-----------|------|------|-------------|
| Masculino | 73 | 72 | 1,4% |
| Feminino | 76 | 68 | 11,8% |

| | 2023 | 2022 | VAR 23/22 % |
|--|-------|------|-------------|
| Prémios brutos emitidos / nº de empregados | 1 076 | 934 | 15,2% |

U: Euros

A distribuição do quadro de pessoal da Companhia, por idade e género, era a seguinte:

Distribuição etária em 2023

| FAIXA ETÁRIA | HOMENS | MULHERES |
|--------------------|----------------|-----------|
| até 30 anos | 8 | 6 |
| De 31 a 40 anos | 15 | 18 |
| De 41 a 50 Anos | 30 | 38 |
| De 51 a 60 Anos | 15 | 13 |
| Mais de 61 anos | 5 | 1 |
| TOTAL | 73 | 76 |
| IDADE MÉDIA | 44 ANOS | |

4.5 Governance

Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora que adotou um novo regime de Solvência, data esta definida na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Como já foi frisado em anos anteriores, a entrada em vigor do regime de Solvência II elevou de modo muito significativo a exigência de resposta quer em matéria de *compliance* quer em matéria de *disclosure*, imposta às Companhias de Seguros. Adicionalmente mantém-se, face à Norma Regulamentar N.º 8/2016-R, de 16 de agosto, alterada pela Norma Regulamentar N.º 10/2020-R, de 3 de novembro, a exigência de prestação de informação de índole contabilística, estatística e comportamental, em conformidade com o RJASR.

No domínio da solvência II, no decurso de 2023, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

⇒ Participação nas sessões do Grupo de Trabalho “Gestão de Riscos e Atuariado” da Comissão Técnica “Economia e Finanças” da Associação Portuguesa de Seguradores;

⇒ Envio à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) do conjunto de reportes quantitativos (QRT – *Quantitative Reporting Templates*) definidos pelo EIOPA e geridos pelas entidades de supervisão, referentes à posição de final de ano com data de referência de 31 de dezembro de 2022 e numa base trimestral para o último trimestre de 2022 e os três primeiros trimestres de 2023;

⇒ Reporte à ASF do Relatório Periódico de Supervisão relativo ao ano de 2022, previsto no artigo 35.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 21.º do RJASR e nos artigos 304.º a 314.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;

⇒ Divulgação pública do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira relativo ao ano de 2022, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do RJASR e nos artigos 290.º a 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão;

⇒ Reporte à ASF do Relatório ORSA 2023, referente ao quinquénio 2023-2027.

4.6 Estimativa da Margem de Solvência

A Companhia estimou os rácios de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR) para o dia 31 de dezembro de 2023 e para o dia 1 de janeiro de 2024, utilizando as medidas transitórias e de longo prazo autorizadas pela ASF.

O rácio de capital de solvência, verificado em 2023, teve uma evolução desfavorável face ao período homólogo, passando de 181,9% para 153,0%. Este rácio foi influenciado pelo aumento do requisito de capital originado pelo crescimento orgânico da Caravela e pela estratégia de investimento com impacto no risco de mercado.

Com estes valores, a Companhia supera confortavelmente o objetivo de capital e, consequentemente, o requisito regulamentar.

Os objetivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão de riscos financeiros estão comentados na nota 30 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

4.7 Capital Social e Resultado

4.7.1 Evolução do Capital Social

A 31 de dezembro de 2023, o capital social mantém-se em 44.388.315,20 de euros, totalmente subscrito, realizado e representado por 79.056.677 ações sem valor nominal.

4.7.2 Resultado do Exercício de 2023

O resultado bruto apurado no final de 2023 foi de 7.192.671,23 euros, o qual deduzido dos impostos sobre o rendimento estimados conduziu a um resultado líquido de 7.013.006,99 euros.

O Conselho de Administração entende dever propor a seguinte aplicação do valor apurado:

- 701.300,70 euros (10 % do Resultado Líquido) para a conta de Reserva Legal;
- 6.311.706,29 euros, o valor restante, para a conta de Reservas Livres.

Com a aprovação da aplicação dos resultados nos termos propostos, o Capital Próprio da Companhia fixar-se-á em 67.367.033,62 euros.

5 EVOLUÇÃO PARA 2024

O arranque, em 2024, da 2ª fase do plano de desenvolvimento da Caravela, denominado Douro II, tem de ser colocado em perspetiva olhando para a evolução da estratégia da Companhia e para o enquadramento geopolítico e económico-social do mercado.

Abordando esta segunda questão, os pressupostos que estamos a assumir no que respeita ao enquadramento geopolítico e económico-social é de uma estabilização dos dois principais conflitos bélicos, Ucrânia e Faixa de Gaza, com tendência para a solução através de acordos de paz que no mínimo não agravarão as condições de funcionamento do mercado mundial. Por outro lado, a estabilização dos níveis de inflação permitirá que a política monetária dos bancos centrais tenda a estabilizar as taxas de juro em torno dos seus objetivos de médio e longo prazo.

Relativamente a Portugal, o comportamento das contas públicas e a recente subida dos níveis de *rating* da República antecipam um quadro macroeconómico de estabilidade.

Com este enquadramento as três áreas de atuação que definimos como eixos estratégicos são:

1) A afirmação da Caravela como um *player* europeu no desenvolvimento de MGA's. Para 2024 os mercados de Espanha, Países Baixos, Itália e o reforço em França e na Grécia são as prioridades.

2) A evolução do modelo de retalho para um modelo colaborativo multicanal conjugando o B2B2C com o B2B e o B2C numa estratégia coerente e em harmonia. A consolidação do nosso modelo de distribuição e as ferramentas desenvolvidas no âmbito do MyCaravela são algumas das nossas vantagens competitivas.

3) A consolidação da Caravela no mercado de PME's, através dos nossos parceiros estratégicos e do aprofundamento da nossa relação com o Grupo Your.

Para este desenvolvimento a continuidade no desenvolvimento e retenção do talento e a continuidade na adoção das soluções digitais mais inovadoras são uma preocupação constante da Gestão da Caravela Companhia de Seguros SA.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Clientes, Agentes e Resseguradores, bem como a todos os Colaboradores, pela sua participação ativa e construtiva no desenvolvimento e na vida da Companhia.

Regista igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal pela disponibilidade para o acompanhamento e aconselhamento concedidos no decorrer do exercício.

O Conselho de Administração reitera o agradecimento à Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões por todo o apoio recebido, bem como à Associação Portuguesa de Seguradores pelo trabalho desenvolvido em prol do mercado segurador português.

Finalmente, ao concluir este relatório, o Conselho de Administração expressa aos Senhores Acionistas o seu reconhecimento pelo apoio e confiança demonstrados na equipa de gestão da Companhia durante o exercício ora terminado.

Lisboa, 26 de março de 2024

O Conselho de Administração,

Luís Cervantes
Presidente

David Angulo
Vice-Presidente

Fabrizio Cesário
Vogal

Félix Serrano Sanchez Carrillejo
Vogal

George Koulouris
Vogal

Gonçalo Ramos e Costa
Vogal

Paulo Trigo
Vogal



Relatório & Contas 2023

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

1 INTRODUÇÃO

A Caravela - Companhia de Seguros, S.A., elabora o seu Relatório de Governo Societário, de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis no mercado.

2 ESTRUTURA ACIONISTA

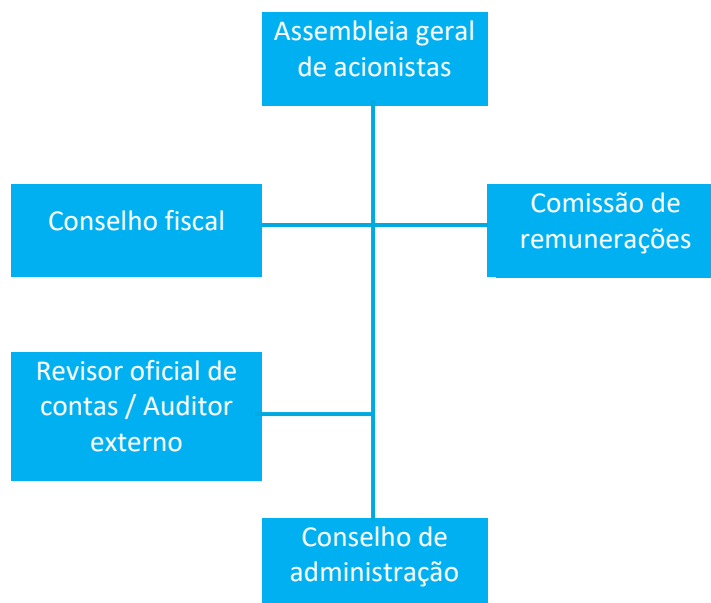
O capital social da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, é de 44.388.315,20 euros, representado por 79.056.677 ações, sem valor nominal, conferindo essas ações direitos idênticos a todos os acionistas.

3 ESTRUTURA DE GOVERNO

O modelo de governo da sociedade, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização segue o tradicional modelo latino e é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal
- Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo

O organigrama abaixo, apresenta essa estrutura organizacional:



Ainda de acordo com o art.º 11.º dos Estatutos da Sociedade, a gestão corrente é assegurada por um Conselho de Administração composto por sete membros, nomeados pela Assembleia Geral por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Assim, o atual Conselho de Administração que tem um mandato de 2023 a 2026, é composto por sete administradores, sendo um deles Presidente, outro Vice-presidente e cinco Vogais.

O Conselho de Administração, como órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade.

Nos termos do art.º 12.º dos estatutos da Caravela cabe-lhe, em especial:

- A gestão da Sociedade, praticando todos os atos que se enquadrem no seu objeto social;
- A aquisição, oneração e alienação de todos os bens e direitos da Sociedade;
- A celebração de quaisquer contratos de financiamento e a realização de outras operações de crédito;
- A definição da organização e dos métodos de trabalho da Sociedade;
- A aprovação dos planos anuais e respetivos orçamentos;
- A delegação dos seus poderes a um ou mais dos seus membros e/ou procuradores;
- A criação de conselhos consultivos;
- A execução e o cumprimento das disposições legais, bem como das deliberações da

Assembleia Geral.

A fiscalização dos atos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, de entre os quais pelo menos um deverá possuir formação superior adequada ao exercício das suas funções e um membro suplente, com mandatos iguais aos do Conselho de Administração, sendo também reelegíveis.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é determinada pela Comissão de Remunerações que é composta por três membros - sendo um deles o Presidente - designados pela Assembleia Geral e também eles por períodos de quatro anos, com possibilidade de reeleição.

4 REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização segue a política de remuneração aprovada pela Comissão de Remunerações.

Os membros dos órgãos de administração poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável atribuída em função dos resultados líquidos da Companhia.

A Comissão de Remunerações deve reunir em sessão plenária, sempre que seja necessária a discussão e fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida no contrato de prestação de serviços e obedece à prática corrente do mercado.

5 COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

5.1 Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral tinha, em 31 de dezembro de 2023, a seguinte composição:

- Presidente: Nuno Miguel Marques dos Santos Horta
- Secretário: Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcamo Lobo

5.2 Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração era a seguinte:

- Presidente: Luís Filipe Sampaio Cervantes

- Vice-Presidente: David Angulo Rubio
- Vogal: Fabrizio Cesario
- Vogal: Félix Serrano
- Vogal: George Koulouris
- Vogal: Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa
- Vogal: José Paulo de Castro Trigo

A seguir apresenta-se quer a qualificação profissional dos membros do Conselho de Administração quer a sua atividade profissional nos últimos anos:

Luís Cervantes - Presidente

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Economia
 - . Pós-Graduação em Gestão de Riscos e Produtos Derivados
- Atividade nos últimos anos:
 - . Diretor do BES (1993-2005)
 - . Administrador da Crediflash (2004-2006)
 - . Assessor de Administração da Companhia de Seguros Tranquilidade (2005-2006)
 - . Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros AXA Portugal (2006-2010)
 - . Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros Seguro Direto Gere (2008)
 - . Administrador da Sabseg Seguros (2010-2017)
 - . Presidente do Conselho de Administração da AAA-SGPS, S.A. (novembro 2016-junho 2017)
 - . Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

David Angulo - Vice-Presidente

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Administração de Empresas
 - . Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
 - . Analista Financeiro da Gescapital, S.A. (1992-1993)
 - . Diretor de Divisão do Bankinter, S.A. (1993-1996)
 - . Diretor Financeiro da Aegon Union Asseguradora (1997-2001)

- . Diretor Geral da Aegon Union Asseguradora (2001-2005)
- . Diretor Geral de Seguros do Santander UK Bank, plc (2005-2007)
- . Chairman da AVIVA plc, London and Madrid (2007-2014)
- . Chairman Executivo da Dunas Capital España, S.S. (2014-)
- . Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

Fabrizio Cesario - Vogal

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Economia
 - . Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
 - . Analista Financeiro da Rothschild Itália (1992-1995)
 - . Diretor Executivo/Diretor Geral/Vice-Presidente do Lehman Brothers Europe (1995-2008)
 - . Diretor Geral da Lazard Capital International Limited (2009-2010)
 - . Partner da Anacap Financial Partners LLP, London (2010-2017)
 - . Partner do Toscafund Asset Management (2017-)
 - . Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

Félix Serrano - Vogal executivo

- Qualificação académica:
 - . Licenciado Direito e em Gestão e Administração de Empresas
 - . Mestre em Fiscalidade
 - . Pós graduado em Comércio Internacional
- Atividade nos últimos anos:
 - . Grupo L’Oreal (1988-1993)
 - . Assistente de Direito Fiscal no Supremo Tribunal Espanhol (1994-2001)
 - . Gestor de conteúdos e Consultor Fiscal na sociedade de advogados Diaz-Arias (2001-2006)
 - . Responsável por escritório Membro da Freedom Finance Ltd (2006-2009)
 - . Diretor da IN2 – Ingenieria de la información (2010-2011)
 - . Diretor Executivo do Grupo Galilea (2011-2014)
 - . Diretor Executivo do Grupo Azuaga (2014-2016)
 - . Diretor Geral Abarca Seguros (2016-2023)
 - . Diretor da Berliner Re, Barbados (2021-2022)
 - . Diretor não executivo da Nacional de Seguros Colômbia (2021-)

- . Vogal do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2023-)

George Koulouris - Vogal

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Economia
 - . Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
 - . Analista/Associado da UBS, AG London (1999-2002)
 - . Associado do Credit Suisse, AG London (2003-2005)
 - . Vice-Presidente das Instituições Financeiras do Deutsche Bank AG London (2006-2007)
 - . Supervisor/Chefe da Divisão de M&A do Marfin Investment Group Holding, S.A. (2007-2013)
 - . Partner da Anacap Financial Partners LLP, London (2013-2017)
 - . Partner do Toscafund Asset Management (2017-)
 - . Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

Gonçalo Ramos e Costa - Vogal executivo

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
 - . Gestor de Marketing na Lusitania (1993-1998)
 - . Diretor de Marketing na Lusitania (1998-2001)
 - . Administrador-delegado da Moçambique-Companhia de Seguros S.A. com sede em Maputo (2001-2004)
 - . Administrador da Moçambique - Companhia de Seguros, S.A. (2004-2014)
 - . Diretor coordenador da Direção Financeira, Administrativa e de Património da Lusitania (2007-2014)
 - . Diretor Geral da AAA - SGPS (2014-2017)
 - . Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

Paulo Trigo - Vogal executivo

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Engenharia Civil
 - . Pós-graduado em Engenharia e Segurança Industrial
 - . Cursos de Analista de Riscos, Técnico de Prevenção e Segurança e Técnico de

Prevenção de Incêndios em empresas industriais

- Atividade nos últimos anos:
 - . Diretor do Gabinete de Análise de Riscos na Tranquilidade (1990-1998)
 - . Diretor coordenador da Direção de Exploração Regional Norte na Tranquilidade (1998-2005)
 - . Diretor coordenador da Direção de Grandes Clientes da Tranquilidade (2005-2014)
 - . Administrador-Delegado da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-2017)
 - . Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

5.3 Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do art.º 413.º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei:

Os membros do Conselho Fiscal são os seguintes:

- Presidente: Manuel Augusto Lopes de Lemos
- Vogal: José António Truta Pinto Rabaça
- Vogal: José Elísio Lopes da Siva Quintas, ROC n.º 643
- Suplente: membro a designar

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em 31 de dezembro de 2023, era a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., representada por:

- Efetivo: PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., SROC n.º 183, Representada por Carlos Maia, ROC n.º 1138.
- Suplente: Carlos Rodrigues, ROC n.º 1737

5.4 Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações era composta pelos seguintes três elementos:

- Presidente: Fabrizio Cesario
- Vogal: George Koulouris
- Vogal: António Nestor Ribeiro

Os membros da Comissão de Remunerações não são remunerados, não tendo qualquer vínculo familiar entre eles.

6 REMUNERAÇÕES AUFERIDAS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (NOS TERMOS DO ART.º 29º DA LEI N.º 28/2009 DE 1DE 19 DE SETEMBRO)

As remunerações base dos membros dos órgãos de administração e fiscalização são apresentadas nos quadros seguintes:

6.1 Agregado

U: Euros

| | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração Total Anual |
|---------------------------|------------------|----------------------|-------------------------|
| Conselho de Administração | 872 364 | 125 000 | 997 364 |
| Conselho Fiscal | 13 050 | 0 | 13 050 |
| TOTAL | 885 414 | 125 000 | 1 010 414 |

6.2 Individual

U: Euros

| Assembleia Geral | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração Total Anual |
|--------------------------------------|------------------|----------------------|-------------------------|
| Nuno Miguel Marques dos Santos Horta | 1 500 | 0 | 1 500 |
| TOTAL | 1 500 | 0 | 1 500 |

U: Euros

| Conselho de Administração | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração Total Anual |
|--------------------------------------|------------------|----------------------|-------------------------|
| Luis Filipe Sampaio Cervantes | 239 335 | 50 000 | 289 335 |
| David Angulo Rubio | 55 000 | 0 | 55 000 |
| Gonçalo Lopes da Costa de R. e Costa | 209 248 | 25 000 | 234 248 |
| José Paulo de Castro Trigo | 208 094 | 25 000 | 233 094 |
| Félix Serrano Sanchez Carrillejo | 160 688 | 25 000 | 185 688 |
| TOTAL | 872 364 | 125 000 | 997 364 |

U: Euros

| Conselho Fiscal | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração Total Anual |
|------------------------------------|------------------|----------------------|-------------------------|
| Manuel Augusto Lopes de Lemos | 8 100 | 0 | 8 100 |
| Humberto Manuel Martins Carneiro* | 900 | 0 | 900 |
| José Elísio Lopes da Silva Quintas | 4 050 | 0 | 4 050 |
| TOTAL | 13 050 | 0 | 13 050 |

* cessou funções em março 2023

7 REMUNERAÇÃO DO AUDITOR/REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59.º e 60.º do DL n.º 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo D.L. n.º 224/2008 de 20 de novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal. Os valores pagos em 2023, incluindo o IVA foram os seguintes:

U: Euro

| Descrição dos Honorários contratados com o Revisor Oficial de Contas | Valor |
|--|---------------|
| Solvência II | 19 889 |
| Revisão Oficial Contas | 41 697 |
| TOTAL | 61 586 |

8 PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA SEGURADORA (ART.º 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

| Nome | Número de ações detidas a 31/12/2023 |
|--|--------------------------------------|
| Luís Filipe Sampaio Cervantes (participação através da Âncoras de Júpiter Unipessoal, Lda.) | 3 288 760 |



Relatório & Contas 2023

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES

1 INTRODUÇÃO

A política de remuneração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A., tem como objetivo que todos os seus colaboradores tenham uma retribuição de acordo com as funções que desempenham e com o efetivo resultado da sua atividade.

A remuneração dos trabalhadores da Caravela engloba obrigatoriamente uma componente fixa, podendo em algumas funções ser também considerada uma componente variável.

Em termos práticos, a componente fixa resulta da aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho afetos ao setor segurador, sendo adequada ao pagamento do trabalho realizado.

A política global de remuneração tem em conta o diferente contributo dos diversos órgãos e funções para a concretização dos objetivos anuais ou plurianuais da Caravela.

Neste pressuposto, as funções são descritas e avaliadas através de metodologias e critérios de avaliação específicos, que garantem transparência e isenção em linha com as melhores práticas do mercado em termos de credibilidade e de fiabilidade no alinhamento dos objetivos e apuramento dos resultados.

As bandas existentes permitem garantir o respeito pela equidade interna ao nível da política de remuneração e igualmente servem de garante relativamente à remuneração fixa e à eventual remuneração variável.

O ajustamento dos fundamentos da política de remuneração tem necessariamente como referência, quer a situação económica nacional, quer a estratégia a curto e médio prazo da Caravela, referenciais determinantes e basilares para uma justa e correta implementação dessa política.

2 ENQUADRAMENTO LEGAL

Esta política é baseada no cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, das quais se destacam os seguintes diplomas:

- Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril (Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);
- Circular n.º 6/2010, de 1 de abril (Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);
- Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015;

- Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação das Empresas de Seguros.

Tem, também, como base um prudente e adequado controlo, de forma a evitar situações de conflito de interesses, sendo coerente com as políticas de crescimento, rentabilidade e produtividade definidas pelos acionistas da Sociedade.

3 COMPETÊNCIA

A política de remuneração dos trabalhadores deve ser proposta pelo Departamento de Recursos Humanos, para posterior aprovação do Conselho de Administração, sendo revista anualmente.

4 DIVULGAÇÃO

A política de remuneração é divulgada nas várias áreas em que a lei e o normativo em vigor o obriga.

5 COMPONENTES DA REMUNERAÇÃO

Os colaboradores da Caravela poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável, cujos principais pressupostos serão:

- Equilíbrio entre as duas remunerações, de forma a um planeamento fácil e claro da parte variável;
- A remuneração variável deverá resultar de um sistema de objetivos e desempenho que dará um enfoque especial aos objetivos da Caravela que devem ser claros, precisos, determináveis e exequíveis.

6 OUTROS BENEFÍCIOS

Além do mencionado anteriormente, os colaboradores da Caravela auferem também os seguintes benefícios:

- Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Seguro de Acidentes Pessoais;
- Seguro de Saúde;

-
- Seguro de Vida;
 - Prémio de Permanência, definido no Acordo de Empresa subscrito e publicado em 2022;
 - Apoios definidos para o acréscimo de despesas em teletrabalho.



Relatório & Contas 2023

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**
Demonstração dos
Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores em euros

| Notas do Anexo | Demonstração dos resultados | 2023 - 12 | | | 2022 - 12 |
|----------------|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | Técnica | Não Técnica | Total | |
| 5 | Réditos de contratos de seguro | 157 315 253 | | 157 315 253 | 130 003 908 |
| | Mensurados pela abordagem da alocação de prémio | 157 315 253 | | 157 315 253 | 130 003 908 |
| 5 | Gastos de contratos de seguros | 145 921 033 | | 145 921 033 | 127 759 568 |
| 9-10-11 | Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros | 98 857 493 | | 98 857 493 | 86 684 323 |
| 9 | Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros | 27 041 860 | | 27 041 860 | 22 423 000 |
| | Alterações relativas a serviços passados | 20 021 680 | | 20 021 680 | 18 652 245 |
| 5 | Réditos de contratos de resseguro | 24 065 870 | | 24 065 870 | 28 361 493 |
| | Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros - parte dos resseguradores | 14 282 529 | | 14 282 529 | 18 201 406 |
| | Alterações relativas a serviços passados - parte dos resseguradores | 10 057 969 | | 10 057 969 | 10 378 196 |
| | Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador | -274 629 | | -274 629 | -218 109 |
| 5 | Gastos de contratos de resseguro | 25 629 792 | | 25 629 792 | 23 359 368 |
| | Mensurados pela abordagem da alocação de prémio - parte dos resseguradores | 25 629 792 | | 25 629 792 | 23 359 368 |
| | Resultado de contratos de seguro | 9 830 297 | | 9 830 297 | 7 246 466 |
| 6 | Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido | 103 868 | | 103 868 | 72 503 |
| 6 | Perdas da componente financeira dos contratos de seguro | 234 681 | | 234 681 | 162 620 |
| | Resultado da componente financeira dos contratos de seguro | -130 813 | | -130 813 | -90 116 |
| | Rendimentos | 2 854 800 | 0 | 2 854 800 | 1 423 129 |
| | De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | 1 533 406 | 0 | 1 533 406 | 505 277 |
| | Outros | 1 321 395 | 0 | 1 321 395 | 917 852 |
| 7 | Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | -2 480 | 0 | -2 480 | 7 421 |
| | De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas | -2 480 | 0 | -2 480 | 5 304 |
| | De outros | 0 | 0 | 0 | 2 118 |
| | Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | -107 023 | 0 | -107 023 | -160 927 |
| 8 | Perdas de imparidade (líquidas de reversão) | 42 025 | 0 | 42 025 | 10 259 |
| | De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas | 42 025 | 0 | 42 025 | 10 259 |
| 9-10-11 | Gastos não atribuíveis | 6 588 512 | 0 | 6 588 512 | 5 788 840 |
| | Outros rendimentos/gastos | 0 | 115 915 | 115 915 | -10 363 |
| | Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial | 0 | 1 262 512 | 1 262 512 | 0 |
| | RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS | 5 814 244 | 1 378 427 | 7 192 671 | 2 616 510 |
| 12 | Imposto sobre o rendimento do período - Impostos correntes | | 184 922 | 184 922 | 139 211 |
| 12 | Imposto sobre o rendimento do período - Impostos diferidos | | -5 258 | -5 258 | -351 621 |
| | RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | | | 7 013 007 | 2 828 921 |

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



Relatório & Contas 2023

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**
Demonstração do
Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

| Notas do Anexo | Demonstração do rendimento integral | 2023 - 12 | | | Valores em euros |
|----------------|--|-------------------|-----------------|-------------------|------------------|
| | | Técnica | Não Vida | Não Técnica | Total |
| | | | | | 2022 - 12 |
| | Resultado líquido do exercício | 5 814 244 | 1 198 763 | 7 013 007 | 2 828 921 |
| | Outro rendimento integral do exercício | 7 130 974 | 0 | 7 130 974 | -6 880 793 |
| | Instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de re | 3 998 593 | 0 | 3 998 593 | 0 |
| | Ganhos e perdas líquidos | 3 998 593 | 0 | 3 998 593 | 0 |
| 27 | Instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | 3 132 381 | 0 | 3 132 381 | -6 880 793 |
| | Ganhos e perdas líquidos | 3 205 986 | 0 | 3 205 986 | -6 868 987 |
| | Reclassificação | -73 606 | 0 | -73 606 | -11 806 |
| | Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | 73 606 | 0 | 73 606 | 11 806 |
| 27 | Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro | -626 198 | 0 | -626 198 | 13 218 925 |
| 27 | Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro | -116 932 | 0 | -116 932 | -8 549 846 |
| 27 | Impostos | 0 | 1 615 761 | 1 615 761 | -502 819 |
| 27 | Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais | 0 | 165 508 | 165 508 | -46 648 |
| | Total do rendimento integral líquido de impostos | 12 202 087 | -251 489 | 11 950 598 | 1 073 378 |

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



Relatório & Contas 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da Posição Financeira

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (1/2)

Valores em euros

| Notas do Anexo | Demonstração da posição financeira | 2023 - 12 | | 2022 - 12 | 2022 - 01 | |
|----------------|--|--------------------|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | Valor Bruto | Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos | | | Valor Líquido |
| ATIVO | | | | | | |
| 13 | Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 7 832 483 | 0 | 7 832 483 | 8 771 762 | 6 015 601 |
| 14 | Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 6 787 394 | 0 | 6 787 394 | 5 524 882 | 5 000 |
| 15 | Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perd | 14 800 481 | 0 | 14 800 481 | 34 506 428 | 46 333 305 |
| 16 | Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas | 96 571 267 | 0 | 96 571 267 | 60 732 727 | 58 334 776 |
| 17 | Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado | 7 338 866 | 0 | 7 338 866 | 3 278 258 | 2 898 565 |
| 18 | Terrenos e edifícios | 24 234 210 | 0 | 24 234 210 | 19 670 910 | 9 049 484 |
| | Terrenos e edifícios de uso próprio | 4 563 299 | 0 | 4 563 299 | 0 | 0 |
| | Terrenos e edifícios de rendimento | 19 670 910 | 0 | 19 670 910 | 19 670 910 | 9 049 484 |
| 19 | Outros ativos tangíveis | 2 165 653 | 1 494 554 | 671 098 | 302 461 | 347 328 |
| | Inventários | 56 975 | 0 | 56 975 | 86 029 | 87 521 |
| | Ativos sob direito de uso | 761 660 | 0 | 761 660 | 1 025 822 | 1 337 139 |
| 20 | Outros ativos intangíveis | 7 115 021 | 3 947 560 | 3 167 462 | 3 472 181 | 3 438 511 |
| 21 | Ativos de contratos de resseguro cedido dos ramos Não Vida | | | 58 890 317 | 49 220 830 | 42 084 983 |
| | De serviços futuros | | | 4 423 244 | 3 055 519 | 2 703 378 |
| | De serviços passados | | | 54 467 073 | 46 165 311 | 39 381 605 |
| 22 | Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 9 805 454 | 82 249 | 9 723 206 | 6 505 582 | 3 083 573 |
| | Contas a receber por operações de seguro direto | 3 981 047 | 82 249 | 3 898 798 | 1 709 319 | 1 529 063 |
| | Contas a receber por operações de resseguro | 3 225 282 | 0 | 3 225 282 | 3 976 754 | 1 033 420 |
| | Contas a receber por outras operações | 2 599 125 | 0 | 2 599 125 | 819 510 | 521 090 |
| | Ativos por impostos e taxas | 2 113 883 | 0 | 2 113 883 | 3 558 777 | 1 900 703 |
| | Ativos por impostos (e taxas) correntes | 1 011 333 | 0 | 1 011 333 | 983 175 | 738 867 |
| | Ativos por impostos diferidos | 1 102 550 | 0 | 1 102 550 | 2 575 602 | 1 161 836 |
| 23 | Acréscimos e diferimentos | 1 153 292 | 0 | 1 153 292 | 746 412 | 335 442 |
| | TOTAL ATIVO | 239 626 956 | 5 524 363 | 234 102 593 | 197 403 063 | 175 251 931 |

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (2/2)

| Notas do Anexo | Demonstração da posição financeira | Valores em euros | | |
|----------------------------------|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | 2023 - 12 | 2022 - 12 | 2022 - 01 |
| PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | | | | |
| PASSIVO | | | | |
| 21 | Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida | 142 881 088 | 122 588 419 | 104 603 442 |
| | De serviços futuros | 19 074 292 | 20 054 983 | 17 021 506 |
| | De serviços passados | 123 806 795 | 102 533 436 | 87 581 936 |
| 24 | Outros passivos financeiros | 2 459 266 | 2 421 295 | 1 908 130 |
| | Depósitos recebidos de resseguradores | 1 673 148 | 1 362 595 | 529 947 |
| | Outros | 786 118 | 1 058 701 | 1 378 183 |
| 10 | Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo | 252 047 | 199 116 | 174 400 |
| 25 | Outros credores por operações de seguros e outras operações | 16 059 251 | 12 115 958 | 10 083 698 |
| | Contas a pagar por operações de seguro direto | 9 538 766 | 6 165 840 | 5 333 832 |
| | Contas a pagar por operações de resseguro | 5 807 667 | 5 026 285 | 3 966 640 |
| | Contas a pagar por outras operações | 712 819 | 923 833 | 783 226 |
| | Passivos por impostos e taxas | 3 229 093 | 3 058 722 | 2 225 810 |
| | Passivos por impostos (e taxas) correntes | 2 575 729 | 2 511 229 | 2 183 781 |
| | Passivos por impostos diferidos | 653 364 | 547 494 | 42 030 |
| 23 | Acréscimos e diferimentos | 1 854 814 | 1 750 328 | 1 563 342 |
| | TOTAL PASSIVO | 166 735 559 | 142 133 838 | 120 558 822 |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | | |
| 26 | Capital | 44 388 315 | 44 388 315 | 44 388 315 |
| 27 | Reservas de reavaliação | 888 425 | -6 555 268 | 348 561 |
| | Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | -3 317 632 | -6 523 618 | 345 369 |
| | Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas | 3 998 593 | 0 | 0 |
| | De diferenças de câmbio | 118 861 | -46 648 | 0 |
| | Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reserva | 88 603 | 14 998 | 3 192 |
| 27 | Reserva da componente financeira dos contratos de seguro | 7 171 897 | 7 798 096 | -5 420 830 |
| 27 | Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro | -5 493 529 | -5 376 597 | 3 173 250 |
| 27 | Reserva por impostos | -685 662 | 930 098 | 427 279 |
| 27 | Outras reservas | 17 928 573 | 13 879 683 | 10 483 976 |
| | Resultados transitados | -3 843 992 | -2 624 024 | 1 292 558 |
| | Resultado do exercício | 7 013 007 | 2 828 921 | 0 |
| | TOTAL CAPITAL PRÓPRIO | 67 367 034 | 55 269 224 | 54 693 109 |
| | TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | 234 102 593 | 197 403 063 | 175 251 931 |

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



Relatório & Contas 2023

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**
Demonstração de
Variações do Capital
Próprio

| Notas do Anexo | Demonstração de variações do capital próprio | Reservas de Reavaliação | | | | | | | | | | Outras reservas | Resultados transiados | Resultado do período | TOTAL |
|----------------|---|-------------------------|---|---|-------------------------|--|--|--|---|----------------------|------------------|-------------------|-----------------------|----------------------|-------|
| | | Capital Social | Por instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas | De diferenças de câmbio | De instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | Reserva da componente financeira dos contratos de seguro | Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro | Reserva por impostos | Reserva legal | | | | |
| 26 | Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2022 (posição de abertura) | 44 388 315 | -6 523 618 | 0 | -46 648 | 14 998 | 7 798 096 | -5 376 597 | 930 098 | 2 757 085 | 11 122 598 | -2 624 024 | 2 828 921 | 55 269 224 | |
| 27 | Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | 3 205 986 | | | | | | | | | | | 3 205 986 | | |
| 27 | Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas | 3 998 593 | | | | | | | | | | | 3 998 593 | | |
| 27 | Ganhos líquidos por diferenças de câmbio | | 165 508 | | | | | | | | | | 165 508 | | |
| 27 | Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | | | | | 73 606 | | | | | | | 73 606 | | |
| 6-27 | Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro | | | | | | -626 198 | | | | | | -626 198 | | |
| 6-27 | Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro | | | | | | | -116 932 | | | | | -116 932 | | |
| 27 | Ajustamentos por reconhecimento de impostos | | | | | | | | -1 615 761 | | | | -1 615 761 | | |
| 27 | Aplicação dos resultados do exercício anterior | | | | | | | | | 404 888,92 | | | 404 888,92 | | |
| 3.2 | Alterações de políticas contabilísticas | | | | | | | | | | | | | | |
| | Total das variações do capital próprio | 0 | 3 205 986 | 3 998 593 | 165 508 | 73 606 | -626 198 | -116 932 | -1 615 761 | 404 889 | 3 644 000 | -1 219 968 | -2 828 921 | 5 084 802 | |
| | Resultado líquido do período | | | | | | | | | | | | | | |
| | Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2023 | 44 388 315 | -3 317 632 | 3 998 593 | 118 861 | 88 603 | 7 171 897 | -5 493 529 | -685 662 | 3 161 974 | 14 766 599 | -3 843 992 | 7 013 007 | 67 367 034 | |

Contabilista Certificado

Carla Perico

Conselho de Administração

Luis Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO (Z/1)

| Notas do Anexo | Reservas de Reavalição | | | | | | | | | | Outras reservas | | Valores em euros | |
|---|------------------------|--|--|-------------------------|--|--|---|----------------------|------------------|-------------------|------------------------|----------------------|-------------------|--|
| | Capital Social | Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | De diferenças de câmbio | Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | Reserva da componente financeira dos contratos de seguro | Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro | Reserva por impostos | Reserva legal | Outras reservas | Resultados transitados | Resultado do período | TOTAL | |
| | 44 388 315 | 186 798 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 417 514 | 8 066 461 | 137 567 | 3 395 708 | 58 550 335 | | |
| 3.2 Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) | | 158 571 | | | 3 192 | -5 420 830 | 3 173 250 | 469 309 | | -2 240 717 | -3 857 226 | | | |
| 3.2 Integração de resultado de 2021 | | | | | | | | | | 3 395 708 | -3 395 708 | 0 | | |
| 26 Demonstração de posição financeira de abertura alterado | 44 388 315 | 345 369 | 0 | 0 | 3 192 | -5 420 830 | 3 173 250 | 427 279 | 2 417 514 | 1 292 558 | 0 | 54 693 109 | | |
| 27 Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | | -6 868 987 | | | | | | | | | | -6 868 987 | | |
| 27 Ganhos líquidos por diferenças de câmbio | | | | -46 648 | | | | | | | | -46 648 | | |
| 27 Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | | | | | 11 806 | | | | | | | 11 806 | | |
| 6-27 Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro | | | | | | 13 218 925 | | | | | | 13 218 925 | | |
| 6-27 Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro | | | | | | | -8 549 846 | | | | | -8 549 846 | | |
| 27 Ajustamentos por reconhecimento de impostos | | | | | | | | 502 819 | | | | 502 819 | | |
| 27 Aplicação dos resultados do exercício anterior | | | | | | | | | 339 571 | | -3 395 708 | 0 | | |
| 27 Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas | | | | | | | | | | | -520 874 | -520 874 | | |
| Total das variações do capital próprio | 0 | -6 868 987 | 0 | -46 648 | 11 806 | 13 218 925 | -8 549 846 | 502 819 | 339 571 | 3 056 137 | 0 | -2 252 805 | | |
| Resultado líquido do período | | | | | | | | | | | 2 828 921 | 2 828 921 | | |
| Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2022 | 44 388 315 | -6 523 618 | 0 | -46 648 | 14 998 | 7 798 096 | -5 376 597 | 930 098 | 2 757 085 | 11 122 598 | -2 624 024 | 2 828 921 | 55 269 224 | |

Contabilista Certificado

Carla Perico

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

Diretor Financeiro

Ludovico Belo



Relatório & Contas 2023

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**
Demonstração dos
Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

| | | Valores em euros | |
|--|-------------|------------------|-------------|
| <u>Demonstração do fluxo de caixa</u> | | | |
| | 2023 | 2022 | |
| Actividades Operacionais: | | | |
| Recebimento de clientes | 161 375 212 | 139 414 112 | |
| Pagamentos a fornecedores | -6 732 936 | -6 106 711 | |
| Pagamentos ao pessoal | -6 242 953 | -5 690 334 | |
| Contribuições para o fundo de pensões | -79 352 | -76 710 | |
| Fluxo gerado pelas operações | 148 319 971 | 127 540 357 | 127 540 357 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | -784 852 | -205 707 | |
| Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional: | | | |
| Pagamentos de sinistros | -89 781 639 | -71 149 207 | |
| Recebimentos/pagamentos de resseguro | -9 846 873 | -11 534 940 | |
| Recebimentos/pagamentos de co-seguro | 295 906 | 164 864 | |
| Recebimentos/pagamentos de outros impostos e taxas | -21 295 143 | -18 435 978 | |
| Outros recebimentos/pagamentos | -15 610 165 | -9 754 599 | |
| Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias | 11 297 206 | 16 624 789 | 16 624 789 |
| Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias | 8 481 | | |
| Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias | -15 368 | -5 396 | -5 396 |
| Fluxo das actividades operacionais (1) | 11 290 319 | 16 619 393 | 16 619 393 |
| Actividades de Investimento: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Investimentos financeiros | 44 874 678 | 37 536 520 | |
| Activos Tangíveis | 0 | 0 | |
| Activos Intangíveis | 0 | 0 | |
| Subsídios de investimento | 0 | 0 | |
| Juros e proveitos similares | 1 218 658 | 727 015 | |
| Dividendos | 46 275 | 43 720 | |
| Outros recebimentos relativos à actividade de investimento | 849 774 | 5 754 144 | 44 061 399 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Investimentos financeiros | 53 192 461 | 51 315 855 | |
| Activos Tangíveis | 5 102 654 | 155 043 | |
| Activos Intangíveis | 638 443 | 887 073 | |
| Outros pagamentos relativos à actividade de investimento | 234 755 | 5 122 438 | 57 480 409 |
| Fluxo das actividades de investimento (2) | -12 178 927 | -13 419 010 | -13 419 010 |
| Actividades de Financiamento: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos obtidos | | | |
| Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão | | | |
| Subsídios e doações | | | |
| Venda de acções próprias | | | |
| Cobertura de prejuízos | | | |
| Outros recebimentos relativos à actividade de financiamento | 0 | 0 | 0 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | 0 | 0 | |
| Amortização de contratos de locação financeira | 47 607 | 62 800 | |
| Juros e custos similares | 3 063 | 2 360 | |
| Dividendos | | | |
| Redução de capital e prestações suplementares | | | |
| Aquisição de acções próprias | | | |
| Outros pagamentos relativos à actividade de financiamento | 0 | 379 118 | 444 278 |
| Fluxo das actividades de financiamento (3) | -50 671 | -444 278 | -444 278 |
| Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3) | | -939 279 | 2 756 105 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 0 | 0 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 8 771 762 | 6 015 601 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | 7 832 483 | 8 771 762 |

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

Fabrizio Cesário

Félix Serrano Sanchez Carrillejo

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



Relatório & Contas 2023

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Caravela – Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Caravela ou Companhia, é uma sociedade anónima registada com o NIPC 503640549, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, que resultou da alteração da denominação social da Macif Portugal - Companhia de Seguros, S.A. em 8 de janeiro de 2015, conforme registo efetuado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

A Companhia foi constituída em 1996 sob a denominação social de Euresap – Euresa Portugal Companhia de Seguros S.A., que foi alterada no ano de 2001 para Companhia de Seguros Sagres, S.A. e no ano de 2010 para Macif Portugal – Companhia de Seguros, S.A., tendo em 12 de novembro de 2014 sido adquirida na sua totalidade pela Sociedade AAA, SGPS, S.A.

No dia 26 de junho de 2017 teve lugar a transmissão das 26.600.000 ações do Acionista AAA, SGPS, S.A., representativas de 100% do capital social, a diversos Acionistas e, adicionalmente, foi efetuado um aumento de capital, no montante de 6.000.101,96 euros, através da emissão de 14.509.472 novas ações ao valor unitário de 0,413530 euros.

Por decisão da Assembleia Geral realizada no dia 9 de julho de 2019, foi efetuado um aumento de capital no dia 18 de dezembro de 2019, no montante de 30.000.000,00 euros, mediante a emissão de 37.947.205 novas ações sem valor nominal, tendo sido realizado, em dinheiro, em dezembro de 2019 o montante de 10.000.000,00 euros, em dezembro de 2020 igual valor de 10.000.000,00 euros, e em dezembro de 2021 foi realizado o restante montante de 10.000.000,00 euros, tendo ficado concluída a operação da realização integral do capital social da Caravela.

O capital social da Companhia é representado por 79.056.667 ações nominativas sem valor nominal, no montante total de 44.388.315,20 euros, sendo detido em 48% pelo Acionista TPIF Douro BidCo S.à.r.l. com 37.947.205 ações, e que vem exercendo o controlo da Companhia desde o exercício de 2019.

Com sede em Lisboa, na Avenida Casal Ribeiro, nº 14, a Caravela dispõe de escritórios no Porto, Leiria e Faro, exercendo a atividade de seguros e resseguros dos ramos Não Vida, mediante a autorização nº 1133 concedida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Todos os valores do presente Anexo às Demonstrações Financeiras estão expressos em euros, com arredondamento à unidade pelo que as possíveis diferenças identificadas em alguns quadros decorrem deste arredondamento.

As Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foram analisadas pelo Conselho de Administração em reunião de 31 de janeiro de 2024.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras vão ser submetidos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a realizar no dia 16 de abril de 2024.

2 INFORMAÇÃO DE GESTÃO POR SEGMENTOS

A totalidade do negócio da Companhia é proveniente de contratos de seguro dos ramos Não Vida, celebrados em Portugal e em países membros da União Europeia, sendo a distribuição por linhas de negócio e por país em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentada da seguinte forma:

| | | | | | | | | | 2023 |
|--|--------------------|-------------------------|-------------------|------------------|---------------------------|----------------|------------------|------------------|---------|
| | | | | | | | | | U: Euro |
| Rúbrica | Acidentes e Doença | Incêndio e Outros Danos | Automóvel | Marítimo e Aéreo | Mercadorias Transportadas | R. Civil Geral | Diversos | TOTAL | |
| Réditos de contratos de seguro | 50 825 848 | 17 330 998 | 78 476 367 | 166 150 | 191 609 | 2 171 628 | 8 152 653 | 157 315 253 | |
| Gastos de contratos de seguros | 46 959 019 | 15 665 399 | 74 419 838 | 25 607 | 177 153 | 1 967 197 | 6 706 820 | 145 921 033 | |
| Réditos de contratos de resseguro cedido | 10 056 169 | 9 915 329 | 4 015 946 | 3 127 | 67 405 | 7 894 | 0 | 24 065 870 | |
| Gastos de contratos de resseguro cedido | 7 388 519 | 10 072 434 | 7 970 007 | 69 090 | 96 509 | 33 234 | 0 | 25 629 792 | |
| Resultado de contratos de seguro | 6 534 479 | 1 508 495 | 102 468 | 74 579 | -14 648 | 179 090 | 1 445 834 | 9 830 297 | |
| Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Perdas da componente financeira dos contratos de seguro | 213 396 | 11 754 | 9 438 | 0 | 0 | 93 | 0 | 234 681 | |
| Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido | 83 961 | 10 311 | 9 596 | 0 | 0 | 0 | 0 | 103 868 | |
| Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro cedido | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Resultado da componente financeira dos contratos de seguro | -129 435 | -1 443 | 158 | 0 | 0 | -93 | 0 | -130 813 | |
| Rendimentos | 1 444 639 | 55 803 | 1 202 648 | 1 561 | 2 208 | 45 140 | 102 801 | 2 854 800 | |
| Gastos financeiros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | -613 | -74 | -1 592 | -2 | -3 | -60 | -136 | -2 480 | |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | -2 328 | -4 143 | -89 289 | -116 | -164 | -3 351 | -7 632 | -107 023 | |
| Diferenças de câmbio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Perdas de imparidade (líquidas reversão) | 14 350 | 1 095 | 23 603 | 31 | 43 | 886 | 2 018 | 42 025 | |
| Gastos não atribuíveis | 2 314 836 | 169 117 | 3 644 780 | 4 732 | 6 692 | 136 802 | 311 553 | 6 588 512 | |
| Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Resultado Técnico | 5 517 556 | 1 388 426 | -2 453 991 | 71 260 | -19 342 | 83 038 | 1 227 296 | 5 814 244 | |
| Outros rendimentos/gastos | | | | | | | | 115 915 | |
| Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial | | | | | | | | 1 262 512 | |
| Resultado não técnico | | | | | | | | 1 378 427 | |
| Resultado antes de impostos | | | | | | | | 7 192 671 | |

| | | | | | | | | | 2022 |
|--|--------------------|-------------------------|------------------|------------------|---------------------------|------------------|-----------------|------------------|---------|
| | | | | | | | | | U: Euro |
| Rúbrica | Acidentes e Doença | Incêndio e Outros Danos | Automóvel | Marítimo e Aéreo | Mercadorias Transportadas | R. Civil Geral | Diversos | TOTAL | |
| Réditos de contratos de seguro | 39 054 503 | 13 402 326 | 68 368 208 | 151 243 | 202 502 | 1 857 054 | 6 968 070 | 130 003 908 | |
| Gastos de contratos de seguros | 45 749 706 | 11 854 169 | 61 748 671 | -6 737 | 98 247 | 828 094 | 7 487 418 | 127 759 568 | |
| Réditos de contratos de resseguro cedido | 13 626 552 | 8 312 723 | 6 349 892 | -15 119 | 72 199 | 15 245 | 0 | 28 361 493 | |
| Gastos de contratos de resseguro cedido | 9 689 825 | 4 742 437 | 8 717 000 | 73 916 | 109 067 | 27 073 | 50 | 23 359 368 | |
| Resultado de contratos de seguro | -2 758 476 | 5 118 444 | 4 252 429 | 68 946 | 67 387 | 1 017 132 | -519 397 | 7 246 466 | |
| Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Perdas da componente financeira dos contratos de seguro | 162 190 | -1 708 | 5 040 | -465 | -9 | 1 919 | -4 346 | 162 620 | |
| Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido | 67 849 | -1 418 | 4 994 | -326 | -6 | 1 410 | 0 | 72 503 | |
| Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro cedido | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Resultado da componente financeira dos contratos de seguro | -94 340 | 290 | -46 | 140 | 3 | -509 | 4 346 | -90 116 | |
| Rendimentos | 966 655 | 19 901 | 384 156 | 644 | 436 | 13 625 | 37 712 | 1 423 129 | |
| Gastos financeiros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | -219 | 333 | 6 430 | 11 | 7 | 228 | 631 | 7 421 | |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | -3 007 | -6 885 | -132 901 | -223 | -151 | -4 714 | -13 047 | -160 927 | |
| Diferenças de câmbio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Perdas de imparidade (líquidas reversão) | 2 704 | 329 | 6 358 | 11 | 7 | 226 | 624 | 10 259 | |
| Gastos não atribuíveis | 1 798 558 | 173 962 | 3 358 113 | 5 630 | 3 811 | 119 103 | 329 663 | 5 788 840 | |
| Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Resultado Técnico | -3 690 649 | 4 957 792 | 1 145 597 | 63 877 | 63 864 | 906 434 | -820 042 | 2 626 873 | |
| Outros rendimentos/gastos | | | | | | | | -10 363 | |
| Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial | | | | | | | | 0 | |
| Resultado não técnico | | | | | | | | -10 363 | |
| Resultado antes de impostos | | | | | | | | 2 616 510 | |

| 2023 | | | | |
|--|------------------|----------------|----------------|------------------|
| U: Euro | | | | |
| Rúbrica | Portugal | França | Grécia | TOTAL |
| Réditos de contratos de seguro | 149 803 623 | 4 676 261 | 2 835 368 | 157 315 253 |
| Gastos de contratos de seguros | 139 455 864 | 3 971 429 | 2 493 740 | 145 921 033 |
| Réditos de contratos de resseguro cedido | 20 639 121 | 2 321 830 | 1 104 918 | 24 065 870 |
| Gastos de contratos de resseguro cedido | 22 203 492 | 2 504 441 | 921 859 | 25 629 792 |
| Resultado de contratos de seguro | 8 783 388 | 522 222 | 524 687 | 9 830 297 |
| Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Perdas da componente financeira dos contratos de seguro | 192 875 | 30 540 | 11 266 | 234 681 |
| Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido | 66 100 | 28 077 | 9 691 | 103 868 |
| Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro cedido | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Resultado da componente financeira dos contratos de seguro | -126 775 | -2 463 | -1 575 | -130 813 |
| Rendimentos | 2 730 345 | 67 537 | 56 918 | 2 854 800 |
| Gastos financeiros | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | -2 372 | -59 | -49 | -2 480 |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | -102 358 | -2 532 | -2 134 | -107 023 |
| Diferenças de câmbio | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Perdas de imparidade (líquidas reversão) | 40 193 | 994 | 838 | 42 025 |
| Gastos não atribuíveis | 6 301 285 | 155 866 | 131 360 | 6 588 512 |
| Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Resultado Técnico | 4 940 751 | 427 844 | 445 649 | 5 814 244 |
| Outros rendimentos/gastos | | | | 115 915 |
| Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial | | | | 1 262 512 |
| Resultado não técnico | | | | 1 378 427 |
| Resultado antes de impostos | | | | 7 192 671 |

| 2022 | | | |
|--|------------------|----------------|------------------|
| U: Euro | | | |
| Rúbrica | Portugal | França | TOTAL |
| Réditos de contratos de seguro | 126 396 974 | 3 606 934 | 130 003 908 |
| Gastos de contratos de seguros | 122 497 548 | 5 262 020 | 127 759 568 |
| Réditos de contratos de resseguro cedido | 24 451 203 | 3 910 290 | 28 361 493 |
| Gastos de contratos de resseguro cedido | 21 698 968 | 1 660 400 | 23 359 368 |
| Resultado de contratos de seguro | 6 651 661 | 594 805 | 7 246 466 |
| Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro | 0 | 0 | 0 |
| Perdas da componente financeira dos contratos de seguro | 155 922 | 6 698 | 162 620 |
| Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro cedido | 69 517 | 2 986 | 72 503 |
| Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro cedido | 0 | 0 | 0 |
| Resultado da componente financeira dos contratos de seguro | -86 405 | -3 712 | -90 116 |
| Rendimentos | 1 384 699 | 38 430 | 1 423 129 |
| Gastos financeiros | 0 | 0 | 0 |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | -151 288 | -2 218 | -153 506 |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | 0 | 0 | 0 |
| Diferenças de câmbio | 0 | 0 | 0 |
| Perdas de imparidade (líquidas reversão) | 10 301 | -42 | 10 259 |
| Gastos não atribuíveis | 5 644 059 | 144 781 | 5 788 840 |
| Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro | 0 | 0 | 0 |
| Resultado Técnico | 2 144 307 | 482 566 | 2 626 873 |
| Outros rendimentos/gastos | | | -10 363 |
| Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial | | | 0 |
| Resultado não técnico | | | -10 363 |
| Resultado antes de impostos | | | 2 616 510 |

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 235.º do regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e das secções 3.2.1.1. e 3.2.1.2. da decisão sobre a colaboração das Autoridades de Supervisão de Seguros do Espaço Económico Europeu, (BoS-21-235, de 10 de junho de 2021), a Caravela –

Companhia de Seguros, S.A. pode exercer atividade em livre prestação de serviços em Estados Membros da União Europeia, a partir da sua sede em Portugal.

Assim, Caravela – Companhia de Seguros, S.A. está autorizada a operar em regime de livre prestação de serviços nos seguintes países: França, Grécia, Países Baixos e Espanha.

Em França, está autorizada a operar nos ramos de seguros de incêndio e outros danos, acidentes, responsabilidade civil geral, caução e perdas pecuniárias diversas.

Na Grécia, está autorizada nos ramos de seguro automóvel, caução e assistência.

Nos Países Baixos, está autorizada para o seguro automóvel e a assistência.

Por último, em Espanha, está autorizada no ramo do seguro de caução.

A operação em França iniciou-se em 2021, através de uma parceria com a DUNE. É distribuído um produto que se destina a operações de construção no âmbito da obrigação definida no Artigo L.242-1 do Código de Seguros de França. O produto é destinado a obras.

Na Grécia, a operação iniciou-se em fevereiro de 2023, estabelecendo-se uma parceria com a BROKINS, SA. É distribuído um produto que se destina a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil automóvel, fixada legislação grega, nomeadamente pelas disposições da Lei 4364/2016, Lei 489/76 como codificada e aplicável e Lei 2496/97 como suplementar.

Nos Países Baixos, a autorização para operar neste país foi concedida em 21 de março de 2023, e iniciou-se a atividade em novembro de 2023, estabelecendo uma parceria com a Biesbosch Assuradeuren Anno 2000 B.V., que atua no mercado neerlandês como corretora e coordenadora de agentes de seguros. É distribuído um produto que se destina a cumprir destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil automóvel, fixada pela legislação neerlandesa.

As primeiras operações iniciaram-se em janeiro de 2024.

Em 17 de outubro de 2023, foi concedida autorização para operar o ramo cauções, em Espanha, França e Grécia, contudo ainda não existe registo de operações em 2023.

3 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

3.1 Base de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras da Caravela em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com o que estabelece o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar n.º 9/2022-R de 2 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Os valores das contas da Demonstração da Posição Financeira e da Conta de Ganhos e Perdas dos exercícios de 2023 e 2022 são comparáveis entre si, incluindo o impacto da aplicação pela primeira vez da IFRS 17 – Contratos de seguro e da IFRS 9 – Instrumentos financeiros, encontrando-se as Demonstrações Financeiras preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB, e adotadas pela União Europeia, efetivas a 1 de janeiro de 2023.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, os terrenos e edifícios de rendimento, e dos passivos de contratos de seguro que se encontram mensurados ao justo valor.

3.2 Novas normas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia foram aplicadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

| Descrição | Alteração | Data efetiva |
|--|---|----------------------|
| 1. Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2023 | | |
| • IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas | Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas” | 1 de janeiro de 2023 |
| • IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas | Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas | 1 de janeiro de 2023 |
| • IFRS 17 – Contratos de seguro | Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação | 1 de janeiro de 2023 |
| • IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa | Esta alteração permite evitar desfaseamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “ <i>overlay</i> ” | 1 de janeiro de 2023 |

| Descrição | Alteração | Data efetiva |
|--|--|---------------------------------------|
| | na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9 | |
| <ul style="list-style-type: none"> IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação | Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial simultâneo dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais | 1 de janeiro de 2023 |
| <ul style="list-style-type: none"> IAS 12 – Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar II | Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar II. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de 750 milhões de euros em pelo menos dois dos últimos quatro anos) | Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram gerados efeitos materiais nas demonstrações financeiras anexas decorrentes da adoção das normas / interpretações / emendas e revisões acima referidas, à exceção da aplicação da IFRS 17 e da consequente adoção pela primeira vez da IFRS 9 – Instrumentos financeiros, conforme referido no capítulo “Impacto da alteração de políticas contabilísticas no exercício”.

| Descrição | Alteração | Data efetiva |
|---|--|----------------------|
| 2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2024, endossadas pela EU | | |
| <ul style="list-style-type: none"> IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com “covenants” | Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants” | 1 de janeiro de 2024 |

| Descrição | Alteração | Data efetiva |
|--|---|----------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação | Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis | 1 de janeiro de 2024 |

Estas alterações às normas ainda não se encontram efetivas, pelo que não foram adotadas pela Companhia nestas demonstrações financeiras do exercício de 2023. A Companhia não estima impactos da adoção futura destas alterações às normas.

| Descrição | Alteração | Data efetiva |
|---|--|----------------------|
| 3. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2024, ainda não endossadas pela UE | | |
| <ul style="list-style-type: none"> IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores | Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis | 1 de janeiro de 2024 |
| <ul style="list-style-type: none"> IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade | Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato. | 1 de janeiro de 2025 |

Estas alterações às normas ainda não se encontram efetivas, pelo que não foram adotadas pela Companhia nestas demonstrações financeiras do exercício de 2023. A Companhia não estima impactos da adoção futura destas normas.

Impacto da alteração de políticas contabilísticas no exercício

Em 1 de janeiro de 2023 tornou-se efetiva a IFRS 17 – Contratos de seguro que substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro.

Adicionalmente e porque o IASB permitiu que as empresas com atividade seguradora pudessem diferir a aplicação da IFRS 9 – instrumentos financeiros (efetiva desde 1 de janeiro de 2018) até à data em que a IFRS 17 se tornasse efetiva, pelo que a Caravela também efetuou a sua adoção neste exercício, substituindo a IAS 39.

IFRS 17 & 9 – Impacto da adoção

Os impactos da adoção desta norma na Demonstração da Posição Financeira à data de início do período comparativo o 1 de janeiro de 2022 foram os seguintes:

| | 31/12/2021 IFRS 4 | Reclassificações e Ajustamentos IFRS 17 | Reclassificações IFRS 9 | 01/01/2022 IFRS 17 |
|--|----------------------|---|----------------------------|-----------------------|
| Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 6 015 601 | | | 6 015 601 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 5 000 | | | 5 000 |
| Activos disponíveis para venda | 104 668 081 | | -104 668 081 | 0 |
| Empréstimos e contas a receber | 2 898 565 | | -2 898 565 | 0 |
| Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas | 0 | | 4 951 823 | 4 951 823 |
| Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas | 0 | | 99 716 258 | 99 716 258 |
| Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado | 0 | | 2 898 565 | 2 898 565 |
| Derivados de cobertura | 0 | | | 0 |
| Terrenos e edifícios | 9 049 484 | | | 9 049 484 |
| Outros ativos tangíveis | 347 328 | | | 347 328 |
| Inventários | 87 521 | | | 87 521 |
| Ativos sob direito de uso | 1 337 139 | | | 1 337 139 |
| Goodwill | 0 | | | 0 |
| Outros ativos intangíveis | 3 438 511 | | | 3 438 511 |
| Ativos de contratos de resseguro cedido dos ramos Não Vida | 34 016 490 | 8 068 492 | | 42 084 983 |
| De serviços futuros | 0 | | | 2 703 378 |
| De serviços passados | 0 | | | 39 381 605 |
| Outros devedores por operações de seguro e outras operações | 14 156 670 | -11 073 097 | | 3 083 573 |
| Ativos por impostos e taxas | 846 774 | 1 053 929 | | 1 900 703 |
| Acréscimos e diferimentos | 335 442 | | | 335 442 |
| TOTAL ATIVO | 177 202 607 | -1 950 676 | 0 | 175 251 931 |
| Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida | 100 453 241 | 4 150 200 | | 104 603 442 |
| De serviços futuros | | | | 17 021 506 |
| De serviços passados | | | | 87 581 936 |
| Outros passivos financeiros | 1 908 130 | | | 1 908 130 |
| Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo | 174 400 | | | 174 400 |
| Outros credores por operações de seguros e outras operações | 10 560 691 | -476 993 | | 10 083 698 |
| Passivos por impostos e taxas | 3 992 467 | -1 766 657 | | 2 225 810 |
| Acréscimos e diferimentos | 1 563 342 | | | 1 563 342 |
| TOTAL PASSIVO | 118 652 272 | 1 906 550 | 0 | 120 558 822 |
| Capital (Ações próprias) | 44 388 315 | | | 44 388 315 |
| Outros instrumentos de capital | | | | |
| Reservas de reavaliação | 186 798 | | 161 762 | 348 561 |
| Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | 186 798 | | | 345 369 |
| Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | | | | 3 192 |
| Reserva da componente financeira dos contratos de seguro | | -5 420 830 | | -5 420 830 |
| Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro | | 3 173 250 | | 3 173 250 |
| Reserva por impostos | -42 030 | 469 309 | | 427 279 |
| Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de reservas | | | | |
| Outras reservas | 10 483 976 | | | 10 483 976 |
| Resultados transitados | 137 567 | 1 316 753 | -161 762 | 1 292 558 |
| Resultado do exercício | 3 395 708 | -3 395 708 | | |
| TOTAL CAPITAL PRÓPRIO | 58 550 335 | -3 857 226 | 0 | 54 693 109 |
| TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | 177 202 607 | -1 950 676 | 0 | 175 251 931 |

Transição

No momento da transição, o normativo requer que a Companhia aplique a abordagem retrospectiva para reconhecer e mensurar tanto os contratos de seguro como os de resseguro cedido. À luz desta abordagem, a IFRS 17 teria de ser aplicada como se estivesse desde sempre em vigor.

No entanto, se tal for impraticável o normativo prevê duas possíveis alternativas: a abordagem retrospectiva modificada e a abordagem do justo valor.

Como a Companhia dispõe de toda a informação histórica necessária aplicou a abordagem retrospectiva à totalidade dos seus portfólios de contratos de seguros.

Relativamente à IFRS 9, a Companhia aplicou o seu impacto retrospectivamente a 1 de janeiro de 2022, consistente com a opção de adoção da IFRS 17. O principal impacto da adoção da IFRS 9 refere-se à classificação dos investimentos em instrumentos de capital, títulos de dívida e Empréstimos e contas a receber de acordo com as três novas categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9, atendendo ao modelo de negócio seguido para a recuperação do valor dos ativos e a natureza dos fluxos de caixa contratuais.

3.3 Políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas materiais aplicadas pela Caravela foram aplicadas de forma consistente a todos os períodos apresentados.

3.3.1 Contratos de seguro

A Companhia adotou a IFRS 17 – Contratos de Seguro a partir de 1 de janeiro de 2023. Esta resulta em mudanças significativas a nível da contabilização de contratos de seguro e de resseguro, que estão detalhadas abaixo.

a. Classificação dos contratos

Contratos de seguro

Atualmente a Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação de ambos.

A Companhia reconhece como contratos de seguro, os contratos em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento coberto pelo seguro) afetar adversamente o tomador de seguro.

No caso de contratos em que o risco seja essencialmente financeiro e o risco de seguro assumido pela Companhia não seja significativo, mas exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos tomadores de seguro, a Companhia considera estes contratos como sendo contratos de seguro e como tal são mensurados em conformidade com a IFRS 17.

Contratos de resseguro cedido

A Companhia celebra acordos com o intuito de transferir o risco de seguro, juntamente com os respetivos prémios, para uma ou mais entidades resseguradoras. Se, a entidade

resseguradora não tiver a capacidade de cumprir com as suas obrigações, a Companhia continua responsável perante os seus tomadores de seguro pela parcela ressegurada.

b. Nível de agregação

A Companhia determina o nível de agregação para os contratos de seguro emitidos dividindo-os por portfólios. Cada portfólio deve incluir contratos de seguro sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto.

A Companhia agrupou os seus portfólios da seguinte forma:

| Portfólios | |
|--------------|------------------------------|
| Código | Nome |
| AT | Acidentes de Trabalho |
| AP | Acidentes Pessoais |
| Saúde | Saúde |
| IOD | Incêndios e Outros Danos |
| AUTO | Automóvel |
| Mar + Transp | Marítimo e Transportes |
| Mercadorias | Mercadorias Transportadas |
| RCG | Responsabilidade Civil Geral |

No reconhecimento inicial, os contratos de seguro inseridos em cada portfólio são divididos em grupos de:

- Contratos que são onerosos;
- Contratos que não apresentam uma possibilidade significativa de se tornarem posteriormente onerosos;
- Restantes contratos do portfólio.

A Companhia aplicou a metodologia anteriormente referida para os contratos de resseguro cedido, conforme previsto no normativo. Neste sentido foram definidos os seguintes portfólios:

| | |
|---------------------------------|-------------------------|
| • Auto | • Desporto profissional |
| • Danos próprios carros de luxo | • Multirriscos; |
| • ALD; | • Engenharia; |
| • Ambiental; | • Marítimo; |
| • Acidentes de trabalho; | • Catastrófico; |
| • Acidentes pessoais; | • Saúde |

A norma IFRS 17 não permite que sejam incluídos num mesmo portfólio contratos emitidos com mais de um ano de intervalo. Neste sentido, cada portfólio deverá ser desagregado em *cohorts* anuais, ou *cohorts* que consistem em períodos inferiores a um ano.

A Companhia separa os seus contratos em *cohorts* anuais tendo por base o ano civil.

c. Separação de componentes

O normativo exige que a Companhia separe as componentes de investimento distintas do contrato de seguro de acolhimento.

A Companhia não detém, ao momento, componentes de investimento distintas pelo que não necessita de efetuar esta separação.

A Companhia, atualmente, também não detém componentes de investimento não distintas.

d. Reconhecimento inicial

A Companhia reconhece um dado grupo de contratos de seguro por si emitidos a partir da primeira das seguintes ocorrências:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data em que o primeiro pagamento de um tomador de seguro do grupo se torna exigível;
- data em que o grupo se torna oneroso, no caso de grupos de contratos onerosos.

No caso dos grupos de contratos de resseguro cedidos a Companhia reconhece-os a partir da primeira das seguintes datas:

- o início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro cedidos;
- a data em que a entidade reconhece um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes. No entanto, se a Companhia celebra um contrato de resseguro conexo cedidos no grupo de contratos de resseguro cedidos reconhece-o nessa data ou antes.

e. Modelos de mensuração

A IFRS 17 prevê a utilização de três modelos de mensuração, o modelo geral de mensuração, o modelo de imputação dos prémios e o modelo da comissão variável, nos quais os réditos de contratos de seguro são reconhecidos em ganhos e perdas ao longo

do tempo, à medida que os serviços vão sendo prestados. Os modelos têm por base o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros, um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro e também uma margem de serviços contratuais que representa o lucro ainda não realizado.

Atendendo ao tipo de produtos detidos pela Companhia e também aos requisitos de aplicabilidade de cada um dos modelos de mensuração, a Companhia aplica a abordagem do modelo de imputação dos prémios.

Esta abordagem é opcional e só pode ser aplicada a contratos de curta duração. Apesar de ser o modelo mais simplificado previsto na IFRS 17, não são esperadas diferenças significativas face ao modelo geral de mensuração para este tipo de contratos.

f. Fronteiras Contratuais

O normativo prevê que a Companhia inclua no cálculo dos fluxos de caixa a ligados ao cumprimento dos contratos de seguro e dos contratos de resseguro detido as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro dos limites de cada contrato do grupo. Os fluxos de caixa inscrevem-se dentro dos limites de um contrato de seguro se decorrem de direitos e obrigações de carácter substantivo existentes durante o período de relato por via dos quais a Companhia pode obrigar o tomador de seguro a pagar os prémios ou a Companhia tem uma obrigação material de prestar serviços de contratos de seguro ao tomador de seguro.

Uma obrigação material de prestação de serviços de contratos de seguro termina quando:

- a Companhia tiver a possibilidade prática de reavaliar os riscos do tomador de seguro, pelo que pode fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente esses riscos; ou
- estiverem preenchidos ambos os seguintes critérios:
 - i. a Companhia tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos da carteira de contratos de seguro que contém o contrato e, conseqüentemente, puder fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente o risco dessa carteira; e
 - ii. a tarifação dos prémios até à data em que os riscos são reavaliados não tem em conta os riscos que dizem respeito a períodos posteriores à data de reavaliação.

No caso dos contratos de resseguro cedido, a obrigação substantiva de receber serviços termina quando o ressegurador tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos de seguro que lhe foram transferidos e, conseqüentemente, puder definir o preço ou o nível de benefícios que reflitam esse mesmo risco, ou quando o ressegurador tiver o direito substantivo de cessar a cobertura.

A Companhia não reconhece ativos ou passivos relativos a prémios ou sinistros que não estejam inseridos nas fronteiras contratuais – estes montantes dizem respeito a contratos de seguro futuros.

Aplicação dos modelos de mensuração aos contratos de seguro

1. Abordagem da imputação dos prémios

Esta abordagem é uma abordagem simplificada pelo que importa salientar que a Companhia apenas a aplicou porque o segundo requisito abaixo mencionado se verificou para todos os produtos comercializados pela Companhia.

Estes requisitos referem que uma Companhia só pode aplicar esta abordagem se:

- tiver razões para crer que esta simplificação conduzirá a uma mensuração do passivo de cobertura remanescente do grupo que não será significativamente diferente daquela que seria obtida pela aplicação do modelo geral de mensuração;
- o período de cobertura de cada contrato do grupo (incluindo os serviços de contratos de seguro decorrentes de todos os prémios dentro dos limites contratuais) é igual ou inferior a um ano.

Mensuração no reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, para apurar a quantia escriturada do passivo a Companhia considerou:

- os prémios eventualmente recebidos no reconhecimento inicial, se for o caso;
- menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros nessa data, salvo se a Companhia optar por reconhecer os pagamentos como gastos; e
- mais ou menos qualquer quantia decorrente do desreconhecimento nessa data do seguinte:
 - i. quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros;

- ii. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.

Os fluxos de caixa de aquisição anteriormente referidos, podem ser diferidos ao longo do período de cobertura dos contratos ou reconhecidos como gastos quando incorridos. A Companhia optou por diferir os fluxos de caixa de aquisição de forma racional e sistemática ao longo do período de cobertura dos contratos.

Taxa de desconto

A Companhia mensura o valor temporal do dinheiro através da utilização de taxas de desconto que reflitam as características de liquidez dos contratos de seguro e que sejam coerentes com os preços de mercado correntes observáveis. As taxas de desconto excluem o efeito de fatores que influenciam esses preços de mercado observáveis, mas não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

A Companhia aplica a abordagem *bottom-up* para apurar a taxa de desconto.

Desta forma, a taxa de desconto é determinada ajustando uma curva de rendimento isenta de risco líquida, a fim de refletir as diferenças entre as características de liquidez dos instrumentos financeiros que estão na base das taxas praticadas no mercado e as características de liquidez dos contratos de seguro.

Ajustamento de risco

O ajustamento de risco reflete a compensação que a Companhia exige para suportar a incerteza sobre o montante e a ocorrência dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A norma não prevê uma metodologia específica para o cálculo do ajustamento de risco, ditando que deverá ser utilizado julgamento por parte de cada entidade para determinar qual a técnica mais adequada para estimar esta métrica.

A Companhia optou por utilizar o método do *Value at Risk* (VaR) para apurar o ajustamento de risco. O VaR é uma medida estatística que avalia a perda máxima esperada para um determinado nível de confiança. No caso de um grupo de contratos, este valor representará os fluxos de caixa futuros calculados a esse nível de confiança.

De modo a definir o nível de confiança a aplicar na metodologia VaR, foram analisados dois tipos de responsabilidades dentro do portfólio da Companhia, os similares a vida (Anuidades de Acidentes de Trabalho) e os não similares a vida (Resto da carteira).

Para as responsabilidades valorizadas seguindo técnicas de não vida bem como para as responsabilidades valorizadas seguindo técnicas de vida o nível de confiança adotado traduz um provisionamento ao nível da melhor estimativa.

A Companhia optou por não desagregar o efeito financeiro do ajustamento de risco para o risco não financeiro entre o resultado de contratos de seguro e o resultado da componente financeira dos contratos de seguro.

Mensuração subsequente

Para mensurar a quantia escriturada do passivo no final de cada período de relato subsequente, a Companhia teve em consideração:

- a quantia escriturada no início do período do relato;
- mais os prémios recebidos durante o período;
- menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- mais quaisquer quantias respeitantes à amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidas como gastos no período de relato;
- mais qualquer ajustamento de uma componente de financiamento;
- menos o montante reconhecido como rédito de seguros por serviços prestados nesse período;
- menos qualquer componente de investimento paga ou transferida para o passivo para sinistros ocorridos.

Conforme mencionado no normativo, não é imperativo ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro se a entidade tiver a expectativa de que esses fluxos de caixa irão ser pagos ou recebidos no espaço de um ano ou menos a contar da data de participação dos sinistros.

Como a carteira da Caravela é constituída por produtos anuais renováveis, com um período de cobertura igual ou inferior a um ano, a Companhia optou por não ajustar o valor da componente dos fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro.

A Companhia mensura os passivos para sinistros ocorridos do grupo de contratos de seguro como os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com sinistros ocorridos, em linha com a metodologia que é aplicada para o modelo geral de

mensuração uma vez que a diferença entre a data de ocorrência dos sinistros e a liquidação dos mesmos nem sempre é inferior a um ano.

Para os contratos de resseguro cedido a aplicação desta abordagem é efetuada em linha com o procedimento acima descrito.

Contratos onerosos

Se ao longo do período de cobertura surgirem factos ou circunstâncias que indiquem que um grupo de contratos de seguro é oneroso, a Companhia apura a diferença entre:

- a quantia escriturada do passivo de cobertura remanescente; e
- os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à cobertura remanescente do grupo. No entanto, como a Companhia procede ao ajustamento do passivo para sinistros ocorridos, para o valor temporal do dinheiro e para os efeitos do risco financeiro, a Companhia inclui esses ajustamentos nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos.

Rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE)

Os rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE) compreendem a variação do valor contabilístico de grupos de contratos de seguros decorrentes do:

- efeito do valor temporal do dinheiro e das suas respetivas variações; e
- efeito do risco financeiro e respetivas variações.

O normativo define que, neste âmbito, uma entidade faça uma opção da política contabilística quanto à necessidade de desagregar os rendimentos ou gastos financeiros do período entre os resultados e outro rendimento integral. A política contabilística selecionada pela entidade deve ser aplicada a portfólios de contratos de seguro. De acordo com a IAS 8.13, a escolha da política contabilística deve ser aplicada de forma consistente a portfólios similares de contratos de seguro.

A Companhia optou por desagregar os rendimentos ou gastos financeiros do período entre os resultados e outro rendimento integral. Esta opção foi aplicada retrospectivamente.

3.3.2 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os ativos financeiros reconhecidos na data da negociação (“Trade Date”, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo).

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura o ativo ou passivo financeiro pelo seu justo valor juntamente com os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão dos mesmos, para os ativos ou passivos financeiros que não são mensurados ao justo valor através de resultados. Os custos de transação de ativos e passivos financeiros contabilizados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do exercício quando incorridos.

Imediatamente após o reconhecimento inicial, é reconhecida uma provisão para as perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e os investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Quando o justo valor de ativos e passivos financeiros difere do preço da transação no reconhecimento inicial, a entidade reconhece a diferença da seguinte forma:

- a. Quando o justo valor é evidenciado por um preço cotado num mercado ativo (Nível 1 da hierarquia do justo valor da IFRS 13) ou com base numa técnica de avaliação que utiliza dados observáveis de mercado, a diferença é reconhecida como um rendimento ou gasto.
- b. Nos restantes casos, a diferença é diferida e amortizada ao longo da vida útil do instrumento financeiro, até que o justo valor possa ser determinado usando dados observáveis de mercado, ou liquidado.

Custo amortizado e taxa de juro efetiva

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente menos os reembolsos do principal, juntamente com a amortização cumulativa usando o método do juro efetivo para qualquer diferença entre o valor inicial e o valor de vencimento e, para ativos financeiros ajustados por qualquer perda.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os futuros pagamentos/recebimentos de caixa estimados do ativo ou passivo financeiro para o valor contabilístico bruto de um ativo financeiro ou para o custo amortizado de um passivo financeiro. Quando a Companhia revê as estimativas de fluxos de caixa futuros, o valor contabilístico do respetivo ativo ou passivo financeiro é ajustado para refletir a nova

estimativa descontada utilizando a taxa de juro efetiva original. Quaisquer alterações são reconhecidas nos resultados do exercício.

As receitas de juros provenientes do cálculo da taxa de juro efetiva ao valor bruto dos ativos financeiros são reconhecidas ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

3.3.2.1 Ativos financeiros

Classificação e mensuração subsequente

O Grupo reconhece os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- a. Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado
- b. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral
- c. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados

Instrumentos de dívida

O reconhecimento e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gerir o ativo e as características de fluxos de caixa do ativo. Existem três categorias de mensuração nas quais a Companhia classifica os seus instrumentos de dívida:

- **Custo amortizado:** ativos detidos somente para cobrança de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos de principal e de juros, sendo mensurados ao custo amortizado. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em juros e outros rendimentos similares através da utilização do método da taxa de juro efetiva.
- **Justo valor através de outro rendimento integral:** ativos detidos para cobrança de fluxos de caixa contratuais e para venda desses mesmos ativos financeiros, quando os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e de juro, são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral. As variações no valor contabilístico são reconhecidas em outro rendimento integral, exceto as variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças de câmbio, as quais são reconhecidas em resultados do período. Quando os ativos financeiros são desreconhecidos, os ganhos/(perdas) cumulativos previamente reconhecidos em outro rendimento integral são reclassificados de capital próprio para resultados do exercício. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em juros e rendimentos financeiros através do método da taxa de juro efetiva.

- Justo valor através de resultados: os ativos que não cumprem com o critério do custo amortizado ou justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através de resultados. Um ganho/(perda) num investimento de dívida que é mensurado subsequentemente ao justo valor através de resultados é reconhecido e apresentado na demonstração dos resultados consolidada.

Os ativos financeiros com derivados embutidos são considerados na sua totalidade para determinar se os seus fluxos de caixa são pagamentos de principal e de juro. A Companhia reclassifica investimentos de dívida apenas quando o seu modelo de negócio de gestão de ativos altera.

Instrumentos de capital próprio

A Companhia mensura subsequentemente os seus instrumentos de capital próprio ao justo valor através de resultados e através de outro rendimento integral. Os ganhos/(perdas) de instrumentos de capital próprio ao justo valor através de resultados são incluídos na linha “Ganhos líquidos de investimentos ao justo valor através de resultados” na demonstração de resultados e os ganhos/(perdas) de instrumentos de capital próprio ao justo valor através de outro rendimento integral são incluídos na linha “reservas de reavaliação” na demonstração da posição financeira.

Perdas de imparidade

A Companhia avalia de modo prospetivo as perdas de crédito estimadas associadas aos seus instrumentos de dívida reconhecidos ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada depende se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito. A nota de Risco de Crédito detalha os procedimentos adotados pela Companhia para verificar se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito.

A mensuração das perdas de crédito estimadas reflete:

- a. Um valor imparcial e ponderado pela probabilidade que é determinada pela avaliação de um possível acontecimento;
- b. Valor temporal do dinheiro; e
- c. Informação razoável e sustentável acerca de acontecimentos passados, condições atuais e previsões económicas futuras, que estejam disponíveis à data do relato.

Desreconhecimento (exceto modificação)

Ativos financeiros, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa dos ativos expiraram, ou quando eles foram transferidos e:

- i) A Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou
- ii) A Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não retém o controlo

3.3.2.2 Passivos financeiros

Classificação e mensuração subsequente

Os passivos financeiros são reconhecidos e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto para derivativos, os quais são mensurados ao justo valor através de resultados.

As alterações no justo valor dos passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados relacionadas com o risco de crédito próprio são apresentadas no outro rendimento integral, enquanto todas as outras alterações ao justo valor são apresentadas na demonstração de resultados.

Desreconhecimento

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes de caixa e depósitos à ordem” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses da data de constituição ou aquisição e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.3.4 Terrenos e edifícios de rendimento

A rubrica de Terrenos e edifícios de rendimento inclui os imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obter rendimento através de locação e/ ou valorização.

Os Terrenos e edifícios de rendimento, seguem os princípios de mensuração das propriedades de investimento, e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos diretamente relacionados. São subsequentemente mensurados ao justo

valor conforme as avaliações efetuadas com recurso a peritos avaliadores independentes, não sendo sujeitos ao registo de depreciações.

A Caravela definiu que as avaliações independentes, face à baixa volatilidade dos valores de mercado, devem ser realizadas de 3 em 3 anos.

Nos restantes anos, a Caravela avalia internamente, através do método do rendimento, se existem indícios de imparidade.

Caso existam indícios de imparidade, a Caravela procederá de imediato à avaliação independente das propriedades, que caso confirmem os indícios refletirá em balanço essa perda.

Caso não existam indícios de imparidade, a Caravela não registará qualquer variação de valorização em balanço.

No ano 2023 a Caravela concluiu através de avaliação interna que não existiam indícios de imparidade em nenhuma dos imóveis detidos.

Os gastos suportados com os Terrenos e edifícios de rendimento são registados, quando incorridos. Os rendimentos obtidos com as rendas de locação são reconhecidos na rubrica “Rendimentos de Investimentos afetos aos passivos de contratos de seguros” da Demonstração de resultados.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados a cada data de relato anual e as variações de justo valor apuradas são registadas em resultados na rubrica “Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

3.3.5 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis incluem as rubricas:

- Terrenos e edifícios de uso próprio
- Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são determinadas de acordo com o período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, conforme tabela abaixo:

| Descrição | anos vida útil |
|-------------------------|----------------|
| Mobiliário | 8 |
| Máquinas e Ferramentas | 4 a 10 |
| Equipamento informático | 3 a 6 |
| Instalações Interiores | 5 |
| Mat. Transporte | 4 e 5 |
| Outro Equipamento | 8 a 10 |

As depreciações são registadas em gastos do exercício.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

O valor contabilístico do ativo tangível é desreconhecido no momento de alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são reconhecidos na rubrica “Outros Gastos” da Demonstração de resultados.

3.3.6 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Companhia, que sejam controláveis pela Companhia e se possa mensurar razoavelmente o seu valor.

Nesta rubrica encontram-se registados os custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

3.3.7 Locações

Uma locação é definida como um contrato que confere o direito de controlar o uso de um ativo identificável durante um certo período e em troca de um determinado valor.

Na ótica do locatário

Na data de início de cada contrato, a Companhia avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação, reconhecendo um ativo sob direito de uso e um passivo de locação, na data da entrada em vigor do contrato, ou seja, na data em que a Companhia assume o controlo sobre o ativo.

A Companhia aplica a exceção de reconhecimento prevista na IFRS 16 para os contratos de locação cujo prazo de arrendamento é igual ou inferior a 12 meses e para os contratos de locação sobre ativos de baixo valor.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo valor inicial do passivo de locação ajustado de quaisquer pagamentos efetuados na data de início ou antes desta, de custos diretos iniciais incorridos, de custos estimados de desmantelamento e restauro (caso aplicável), e deduzido dos incentivos incorridos.

O valor do passivo de locação corresponde ao valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação ou, se esta não puder ser facilmente identificada, a taxa incremental de financiamento da Companhia.

No que respeita à mensuração subsequente, os ativos sob direito de uso são mensurados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade e o passivo de locação é aumentado refletindo os juros sobre o mesmo e é reduzido pelos pagamentos de locação realizados no período.

O passivo de locação pode, também, sofrer remensurações caso se verifiquem alterações nos pagamentos futuros, devendo a Companhia reconhecer o referido montante como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

Sempre que o contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, a Companhia procede à remensuração do passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) e ajusta o ativo sob direito de uso em conformidade.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos enquanto gastos no período em que o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

A Companhia apresenta o ativo sob direito de uso em rubrica segregada na demonstração da posição financeira, e apresenta o passivo de locação na rubrica de “Outros passivos financeiros” da demonstração da posição financeira.

Na ótica do locador

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais quando essa transferência não ocorre.

Numa locação financeira, à data de entrada em vigor, o locador deve reconhecer os ativos detidos sob uma locação financeira na sua demonstração da posição financeira, como uma conta a receber por uma quantia igual ao investimento líquido na locação.

Nas locações em que a Companhia atua como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos ativos afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Companhia como “Terrenos e edifícios de rendimento” e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

A Companhia, inerente à sua atividade, apenas detém contratos que qualificam como locação operacional.

3.3.8 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração de resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor, pelo valor dos gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2023 e 2022 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

A IFRS 17 “Contratos de seguro” entrou em vigor em 1 de janeiro de 2023, sendo esta a data de transição relevante para efeitos fiscais. O n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 82-A/2023, de 29 de dezembro, estatui a norma transitória em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), a respeito dos impactos contabilísticos decorrentes da IFRS 17 “Contratos de seguro”, a qual define que concorrem, em partes iguais, para a formação do resultado tributável correspondente ao período de tributação iniciado em 2023 e em cada um dos nove períodos de tributação subsequentes, as variações patrimoniais positivas e negativas não refletidas no resultado líquido do exercício que preencham os seguintes requisitos cumulativos: (i) decorram da adoção pela primeira vez do Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”), aprovado em anexo à Norma Regulamentar n.º 9/2022-R, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 228, de 25 de novembro de 2022, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”); e (ii) sejam consideradas fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC, resultantes do reconhecimento ou desreconhecimento de ativos ou passivos, ou de alterações na respetiva mensuração.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, no entanto, os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de relato.

3.3.9 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são registadas de acordo com a sua natureza, podendo corresponder a benefícios de curto prazo, benefícios de longo prazo ou benefícios pós-emprego, atribuídos como contrapartida dos serviços prestados pelos empregados.

A Companhia tem atribuídos benefícios pós-emprego das seguintes naturezas:

a) Plano de pensões de benefício definido

No âmbito de um plano de benefícios definidos a Companhia estima a cada data de relato o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, tendo em consideração: (i) o custo dos serviços correntes incorridos no exercício e o efeito do juro líquido apurado pelo efeito da passagem do tempo, os quais são registados nos Gastos com pessoal no capital próprio; e (ii) as remensurações resultantes das alterações aos pressupostos atuariais utilizados e do diferencial apurado entre a rentabilidade real do fundo e o efeito no juro líquido da quota-parte da remuneração do saldo do fundo. Para a determinação destes impactos utiliza peritos em atuariado.

A Companhia tem um plano de benefícios definidos atribuído no âmbito do CCT de 2008, que se encontra fechado a novas entradas (ver Nota 10.2).

b) Plano de pensões de contribuição definida

Relativamente a este plano a Companhia não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições acordadas. As obrigações assumidas com um plano de contribuição definida são reconhecidas como gasto no exercício em que o empregado presta o serviço, de acordo com as condições definidas no plano, usualmente uma percentagem calculada sobre a remuneração, não sendo aplicados quaisquer pressupostos atuariais ou descontos.

A Companhia tem atribuído um plano de contribuição definida ao abrigo do “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas” e abrange todos os empregados (ver Nota 10.2).

c) Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo correspondem a benefícios atribuídos por contrapartida da prestação de serviços que se vencem numa data específica futura. O cálculo dos benefícios é similar ao que é adotado para os planos de benefícios definidos (cálculo atuarial e financeiro), no entanto, as remensurações são registadas como gastos com pessoal, na Demonstração de resultados.

A Companhia tem atribuído o Prémio de permanência que atribui um prémio por cada 5 anos de serviço prestado (ver Nota 10.2).

3.3.10 Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Companhia exerce influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo

conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com o qual, as participações são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Companhia no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Rendimentos ou perdas relativas a associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Companhia nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos para com a participada.

3.3.11 Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Caravela e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos em outro rendimento integral.

4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no exercício seguinte são as que seguem.

4.1 Estimativas relacionadas com as responsabilidades com seguros

Os contratos de seguro no âmbito de IFRS 17 são mensurados ao nível de grupos de contratos de seguros. Até um determinado ponto, tal como explicado na nota 3.3.1. Políticas Contabilísticas de Contratos de Seguro, em que se explica o processo de apurar o nível de agregação, existe um exercício de julgamento ao identificar os portfólios e a definir os grupos quando baseados na sua rentabilidade.

Adicionalmente, ao determinar o ajustamento de risco para o risco não financeiro ou as taxas de desconto a utilizar, está a ser exercido um julgamento. O mesmo para os critérios de alocação de custos à categoria de atribuíveis e não atribuíveis.

Na estimativa do Passivo para Contratos de Seguro – De Serviços Passados, ou passivo para Sinistros Ocorridos, são utilizados métodos determinísticos e estocásticos ligados ao tratamento estatístico dos triângulos de *run-off* correspondentes às indemnizações pagas líquidas de reembolsos cobrados, o que corresponde à melhor estimativa possível e cumpre com as condições de consideração de fluxos de caixa a incluir na mensuração dos contratos de seguro, tal como previstas no normativo.

Especificamente, no ramo de Acidentes de Trabalho, deverá ser considerada como parte do Passivo para Sinistros Ocorridos, os montantes relativos a pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal de Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, bem como a estimativa das responsabilidades com presumíveis incapacidades decorrentes de sinistros que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença.

4.2 Classificação dos ativos financeiros

A Companhia efetua julgamentos na classificação dos instrumentos de dívida enquanto ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados ou ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas.

No que se refere ao cumprimento dos critérios SPPI – *Solely Payment of Principal and Interest*, uma vez que a Companhia investe apenas em instrumentos financeiros com termos contratuais que apenas preveem o pagamento do nominal acrescido de juro pelo efeito da passagem do tempo, esta avaliação não é significativa. Contudo, tendo em conta a evolução do mercado e das exigências do ESG, esta é uma situação que se pode alterar nos próximos exercícios.

No que respeita ao modelo de negócio, na atividade da Companhia os recursos provenientes dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros servem essencialmente para liquidar passivos de contratos de seguro à medida que estes se vencem. Para atingir este objetivo, a entidade cobra os fluxos de caixa contratuais à medida que se vencem e vende ativos financeiros para manter o perfil desejado da carteira de ativos. Assim, tanto a cobrança de fluxos de caixa contratuais como a venda de ativos financeiros são essenciais para atingir o objetivo do modelo de negócio, prevalecendo assim, a classificação dos investimentos realizados como ativos financeiros ao justo valor através de reservas, e alternativamente como ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas.

4.3 Determinação do justo valor dos ativos financeiros e não financeiros

O cálculo do justo valor encerra uma incerteza significativa quando os ativos sujeitos a avaliação não são transacionados em mercado regulado. Nesses casos, apesar de ser maximizada a utilização de dados observáveis de mercado, uma parte significativa das avaliações considera também dados não observáveis e em alguns casos sujeitos a ajustamentos.

a) Ativos financeiros

O justo valor dos ativos financeiros que não são transacionados em mercado ativo obrigam à aplicação de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza o seu julgamento para selecionar as técnicas de avaliação a utilizar e assumir pressupostos que são maioritariamente baseados em dados de mercado existentes à data de relato, como por exemplo curvas de taxa de juro.

b) Ativos não financeiros

O justo valor dos “Terrenos e imóveis de rendimento” é determinado através de avaliação reportada à data de relato, efetuada essencialmente por entidades especializadas independentes.

As avaliações podem ser suportadas por diferentes técnicas de avaliação, consoante a utilização que está a ser dada a cada ativo. Em qualquer dos casos a determinação do justo valor encerra uma grande incerteza relativamente: i) às projeções futuras realizadas pela Gestão relativamente às rendas a cobrar (método do rendimento); ou ii) à expectativa de valor

de alienação por metro quadrado (método comparativo) com base em transações de mercado ocorridas, ajustadas para efeitos de dimensão / localização dos imóveis.

A Companhia considera que as avaliações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa de justo valor, para os ativos apresentados na Demonstração da posição financeira, mensurados ao justo valor.

4.4 Estimativa das perdas de crédito esperadas

O cálculo das perdas de crédito esperadas prevê a aplicação de um modelo geral que incorpora as probabilidades de incumprimento (PD) e as perdas estimadas em caso de incumprimento (LGD), estimadas pela gestão de acordo com a informação histórica e ajustadas por informação prospetiva.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base de 12 meses (estágio 1), dependendo se um aumento significativo de risco de crédito ocorreu desde o reconhecimento inicial (estágio 2) ou se um ativo é considerado em situação de imparidade de crédito (estágio 3).

A Companhia definiu que para os ativos financeiros de baixo risco de crédito, como os ativos financeiros que são de “grau de investimento” à data de relato, o aumento significativo de risco de crédito não é avaliado, sendo calculada a perda de crédito esperada a 12 meses.

A Companhia considera que são ativos financeiros de baixo risco de crédito os que cumprem as seguintes condições: (i) o instrumento financeiro tem um baixo risco de incumprimento; (ii) a contraparte tem uma forte capacidade para cumprir as suas obrigações no curto prazo; e (iii) as alterações adversas nas condições económicas e empresariais não deverão reduzir a capacidade da contraparte de cumprir as suas obrigações.

4.5 Impostos

Os impostos sobre o rendimento correntes e diferidos foram determinados com base na melhor interpretação da legislação fiscal aplicável a cada data de relato. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar em diferentes valores de impostos reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, a Autoridade Fiscal tem a possibilidade de rever a declaração de imposto do exercício submetida durante um período de 4 anos, e da qual poderão surgir correções, que é convicção da Gestão que resultarão sobretudo de diferenças na interpretação da aplicação da lei fiscal, a transações não recorrentes realizadas.

Notas sobre a Demonstração de Resultados

5 RÉDITOS E GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

Os réditos de contratos de seguro da Companhia podem ser analisados como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|-------------|-------------|
| Libertação dos prémios - Abordagem da alocação do prémio | 157 315 253 | 130 003 908 |

A rubrica de “Gastos de contratos de seguro” pode ser analisada como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------------|--------------------|
| Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis | 98 857 493 | 86 684 323 |
| Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros | 27 041 860 | 22 423 000 |
| Alterações relativas a serviços passados | 20 021 680 | 18 652 245 |
| Gastos de contratos de seguros | 145 921 033 | 127 759 568 |

Os réditos de contratos de resseguro da Companhia podem ser analisados como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis | 14 282 529 | 18 201 406 |
| Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros | 10 057 969 | 10 378 196 |
| Alterações relativas a serviços passados | -274 629 | -218 109 |
| Réditos de contratos de resseguro | 24 065 870 | 28 361 493 |

A rubrica de “Gastos de contratos de resseguro” pode ser analisada como se segue:

| | 2023 | 2022 |
|---|------------|------------|
| Gastos de contratos de resseguro cedido | 25 629 792 | 23 359 368 |

6 RENDIMENTOS /(PERDAS) DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

O detalhe do resultado da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro cedido, em 2023 e 2022 são conforme segue:

| | 2023 | 2022 |
|---|-----------------|-----------------|
| Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro | - | - |
| Perdas da componente financeira dos contratos de seguro | -234 681 | -162 620 |
| Resultado de Componente financeiros dos contratos de seguro | -234 681 | -162 620 |
| Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro | 103 868 | 72 503 |
| Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro | 0 | 0 |
| Resultado de Componente financeiros dos contratos de resseguro | 103 868 | 72 503 |
| | 2023 | 2022 |
| Outro rendimento integral | -743 130 | 4 669 079 |

7 RENDIMENTOS/ (GASTOS) FINANCEIROS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 2023 e 2022, o detalhe dos rendimentos obtidos dos ativos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas, é conforme segue:

U: Euro

| Categoria de Investimento | Rendimentos em 2023 | % | Rendimentos em 2022 | % |
|--|---------------------|-------------|---------------------|-------------|
| Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas | | | | |
| Ações e outros títulos de rendimento variável | 98 478 | 3% | 69 590 | 5% |
| Títulos de rendimento fixo (obrigações) | 1 459 280 | 51% | 404 608 | 28% |
| Terrenos e Edifícios (de rendimento) | 1 222 916 | 43% | 848 262 | 60% |
| Empréstimos concedidos | 0 | 0% | 100 000 | 0% |
| Depósitos a prazo em instituições de crédito | 73 681 | 3% | 669 | 0% |
| Depósitos à ordem em instituições de crédito | 444 | 0% | 0 | 0% |
| Total dos rendimentos | 2 854 800 | 100% | 1 423 129 | 100% |

O aumento registado nesta rubrica em 2023, deve-se ao aumento da exposição da Companhia a ativos financeiros de rendimento e terrenos e edifícios.

8 PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

Em 2023 e 2022, a Imparidade é analisada como segue:

| Rubricas | 2023 | 2022 |
|--|---------------|---------------|
| De Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas | 42 025 | 10 259 |
| De Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado | 0 | 0 |
| De outros | 0 | 0 |
| TOTAL | 42 025 | 10 259 |

9 GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA ATRIBUÍVEIS E NÃO ATRIBUÍVEIS A CONTRATOS DE SEGURO

Alocação dos gastos operacionais entre os que são atribuíveis e não atribuíveis aos contratos de seguro, em 2023 e 2022:

| Custos Atribuíveis | 2023 | | | | |
|--|------------------|-------------------|------------------|---------------|-------------------|
| | Sinistros | Aquisição | Administrativa | Investimentos | Total |
| Gastos com pessoal | 1 291 324 | 4 940 064 | 1 216 247 | 60 062 | 7 507 697 |
| Fornecimentos e serviços externos | 1 076 533 | 2 000 907 | 492 625 | 24 327 | 3 594 392 |
| Impostos e taxas | - | - | - | - | - |
| Depreciações e amortizações do exercício | 82 684 | 316 313 | 77 876 | 3 846 | 480 718 |
| Juros suportados | - | - | - | - | - |
| Comissões | - | - | - | - | - |
| Remunerações de mediação e corretagem e Cobrança | - | 19 784 576 | - | - | 19 784 576 |
| | 2 450 541 | 27 041 860 | 1 786 748 | 88 234 | 31 367 383 |

| Custos Não Atribuíveis | 2023 | | | | |
|--|------------------|------------------|----------------|---------------|------------------|
| | Sinistros | Aquisição | Administrativa | Investimentos | Total |
| Gastos com pessoal | 129 960 | 497 173 | 122 404 | 6 045 | 755 582 |
| Fornecimentos e serviços externos | 1 003 908 | 1 865 921 | 459 391 | 22 686 | 3 351 905 |
| Impostos e taxas | 280 778 | 521 870 | 128 485 | 6 345 | 937 478 |
| Depreciações e amortizações do exercício | 160 857 | 615 373 | 151 505 | 7 482 | 935 217 |
| Juros suportados | 46 259 | 176 969 | 43 570 | 2 152 | 268 949 |
| Comissões | 58 373 | 223 312 | 54 980 | 2 715 | 339 380 |
| Remunerações de mediação e corretagem e Cobrança | - | - | - | - | - |
| | 1 680 136 | 3 900 617 | 960 334 | 47 424 | 6 588 512 |

| Custos Atribuíveis | 2022 | | | | |
|--|------------------|-------------------|------------------|---------------|-------------------|
| | Sinistros | Aquisição | Administrativa | Investimentos | Total |
| Gastos com pessoal | 1 131 063 | 4 332 434 | 1 097 991 | 52 915 | 6 614 403 |
| Fornecimentos e serviços externos | 933 046 | 1 739 216 | 440 778 | 21 242 | 3 134 283 |
| Impostos e taxas | - | - | - | - | - |
| Depreciações e amortizações do exercício | 78 362 | 300 159 | 76 071 | 3 666 | 458 257 |
| Juros suportados | - | - | - | - | - |
| Comissões | - | - | - | - | - |
| Remunerações de mediação e corretagem e Cobrança | - | 16 051 191 | - | - | 16 051 191 |
| | 2 142 471 | 22 423 000 | 1 614 840 | 77 824 | 26 258 135 |

| Custos Não Atribuíveis | 2022 | | | | |
|--|------------------|------------------|----------------|---------------|------------------|
| | Sinistros | Aquisição | Administrativa | Investimentos | Total |
| Gastos com pessoal | 118 311 | 453 178 | 114 851 | 5 535 | 691 874 |
| Fornecimentos e serviços externos | 924 494 | 1 723 274 | 436 738 | 21 048 | 3 105 553 |
| Impostos e taxas | 234 002 | 436 183 | 110 544 | 5 327 | 786 057 |
| Depreciações e amortizações do exercício | 155 492 | 595 600 | 150 946 | 7 275 | 909 312 |
| Juros suportados | 3 539 | 13 556 | 3 436 | 166 | 20 696 |
| Comissões | 47 084 | 180 353 | 45 708 | 2 203 | 275 347 |
| Remunerações de mediação e corretagem e Cobrança | - | - | - | - | - |
| | 1 482 922 | 3 402 143 | 862 222 | 41 553 | 5 788 840 |

10 GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2023 e 2022, foram como se segue:

U: Euro

| Contas | Rubricas | 2023 | 2022 | 2023/2022 |
|--------|--|------------------|------------------|---------------|
| | Gastos com Pessoal | | | |
| 6800 | Remunerações dos órgãos sociais | 1 033 664 | 660 826 | 56,42% |
| 6801 | Remunerações do pessoal | 5 234 257 | 4 761 081 | 9,94% |
| 6802 | Encargos sobre remunerações | 1 423 229 | 1 279 005 | 11,28% |
| 6803 | Benefícios pós-emprego | 97 738 | 79 826 | 22,44% |
| 6804 | Outros benefícios a longo prazo dos empregados | 53 577 | 42 252 | 26,80% |
| 6806 | Seguros obrigatórios | 181 708 | 166 642 | 9,04% |
| 6807 | Gastos de ação social | 117 209 | 96 476 | 21,49% |
| 6808 | Outros gastos com o pessoal | 121 896 | 220 170 | -44,64% |
| | TOTAL | 8 263 278 | 7 306 278 | 13,10% |

O aumento de gastos registado no exercício ficou a dever-se ao aumento do número médio de colaboradores, às atualizações das tabelas salariais e à passagem de três para quatro membros executivos no órgão de administração.

10.1 Número médio de trabalhadores ventilado por categorias profissionais

Conforme o Acordo de Empresa (AE), o número médio de Colaboradores, por categorias profissionais, ao serviço da Caravela durante o exercício de 2023 foi de 145, que compara com 139 em 2022, sendo de 149 o número absoluto em 31 de dezembro de 2023, mais nove Colaboradores do que no ano de 2022, que eram 140.

| MÉDIA ANO | | TOTAL ANO | |
|--------------------------|------------|--------------------------|------------|
| ACORDO DE EMPRESA | | ACORDO DE EMPRESA | |
| Diretor | 1 | Diretor | 1 |
| Gestor Técnico | 12 | Gestor Técnico | 20 |
| Gestor Comercial | 5 | Gestor Comercial | 5 |
| Gestor Operacional | 3 | Gestor Operacional | 2 |
| Técnico | 24 | Técnico | 25 |
| Coordenador Operacional | 25 | Coordenador Operacional | 22 |
| Especialista Operacional | 68 | Especialista Operacional | 66 |
| Auxiliar Geral | 1 | Auxiliar Geral | 1 |
| Assistente Operacional | 6 | Assistente Operacional | 7 |
| MÉDIA ANO | 145 | TOTAL ANO | 149 |

10.2 Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Os passivos por benefícios pós-emprego e benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados da seguinte forma:

| | U:Euro | |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| | 2023 | 2022 |
| Benefícios pós-emprego | 97 738 | 79 352 |
| Outros benefícios de longo prazo | 154 309 | 119 764 |
| TOTAL | 252 047 | 199 116 |

Plano de Pensões de Benefício Definido

É um plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades abrangidas pelo disposto no CCT de 2008, e que é independente do regime público da Segurança Social, abrangendo os trabalhadores sindicalizados admitidos na atividade até 22 de junho de 1995 e que então não aderiram a outra das soluções propostas.

A pensão a atribuir é definida de acordo com o estipulado no CCT 2008, sendo este benefício garantido aos trabalhadores que se reformarem na atividade seguradora.

Este plano abrange apenas um participante (ex-administrador reformado por velhice), conforme quadro seguinte:

| POPULAÇÃO REFORMADA | |
|-----------------------------------|-------|
| Número de beneficiários | 1 |
| Idade Média | 78 |
| Pensão/ Prestação Média Anual (€) | 3.763 |

| PRESSUPOSTOS | |
|----------------------|--------|
| Tábua de mortalidade | TV8890 |
| Taxa Técnica | 2,4% |
| Encargos | 0,9% |

Os movimentos ocorridos na responsabilidade reconhecida pela companhia foram os seguintes:

| Responsabilidade Benefícios Pós-Emprego | Valor |
|---|---------------|
| Ano 2022 | 79 352 |
| Pagamento/ Entregas Plano 2023 | -79 352 |
| Reforço 2023 | 97 738 |
| Saldo 31.12.2023 | 97 738 |

O gasto total do ano refere-se ao reforço do plano, que em 2023 ascendeu a 97.738 euros (em 2022 79.352 euros).

Plano de Pensões de Contribuição Definida

É um plano associado à quota-parte de financiamento do Plano Individual de Reforma (PIR) que teve início em 1 de janeiro de 2012.

As contribuições para este plano são de valor correspondente às percentagens indicadas no Anexo V do Acordo de Empresa, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, tendo a contribuição no ano de 2023 sido no montante de 97.738 euros (em 2022: 79.826 euros).

| POPULAÇÃO ATIVA | |
|----------------------------------|--------|
| Número de participantes | 112 |
| Idade Média | 46,3 |
| Salário Médio Anual (€) | 24 397 |
| Antiguidade Média Empresa (anos) | 17 |

A título informativo apresenta-se informação acerca da posição do fundo associado ao Plano de contribuição definida.

| RESULTADOS | | <i>U: Euro</i> |
|---|---------|----------------|
| Valor das Responsabilidades em 31.12.2022 | 405 798 | |
| Valor total das Contribuições (PIR) | 405 798 | |
| Valor do Fundo em 31.12.2023 | 535 435 | |
| Rácio de Financiamento | 131,95% | |

Prémio de permanência

De acordo com a cláusula 42^a do ACT 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 4, de 29 de janeiro, verificados os requisitos mencionados na cláusula nº. 42 do ACT 2016, sempre que o trabalhador, complete um ou mais múltiplos de cinco anos de serviço na Companhia, tem direito a receber um prémio único correspondente a 50% do seu ordenado mensal, em expressão monetária, ou em espécie (concessão de dias de licença com retribuição).

O gasto total do ano ascendeu a 53.577 euros (em 2022: 42.252 euros).

A provisão para prémios de permanência totaliza 154 309 euros (em 2022: 119 764 euros) e é estimada utilizando os seguintes pressupostos atuariais:

- tábua de mortalidade: TV 88/90;
- tábua de invalidez: EVK 80;
- taxa de crescimento salarial: 2%;
- taxa de desconto: 2,5%.

11 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos com Fornecimentos e serviços externos incorridos durante o período de 2023 e 2022, foram como segue:

| Rubrica | 2023 | | 2022 | | 2023/ 2022 |
|----------------------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|--------------|
| | | % | | % | |
| Eletricidade | 26 136 | 0,4% | 25 313 | 0,4% | 3,3% |
| Combustíveis | 139 904 | 2,0% | 138 788 | 2,2% | 0,8% |
| Água | 4 139 | 0,1% | 3 681 | 0,1% | 12,4% |
| Impressos | 34 080 | 0,5% | 43 641 | 0,7% | -21,9% |
| Material de escritório | 16 640 | 0,2% | 21 641 | 0,3% | -23,1% |
| Livros e documentação técnica | 2 107 | 0,0% | 1 726 | 0,0% | 22,1% |
| Artigos para oferta | 23 770 | 0,3% | 120 746 | 1,9% | -80,3% |
| Conservação e reparação | 132 312 | 1,9% | 93 922 | 1,5% | 40,9% |
| Rendas e alugueres | 290 845 | 4,2% | 190 360 | 3,1% | 52,8% |
| Despesas de representação | 77 935 | 1,1% | 67 650 | 1,1% | 15,2% |
| Comunicação | 920 806 | 13,3% | 940 754 | 15,1% | -2,1% |
| Deslocações e estadas | 203 414 | 2,9% | 129 067 | 2,1% | 57,6% |
| Seguros | 128 788 | 1,9% | 96 873 | 1,6% | 32,9% |
| Gastos com trabalho independente | 191 677 | 2,8% | 296 757 | 4,8% | -35,4% |
| Publicidade e propaganda | 783 629 | 11,3% | 496 099 | 8,0% | 58,0% |
| Limpeza, higiene e conforto | 39 740 | 0,6% | 36 730 | 0,6% | 8,2% |
| Contencioso e notariado | 5 871 | 0,1% | 776 | 0,0% | 656,3% |
| Vigilância e segurança | 20 177 | 0,3% | 25 570 | 0,4% | 100,0% |
| Trabalhos especializados | 3 307 174 | 47,6% | 2 932 112 | 47,0% | 12,8% |
| Quotizações (da atividade) | 109 545 | 1,6% | 112 508 | 1,8% | -2,6% |
| Refeições no local de trabalho | 7 167 | 0,1% | 5 528 | 0,1% | 29,7% |
| Gastos com cobrança de prémios | 348 019 | 5,0% | 313 667 | 5,0% | 11,0% |
| Outros fornecimentos e serviços | 132 421 | 1,9% | 145 927 | 2,3% | -9,3% |
| Total | 6 946 297 | 100% | 6 239 836 | 100% | 11,3% |

A rubrica de trabalhos especializados regista um aumento nos serviços de manutenção e assistência técnica às plataformas e serviços informáticos, um aumento no valor das licenças adquiridas, um incremento dos serviços do *contact center* prestados e ainda um aumento de serviços de consultoria incorridos no âmbito da implementação da norma IFRS17.

No exercício de 2023 e 2022, os honorários de solvência e de revisão legal de contas, foram os seguintes:

| Descrição dos Honorários ROC | U: Euro | |
|------------------------------|---------------|---------------|
| | 2023 | 2022 |
| Solvência II | | |
| PWC | 36 285 | |
| Mazars | | 18 450 |
| Revisão Oficial Contas | | |
| PWC | 58 425 | |
| Mazars | | 61 500 |
| TOTAL | 94 710 | 79 950 |

12 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe dos saldos ativos de Imposto sobre o rendimento (corrente e diferido) e passivos de Imposto sobre o rendimento (corrente e diferido) a 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se como segue:

| Ativos e Passivos por Impostos | U: Euro | |
|--|-------------------|-------------------|
| | 2023 | 2022 |
| Ativos por impostos correntes | | |
| Imposto sobre o Rendimento | 1 011 333 | 829 434 |
| Imposto sobre o Rendimento (retenções efetuadas por terceiros) | 0 | 226 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado (a favor Companhia) | 0 | 0 |
| Outros Impostos e Taxas | 0 | 107 754 |
| Contribuições para a Segurança Social (a favor Companhia) | 0 | 45 761 |
| | 1 011 333 | 983 175 |
| Passivos por impostos correntes | | |
| Imposto sobre o Rendimento a Pagar | 0 | -139 211 |
| Retenção de Impostos na Fonte | -189 995 | -133 486 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado | -36 687 | -11 870 |
| Outros Impostos e Taxas | -2 175 959 | -2 038 618 |
| Contribuições para a Segurança Social | -119 212 | -136 201 |
| Tributos das Autarquias | -53 876 | -51 843 |
| | -2 575 729 | -2 511 229 |

Ativos por impostos diferidos

Por diferenças temporárias

| | | |
|---|------------------|------------------|
| Ativos Financeiros valorizados ao justo valor através de reservas | 44 691 | 1 517 743 |
| Impacto Transição IFRS 17 | 1 057 859 | 1 057 859 |
| | 1 102 550 | 2 575 602 |

Passivos por impostos diferidos

Por diferenças temporárias

| | | |
|---|-----------------|-----------------|
| Ativos Financeiros valorizados ao justo valor através de reservas | -203 955 | 0 |
| Reserva da componente financeira | -449 410 | -547 494 |
| | -653 364 | -547 494 |

| | | |
|--------------|-------------------|----------------|
| Total | -1 115 210 | 500 054 |
|--------------|-------------------|----------------|

A taxa de imposto utilizada no cálculo dos impostos diferidos é de 25,5% para 2023 e 22,5% para 2022.

O detalhe dos encargos com imposto sobre o rendimento do exercício em 2023 e 2022, reconhecidos na Demonstração de resultados, é conforme segue:

| Gastos com impostos sobre o rendimento | U: Euro | |
|--|----------------|-----------------|
| | 2023 | 2022 |
| Imposto corrente do período | 184 922 | 139 211 |
| Insuficiência / (excesso) de estimativa de anos anteriores | 0 | 0 |
| Imposto diferido do período | -5 258 | -351 621 |
| Total | 179 664 | -212 411 |

O imposto corrente de 2023 foi calculado com a amortização fiscal de um décimo dos ajustamentos de transição resultantes da adoção da IFRS17 nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 82-A/2023 de 29 de dezembro.

A reconciliação da taxa de imposto efetiva a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

| Gastos com impostos sobre o rendimento | U: Euro | |
|---|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 |
| Resultado antes imposto | 7 192 671 | 4 211 656 |
| Taxa de imposto | 21% | 21% |
| Gastos não dedutíveis | 1 510 461 | 884 448 |
| Rendimentos não tributáveis | -320 448 | 22 436 |
| Diferenças temporárias dedutíveis s/ imposto diferido | | |
| Tributação autónoma | 90 781 | 95 683 |
| Derrama estadual | 152 304 | 84 555 |
| Derrama | 98 652 | 64 777 |
| Total de imposto Corrente | 1 531 750 | 1 151 898 |
| Poupança com SIFIDE | -1 342 317 | -991 438 |
| Imposto sobre rendimento corrente | 184 922 | 160 304 |
| Imposto sobre rendimento diferido | -5 258 | 2 563 |
| Imposto sobre rendimento | 179 664 | 162 767 |
| Taxa efetiva de imposto | 21,3% | 27,4% |

Notas sobre a Posição Financeira

13 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | U: Euro | |
|---------------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 |
| Caixa e seus equivalentes | | |
| Sede | 200 | 200 |
| Dependências | 600 | 600 |
| | 800 | 800 |
| Depósitos à ordem | 7 831 683 | 8 770 962 |
| | 7 832 483 | 8 771 762 |

Para efeitos de preparação da Demonstração dos fluxos de caixa, são considerados os saldos da tabela anterior. A Demonstração de fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto e é apresentada conjuntamente com as restantes Demonstrações Financeiras.

14 INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apenas detém investimentos em Associadas, conforme segue:

| Associadas | | % de participação | % de votos detidos | Valores detidos | Contas da Associada | |
|-----------------|------|-------------------|--------------------|-----------------|---------------------|----------------------|
| | | | | | Capitais Próprios | Resultado do período |
| | 2023 | | | | | |
| Grupo Your, Lda | | 29% | 29% | 6 787 394 | 7 253 966 | 4 338 531 |
| | 2022 | | | | | |
| Grupo Your, Lda | | 29% | 29% | 5 524 882 | 5 535 323 | 1 718 643 |

Movimentos ocorridos no exercício de 2023 e 2022:

U: Euro

| Associadas | Saldo |
|---------------------------------------|------------------|
| Saldo a 1 de janeiro de 2022 | 5 000 |
| Aumento da participação | 5 524 882 |
| Alienação | 5 000 |
| Aplicação equivalência patrimonial | 0 |
| Dividendos recebidos | 0 |
| Saldo a 31 de dezembro de 2022 | 5 524 882 |
| Aumento da participação | 0 |
| Alienação | 0 |
| Aplicação equivalência patrimonial | 1 262 512 |
| Dividendos recebidos | 0 |
| Saldo a 31 de dezembro de 2023 | 6 787 394 |

Em 2 de novembro de 2022, a Companhia adquiriu uma participação de 29,1% no capital da Grupo Your, Lda, empresa especializada nos serviços de contabilidade e consultoria a PME's, através da realização das seguintes operações: (i) aumento de capital em espécie na Grupo Your, através da conversão de parte do crédito que a Companhia detinha sobre a Grupo Your, no montante de 164.781 Euros, com um prémio de emissão de 4.481.101 Euros; e (ii) aquisição de quota à sócia maioritária com o valor nominal de 28.961,47 Euros, pelo preço de 879.000 Euros.

Na mesma data a Companhia realizou Prestações Acessórias de capital, no valor de 304.118 Euros e Prestações Acessórias de capital, no valor de 50.000 Euros. O valor total, 354.118 Euros, encontra-se classificado como Empréstimos concedidos, na rubrica de "Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado – Prestações acessórias" (ver Nota 17)

Em maio de 2023, na sequência da alteração da estrutura acionista da Grupo Your, a companhia passou a deter uma opção de venda da participação, a exercer após a aprovação das contas consolidadas de 2023 do Grupo. Juntamente com o exercício desta opção de venda, a Caravela passará a deter uma participação de 11,64% na holding que detém a Grupo Your.

15 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo desta rubrica corresponde às seguintes naturezas de investimentos:

2023
U:Euro

| Ativo financeiro | Custo de aquisição | Juros a receber | Valor antes de imparidade | Imparidade Acumulada | Valor líquido | Diferenças de câmbio | Reserva de justo valor | Valor de balanço * |
|----------------------------|--------------------|-----------------|---------------------------|----------------------|-------------------|----------------------|------------------------|--------------------|
| Outros instrumentos | | | | | | | | |
| Unidades de participação | | | | | | | | |
| De residentes | 8 341 620 | 0 | 8 341 620 | 0 | 8 341 620 | 0 | -433 346 | 7 908 274 |
| De não residentes | 6 909 321 | 0 | 6 909 321 | -82 818 | 6 826 503 | 0 | 65 703 | 6 892 206 |
| Total | 15 250 941 | 0 | 15 250 941 | -82 818 | 15 168 123 | 0 | -367 642 | 14 800 481 |

* - Inclui juros a receber

2022
U:Euro

| Ativo financeiro | Custo de aquisição | Juros a receber | Valor antes de imparidade | Imparidade Acumulada | Valor líquido | Diferenças de câmbio | Reserva de justo valor | Valor de balanço * |
|----------------------------|--------------------|-----------------|---------------------------|----------------------|-------------------|----------------------|------------------------|--------------------|
| Outros instrumentos | | | | | | | | |
| Unidades de participação | | | | | | | | |
| De residentes | 5 467 620 | 0 | 5 467 620 | | 5 467 620 | | -208 762 | 5 258 859 |
| De não residentes | 29 354 636 | 0 | 29 354 636 | -82 818 | 29 271 818 | 0 | -24 249 | 29 247 570 |
| Total | 34 822 256 | 0 | 34 822 256 | -82 818 | 34 739 439 | 0 | -233 010 | 34 506 428 |

* - Inclui juros a receber

A redução registada nos outros instrumentos em 2023 deve-se à estratégia de realocação de ativos financeiros na carteira da companhia.

16 ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

• Instrumentos de dívida

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo desta rubrica corresponde às seguintes naturezas de investimentos em instrumentos de dívida:

2023
U: Euro

| Ativo financeiro | Custo de aquisição | Juros a receber | Valor antes de imparidade | Imparidade Acumulada | Valor líquido | Diferenças de câmbio | Reserva de justo valor | Valor de balanço * |
|-------------------------------|--------------------|-----------------|---------------------------|----------------------|-------------------|----------------------|------------------------|--------------------|
| Instrumentos de dívida | | | | | | | | |
| De dívida pública | | | | | | | | |
| De emissores nacionais | 8 996 362 | 60 684 | 9 057 045 | | 9 057 045 | | -58 362 | 8 998 684 |
| De emissores estrangeiros | | | | | | | | |
| Espanha | 2 095 721 | 11 781 | 2 107 502 | | 2 107 502 | | -194 121 | 1 913 381 |
| Bélgica | 2 086 045 | 9 443 | 2 095 488 | | 2 095 488 | | -227 845 | 1 867 643 |
| França | 697 572 | 12 097 | 709 669 | | 709 669 | | 9 918 | 719 587 |
| Irlanda | 1 184 811 | 12 532 | 1 197 344 | | 1 197 344 | | -107 070 | 1 090 273 |
| Áustria | 900 234 | 430 | 900 665 | | 900 665 | | -109 944 | 790 720 |
| De outros emissores públicos | | | | | | | | |
| De emissores nacionais | 0 | 0 | 0 | | 0 | | 0 | 0 |
| De emissores estrangeiros | 6 327 936 | 60 382 | 6 388 318 | | 6 388 318 | | -219 211 | 6 169 107 |
| De outros emissores | | | | | | | | |
| De emissores nacionais | 201 426 | 2 765 | 204 191 | | 204 191 | | -5 086 | 199 105 |
| De emissores estrangeiros | 66 486 152 | 569 815 | 67 055 967 | -92 441 | 66 963 526 | | -2 464 358 | 64 499 169 |
| Total | 88 976 259 | 739 929 | 89 716 188 | -92 441 | 89 623 748 | 0 | -3 376 078 | 86 247 669 |

* - Inclui juros a receber

2022
U: Euro

| Ativo financeiro | Custo de aquisição | Juros a receber | Valor antes de imparidade | Imparidade Acumulada | Valor líquido | Diferenças de câmbio | Reserva de justo valor | Valor de balanço * |
|-------------------------------|--------------------|-----------------|---------------------------|----------------------|-------------------|----------------------|------------------------|--------------------|
| Instrumentos de dívida | | | | | | | | |
| De dívida pública | | | | | | | | |
| De emissores nacionais | 2 236 679 | 3 232 | 2 239 911 | | 2 239 911 | | -485 541 | 1 754 370 |
| De emissores estrangeiros | | | | | | | | |
| Espanha | 2 250 574 | 12 770 | 2 263 343 | | 2 263 343 | | -300 515 | 1 962 829 |
| Bélgica | 2 101 680 | 9 468 | 2 111 148 | | 2 111 148 | | -336 480 | 1 774 668 |
| Irlanda | 1 199 932 | 12 567 | 1 212 499 | | 1 212 499 | | -166 791 | 1 045 708 |
| Austria | 900 276 | 432 | 900 708 | | 900 708 | | -157 146 | 743 562 |
| De outros emissores públicos | | | | | | | | |
| De emissores nacionais | 0 | 0 | 0 | | 0 | | 0 | 0 |
| De emissores estrangeiros | 1 476 599 | 14 416 | 1 491 015 | | 1 491 015 | | -166 494 | 1 324 521 |
| De outros emissores | | | | | | | | |
| De emissores nacionais | 99 989 | 1 556 | 101 545 | | 101 545 | | -179 | 101 366 |
| De emissores estrangeiros | 50 602 975 | 265 196 | 50 868 170 | -92 441 | 50 775 730 | | -4 909 522 | 45 866 208 |
| Total | 60 868 704 | 319 636 | 61 188 340 | -92 441 | 61 095 899 | 0 | -6 522 668 | 54 573 231 |

* - Inclui juros a receber

O aumento registado em 2023 nos investimentos em Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas, resulta da estratégia de investimento da Companhia em “Outros emissores”.

- **Instrumentos de capital**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo desta rubrica corresponde às seguintes naturezas de investimentos em instrumentos de capital:

2023
U: Euro

| Ativo financeiro | Custo de aquisição | Juros a receber | Valor antes de imparidade | Imparidade Acumulada | Valor líquido | Diferenças de câmbio | Reserva de justo valor | Valor de balanço |
|--------------------------------|--------------------|-----------------|---------------------------|----------------------|------------------|----------------------|------------------------|-------------------|
| Instrumentos de capital | | | | | | | | |
| De emissores nacionais | 3 671 | 0 | 3 671 | 0 | 3 671 | 0 | 0 | 3 671 |
| De emissores estrangeiros | 6 202 472 | 0 | 6 202 472 | 0 | 6 202 472 | 118 861 | 3 998 593 | 10 319 926 |
| Total | 6 206 143 | 0 | 6 206 143 | 0 | 6 206 143 | 118 861 | 3 998 593 | 10 323 597 |

2022
U: Euro

| Ativo financeiro | Custo de aquisição | Juros a receber | Valor antes de imparidade | Imparidade Acumulada | Valor líquido | Diferenças de câmbio | Reserva de justo valor | Valor de balanço |
|--------------------------------|--------------------|-----------------|---------------------------|----------------------|------------------|----------------------|------------------------|------------------|
| Instrumentos de capital | | | | | | | | |
| De emissores nacionais | 3 671 | 0 | 3 671 | 0 | 3 671 | 0 | 0 | 3 671 |
| De emissores estrangeiros | 6 202 472 | 0 | 6 202 472 | 0 | 6 202 472 | -46 648 | 0 | 6 155 825 |
| Total | 6 206 143 | 0 | 6 206 143 | 0 | 6 206 143 | -46 648 | 0 | 6 159 496 |

Os instrumentos de capital incluem o investimento efetuado pela Companhia em dezembro de 2022, na Instanda, empresa de software situada em Londres e especialista em soluções de MGA's. O valor do investimento inicial foi de 5.665.629 Euros, correspondendo a 5,6% das ações e direitos de voto da Instanda. Em 2023, o valor da participação foi avaliado por um perito externo, baseada nas projeções do negócio fornecidas pela administração da sociedade, o qual ascende a 31 de dezembro de 2023 a 10.323.597 Euros.

17 ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo desta rubrica corresponde às seguintes naturezas de saldos:

2023
U: Euro

| Outros depósitos e Empréstimos Concedidos | Início | Vencimento | Prazo (dias) | Valor * |
|---|------------|------------|--------------|------------------|
| Depósitos a Prazo: | | | | |
| Millennium BCP | 19.11.2023 | 19.11.2024 | 365 | 600 048 |
| Banco BBVA | 26.09.2023 | 02.01.2024 | 100 | 3 028 292 |
| Banco Carregosa | 19.01.2023 | 19.01.2024 | 365 | 247 909 |
| Bankinter | 25.09.2023 | 02.01.2024 | 99 | 3 028 583 |
| Bankinter | 28.04.2023 | 27.04.2024 | 365 | 5 215 |
| | | | | 6 910 048 |
| Empréstimos Concedidos: | | | | |
| Prestações Suplementares COLMENA | | | | 74 700 |
| Prestações Acessórias Grupo YOUR | | | | 354 118 |
| | | | | 428 818 |
| | | | | 7 338 866 |

* - Inclui juros decorridos

2022
U: Euro

| Outros depósitos e Empréstimos Concedidos | Início | Vencimento | Prazo (dias) | Valor * |
|---|------------|------------|--------------|------------------|
| Depósitos a Prazo: | | | | |
| Millennium BCP | 19.11.2022 | 19.11.2023 | 365 | 598 618 |
| Banco Carregosa | 19.01.2022 | 19.01.2023 | 365 | 245 632 |
| Bankinter | 26.12.2022 | 25.06.2023 | 180 | 2 000 000 |
| Bankinter | 28.04.2022 | 27.04.2023 | 365 | 5 190 |
| | | | | 2 849 440 |
| Empréstimos Concedidos: | | | | |
| Prestações Suplementares COLMENA | | | | 74 700 |
| Prestações Acessórias Grupo YOUR | | | | 354 118 |
| | | | | 428 818 |
| | | | | 3 278 258 |

* - Inclui juros decorridos

18 TERRENOS E EDIFÍCIOS

Esta rubrica inclui os imóveis detidos para rendimento e para uso próprio, que estão sujeitos a políticas de mensuração diferentes (ver Nota 3.3.4)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Terrenos e edifícios incluem os seguintes imóveis:

2023
U: Euro

| Imóvel | Ano Aquisição | Valor Aquisição | Ano Venda | Valor Venda | Ano Reavaliação | Valor Líquido de Balanço |
|--|---------------|-------------------|-----------|-------------|-----------------|--------------------------|
| De rendimento | | | | | | |
| Campo Vinha Braga | 2016 | 1 231 882 | | | 2021 | 1 234 000 |
| Armazéns Tejo (inclui despesas de aquisição e obras de beneficiação) | 2021 | 8 062 602 | | | | 8 062 602 |
| Villa Park (inclui despesas de aquisição) | 2022 | 10 374 309 | | | | 10 374 309 |
| Total | | 19 668 793 | | | | 19 670 910 |
| De uso próprio | | | | | | |
| Ativo em curso - Edifício sede | 2023 | 4 563 299 | | | | 4 563 299 |
| Total | | 4 563 299 | | | | 4 563 299 |
| Total | | 24 232 092 | | | | 24 234 209 |

2022
U: Euro

| Imóvel | Ano Aquisição | Valor Aquisição | Ano Venda | Valor Venda | Ano Reavaliação | Valor Líquido de Balanço |
|--|---------------|-------------------|-----------|-------------|-----------------|--------------------------|
| De rendimento | | | | | | |
| Campo Vinha Braga | 2016 | 1 231 882 | | | 2021 | 1 234 000 |
| Armazéns Tejo (inclui despesas de aquisição e obras de beneficiação) | 2021 | 8 062 602 | | | | 8 062 602 |
| Villa Park (inclui despesas de aquisição) | 2022 | 10 374 309 | | | | 10 374 309 |
| Total | | 19 668 793 | | | | 19 670 910 |

O Imóvel de uso próprio refere-se ao edifício da futura sede da Companhia, que a 31 de dezembro de 2023 ainda não se encontrava em utilização, razão pela qual não houve lugar ao registo de depreciação no exercício.

19 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

A rubrica de Outros ativos tangíveis inclui os equipamentos utilizados como suporte à atividade da Companhia, os quais registaram os seguintes movimentos, em 2023 e 2022:

2023
U: Euro

| RUBRICAS | Saldo Inicial | | Aumentos | | Transferências e abates | Alienações | Depreciações do Exercício | | Saldo Final (valor líquido) |
|--------------------------|------------------|------------------|----------------|--------------|-------------------------|------------|---------------------------|----------------|-----------------------------|
| | Valor Bruto | Depreciações | Aquisições | Reavaliações | | | Reforço | Regularizações | |
| Ativos Tangíveis | | | | | | | | | |
| Equipamento administrat | 254 694 | 254 694 | 7 430 | 0 | 1 882 | 0 | 7 430 | 1 882 | 0 |
| Máquinas e ferramentas | 245 974 | 239 967 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 021 | 0 | 2 986 |
| Equipamento informático | 677 549 | 467 921 | 34 814 | 0 | 0 | 0 | 83 867 | 0 | 160 574 |
| Instalações interiores | 2 989 | 2 576 | 0 | 0 | 0 | 0 | 413 | 0 | 0 |
| Material de transporte | 338 923 | 294 223 | 65 000 | 0 | 0 | 0 | 41 952 | 0 | 67 748 |
| Equipamento hospitalar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outro Equipamento | 127 934 | 86 221 | 8 380 | 0 | 0 | 0 | 14 152 | 0 | 35 942 |
| Ativos fixos tang. curso | 0 | 0 | 403 848 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 403 848 |
| TOTAL | 1 648 063 | 1 345 601 | 519 472 | 0 | 1 882 | 0 | 150 835 | 1 882 | 671 099 |

Em 2023 foram registados 403.848 Euros em ativos fixos tangíveis em curso relativos aos gastos suportados com as obras de remodelação e adaptação da compra do imóvel destinado a uso próprio, que constituirá a nova sede a partir de janeiro de 2024.

2022
U: Euro

| RUBRICAS | Saldo Inicial | | Aumentos | | Transferências e abates | Alienações | Depreciações do Exercício | | Saldo Final (valor líquido) |
|----------------------------|------------------|------------------|----------------|--------------|-------------------------|----------------|---------------------------|----------------|-----------------------------|
| | Valor Bruto | Depreciações | Aquisições | Reavaliações | | | Reforço | Regularizações | |
| Ativos Tangíveis | | | | | | | | | |
| Equipamento administrativo | 247 592 | 247 592 | 10 130 | 0 | 3 028 | 0 | 10 130 | 3 028 | 0 |
| Máquinas e ferramentas | 243 533 | 233 386 | 2 441 | 0 | 0 | 0 | 6 581 | 0 | 6 007 |
| Equipamento informático | 635 628 | 467 531 | 164 921 | 0 | 0 | 123 000 | 82 384 | 81 994 | 209 627 |
| Instalações interiores | 2 989 | 2 162 | 0 | 0 | 0 | 0 | 413 | 0 | 413 |
| Material de transporte | 338 923 | 222 657 | 0 | 0 | 0 | 0 | 71 566 | 0 | 44 700 |
| Equipamento hospitalar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outro Equipamento | 123 740 | 71 749 | 4 195 | 0 | 0 | 0 | 14 472 | 0 | 41 714 |
| TOTAL | 1 592 405 | 1 245 077 | 181 686 | 0 | 3 028 | 123 000 | 185 546 | 85 022 | 302 461 |

Ativos sob direito de uso

Relativamente aos Ativos sob direito de uso, estes respeitam a contratos de locação de imóveis e viaturas.

| Natureza | Direito de Uso 31-12-2022 | Novas Locações 2023 | Fim Contrato | Depreciação exercício | Juros Suportados | Amortização Passivo Financeiro | Direito de Uso 31-12-2023 |
|--------------|---------------------------|---------------------|----------------|-----------------------|------------------|--------------------------------|---------------------------|
| Imóveis | 836 021 | 103 212 | 230 171 | 396 852 | 7 665 | 395 277 | 324 294 |
| Viaturas | 189 802 | 372 867 | 0 | 125 303 | 10 213 | 123 214 | 437 366 |
| Total | 1 025 822 | 476 080 | 230 171 | 522 155 | 17 878 | 518 491 | 761 660 |

| Natureza | Direito de Uso 31-12-2021 | Novas Locações 2022 | Fim Contrato | Depreciação exercício | Juros suportados | Amortização Passivo Financeiro | Direito de Uso 31-12-2022 |
|--------------|---------------------------|---------------------|--------------|-----------------------|------------------|--------------------------------|---------------------------|
| Imóveis | 1 178 398 | 21 270 | 0 | 375 874 | 10 610 | 370 990 | 836 021 |
| Viaturas | 158 741 | 139 724 | 0 | 108 663 | 6 745 | 109 487 | 189 802 |
| Total | 1 337 139 | 160 995 | 0 | 484 536 | 17 355 | 480 477 | 1 025 822 |

O plano financeiro do imóvel arrendado da Sede foi ajustado à data de 31.12.2023, uma vez que era conhecido o fim do contrato de aluguer (31.01.2024).

20 OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de ativos intangíveis refere-se substancialmente a software de suporte à atividade da Companhia.

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis em 2023 e 2022 foram como segue:

2023
U: Euro

| RUBRICAS | Saldo Inicial | | Aumentos | | Transferências e abates | Alienações | Amortizações do Exercício | | Saldo Final (valor líquido) |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------|-------------------------|------------|---------------------------|----------------|-----------------------------|
| | Valor Bruto | Amortizações | Aquisições | Reavaliações | | | Reforço | Regularizações | |
| Activos Intangíveis | | | | | | | | | |
| Despesas de desenvolvimento | 937 755 | 937 755 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Despesas com aplic. informáticas | 3 541 556 | 2 263 693 | 2 280 510 | 0 | 0 | 0 | 742 945 | 0 | 2 815 427 |
| Activos Intangíveis em curso | 2 193 070 | 0 | 580 557 | 0 | 2 422 841 | 0 | 0 | 0 | 350 786 |
| Outros | 4 414 | 3 166 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 248 |
| TOTAL | 6 676 795 | 3 204 615 | 2 861 066 | 0 | 2 422 841 | 0 | 742 945 | 0 | 3 167 461 |

2022
U: Euro

| RUBRICAS | Saldo Inicial | | Aumentos | | Transferências e abates | Alienações | Amortizações do Exercício | | Saldo Final (valor líquido) |
|----------------------------------|------------------|------------------|----------------|--------------|-------------------------|------------|---------------------------|----------------|-----------------------------|
| | Valor Bruto | Amortizações | Aquisições | Reavaliações | | | Reforço | Regularizações | |
| Activos Intangíveis | | | | | | | | | |
| Despesas de desenvolvimento | 937 755 | 625 136 | 0 | 0 | 0 | 0 | 312 619 | 0 | 0 |
| Despesas com aplic. informáticas | 3 391 997 | 1 879 216 | 149 559 | 0 | 0 | 0 | 384 478 | 0 | 1 277 863 |
| Activos Intangíveis em curso | 1 611 471 | 0 | 830 850 | 0 | 249 252 | 0 | 0 | 0 | 2 193 070 |
| Outros | 4 414 | 2 775 | 0 | 0 | 0 | 0 | 391 | 0 | 1 248 |
| TOTAL | 5 945 638 | 2 507 127 | 980 409 | 0 | 249 252 | 0 | 697 487 | 0 | 3 472 181 |

21 ATIVOS E PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

O detalhe das rubricas “Ativos de contratos de resseguro cedido” e “Passivos de contratos de seguro”, ambas mensuradas pela Abordagem de Imputação do Prémio, é o seguinte:

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------------|--------------------|
| Ativos de contratos de resseguro cedido | | |
| De serviços futuros | 4 423 244 | 3 055 519 |
| De serviços passados | 54 467 073 | 46 165 311 |
| Total | 58 890 317 | 49 220 830 |
| Passivos de contratos de seguro | | |
| De serviços futuros | 19 074 292 | 20 054 983 |
| De serviços passados | 123 806 795 | 102 533 436 |
| Total | 142 881 088 | 122 588 419 |

21.1 Reconciliação de ativos de contratos de resseguro cedido

Em dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação dos montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados para os contratos de resseguro cedidos podem ser analisadas como se segue:

| Contratos de resseguro cedidos | Serviços futuros | | Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada | | Total |
|--|-------------------------------|---------------------|---|--|-------------------|
| | Excluindo componente de perda | Componente de perda | Valor atual dos fluxos de caixa | Ajustamento pelo risco para risco não financeiro | |
| Ativos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022 | 3 055 519 | | 44 095 599 | 2 069 712 | 49 220 830 |
| Gastos de serviços de resseguro | 25 629 792 | | | | 25 629 792 |
| Receitas de resseguro | | | | | |
| Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguro | | | -15 975 945 | 224 902 | -15 751 043 |
| Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos | | | -8 778 888 | 189 433 | -8 589 455 |
| Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro | | | | | |
| Efeito de qualquer risco de desempenho do emitente do contrato de resseguro | | | 274 629 | | 274 629 |
| Resultado de serviços de seguros | 25 629 792 | | -24 480 204 | 414 335 | 1 563 923 |
| Resultado da componente financeira de serviços de seguro | | | 13 065 | | 13 065 |
| Total reconhecido em rendimento integral | 25 629 792 | | -24 467 140 | 414 335 | 1 576 988 |
| Fluxos de caixa | | | | | |
| Prémios recebidos de contratos de resseguro cedidos | -24 262 068 | | | | -24 262 068 |
| Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos | | | 32 354 567 | | 32 354 567 |
| Fluxos de caixa de aquisição de resseguro | | | | | 0 |
| Total fluxos de caixa | -24 262 068 | | 32 354 567 | 0 | 8 092 499 |
| Ativos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2023 | 4 423 244 | | 51 983 026 | 2 484 047 | 58 890 317 |

| Contratos de resseguro cedidos | Serviços futuros | | Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada | | Total |
|--|-------------------------------|---------------------|---|--|-------------------|
| | Excluindo componente de perda | Componente de perda | Valor atual dos fluxos de caixa | Ajustamento pelo risco para risco não financeiro | |
| Ativos de contratos de resseguro a 1 de Janeiro de 2022 | 2 703 378 | | 36 829 898 | 2 551 707 | 42 084 983 |
| Gastos de serviços de resseguro | 23 359 368 | | | | 23 359 368 |
| Receitas de resseguro | | | | | |
| Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguro | | | -18 749 338 | 547 932 | -18 201 406 |
| Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos | | | -9 348 269 | -1 029 927 | -10 378 196 |
| Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro | | | | | |
| Efeito de qualquer risco de desempenho do emitente do contrato de resseguro | | | 218 109 | | 218 109 |
| Resultado da componente financeira de serviços de resseguro | 23 359 368 | | -27 879 498 | -481 995 | -5 002 126 |
| Resultado da componente financeira de serviços de seguro | | | 8 477 343 | | 8 477 343 |
| Total reconhecido em rendimento integral | 23 359 368 | | -19 402 156 | -481 995 | 3 475 217 |
| Fluxos de caixa | | | | | |
| Prémios recebidos de contratos de resseguro cedidos | -23 007 226 | | | | -23 007 226 |
| Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos | | | 26 667 857 | | 26 667 857 |
| Fluxos de caixa de aquisição de resseguro | | | | | 0 |
| Total fluxos de caixa | -23 007 226 | | 26 667 857 | 0 | 3 660 630 |
| Ativos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022 | 3 055 519 | | 44 095 599 | 2 069 712 | 49 220 830 |

21.2 Reconciliação de passivos de contratos de seguro

Em dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação dos montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados para os contratos de seguro emitidos podem ser analisadas como se segue:

| Contratos de seguro emitidos | Serviços futuros | | Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada | | Total |
|--|-------------------------------|---------------------|---|--|---------------------|
| | Excluindo componente de perda | Componente de perda | Valor atual dos fluxos de caixa | Ajustamento pelo risco para risco não financeiro | |
| Passivos de contratos de seguro a 31 de dezembro de 2022 | 20 054 983 | | 97 235 642 | 5 297 794 | 122 588 419 |
| Receitas de seguros | -157 315 253 | | | | -157 315 253 |
| Gastos de serviços de seguros | | | | | |
| Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros | | | 99 491 368 | -911 372 | 98 579 996 |
| Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos | | | 19 843 491 | 455 686 | 20 299 177 |
| Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas | | | | | |
| Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros | 27 041 860 | | | | 27 041 860 |
| Resultado de serviços de seguros | -130 273 393 | | 119 334 859 | -455 686 | -11 394 220 |
| Resultado da componente financeira de serviços de seguro | | | 860 879 | | 860 879 |
| Total reconhecido em rendimento integral | -130 273 393 | | 120 195 737 | -455 686 | -10 533 341 |
| Fluxos de caixa | | | | | |
| Prémios recebidos de contratos de seguro emitidos | 160 255 500 | | | | 160 255 500 |
| Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos | | | -98 466 692 | | -98 466 692 |
| Fluxos de caixa de aquisição de seguros | -30 962 798 | | | | -30 962 798 |
| Total fluxos de caixa | 129 292 702 | | -98 466 692 | 0 | 30 826 010 |
| Passivos de contratos de seguro a 31 de dezembro de 2023 | 19 074 292 | | 118 964 687 | 4 842 109 | 142 881 088 |

| Contratos de seguro emitidos | Serviços futuros | | Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada | | Total |
|--|-------------------------------|---------------------|---|--|---------------------|
| | Excluindo componente de perda | Componente de perda | Valor atual dos fluxos de caixa | Ajustamento pelo risco para risco não financeiro | |
| Passivos de contratos de seguro a 1 de janeiro de 2022 | 17 021 506 | | 81 493 495 | 6 088 441 | 104 603 442 |
| Receitas de seguros | -130 003 908 | | | | -130 003 908 |
| Gastos de serviços de seguros | | | | | |
| Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros | | | 88 265 615 | -1 581 292 | 86 684 323 |
| Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos | | | 17 861 599 | 790 646 | 18 652 245 |
| Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas | | | | | 0 |
| Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros | 22 423 000 | | | | 22 423 000 |
| Resultado de serviços de seguros | -107 580 908 | | 106 127 214 | -790 646 | -2 244 340 |
| Resultado da componente financeira de serviços de seguro | | | -13 056 306 | | |
| Total reconhecido em rendimento integral | -107 580 908 | | 93 070 909 | -790 646 | -15 300 646 |
| Fluxos de caixa | | | | | |
| Prémios recebidos de contratos de seguro emitidos | 130 815 803 | | | | 130 815 803 |
| Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos | | | -77 328 762 | 0 | -77 328 762 |
| Fluxos de caixa de aquisição de seguros | -20 201 417 | | | | -20 201 417 |
| Total fluxos de caixa | 110 614 386 | | -77 328 762 | 0 | 33 285 623 |
| Passivos de contratos de seguro a 31 de dezembro de 2022 | 20 054 983 | | 97 235 642 | 5 297 794 | 122 588 419 |

Em ambos os exercícios não foram identificadas componentes de perda.

21.3 Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco específico de seguros contempla, entre outros, os riscos de prémios, de provisões e o risco de catástrofes.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- ⇒ Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- ⇒ Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários;
- ⇒ Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- ⇒ Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- ⇒ Procedimentos de conferências casuísticas.

Risco de seguro e de mercado

As análises de sensibilidade efetuadas pela Companhia para as variáveis de risco - taxa de juro e inflação – e o seu respetivo impacto em capital, resultados e na margem de serviços contratuais pode ser analisado da seguinte forma:

| | 2023 | | | 2022 | | | | |
|--|--------------------------------------|---------------------------------|---|--------------------|--------------------------------------|---------------------------------|---|--------------------|
| | Sinistros ocorridos a 31 de Dezembro | Impacto nos sinistros ocorridos | Impacto em resultados antes de impostos | Impacto em capital | Sinistros ocorridos a 31 de Dezembro | Impacto nos sinistros ocorridos | Impacto em resultados antes de impostos | Impacto em capital |
| Passivos de contratos de seguro | 123 806 795 | | | | 102 533 436 | | | |
| Ativos de contratos de resseguro | -54 467 073 | | | | -46 165 311 | | | |
| Passivos de contratos de seguro líquidos | 69 339 723 | | | | 56 368 125 | | | |
| Taxa de juro - 100 p.b. | | | | | | | | |
| Passivos de contratos de seguro | | 906 340 | -906 340 | -675 223 | | 905 581 | -905 581 | -674 658 |
| Ativos de contratos de resseguro | | -454 924 | 454 924 | 338 918 | | -393 662 | 393 662 | 293 278 |
| Passivos de contratos de seguro líquidos | | 451 416 | -451 416 | -336 305 | | 511 919 | -511 919 | -381 380 |
| Inflação + 200 p.b. | | | | | | | | |
| Passivos de contratos de seguro | | 1 979 721 | -1 979 721 | -1 474 892 | | -2 219 167 | 2 219 167 | 1 653 279 |
| Ativos de contratos de resseguro | | -428 330 | 428 330 | 319 106 | | 203 628 | -203 628 | -151 703 |
| Passivos de contratos de seguro líquidos | | 1 551 391 | -1 551 391 | -1 155 786 | | -2 015 539 | 2 015 539 | 1 501 576 |

O desenvolvimento dos sinistros por ano de ocorrência pode ser analisado como se segue:

| Ano de pagamento | Ano de ocorrência | | | | | | Total |
|---|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | |
| 1 ano | 32 237 915 | 39 839 487 | 46 512 268 | 74 343 384 | 78 256 082 | 94 956 864 | |
| 2 ano | 33 029 847 | 41 985 541 | 60 097 098 | 64 501 610 | 83 605 223 | | |
| 3 ano | 33 467 809 | 53 387 684 | 52 790 858 | 65 245 792 | | | |
| 4 ano | 41 172 572 | 46 915 605 | 53 625 562 | | | | |
| 5 ano | 38 394 618 | 47 964 807 | | | | | |
| Sinistros acumulados e outras despesas atribuíveis pagas | 38 541 958 | | | | | | |
| Sinistros ocorridos entre 2018 e 2023 | -36 500 376 | -45 613 915 | -50 707 868 | -60 841 361 | -74 592 419 | -55 393 393 | -323 649 331 |
| Sinistros ocorridos em anos anteriores | 2 041 582 | 2 350 892 | 2 917 694 | 4 404 431 | 9 012 804 | 39 563 471 | 60 290 874 |
| Pensões | | | | | | | 8 916 178 |
| Efeito do desconto | | | | | | | 86 837 167 |
| Efeito do ajustamento de risco | | | | | | | -37 079 533 |
| Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados | | | | | | | 4 842 109 |
| | | | | | | | 123 806 795 |

Risco de concentração

As concentrações de risco decorrentes de contratos no âmbito da IFRS 17 apuradas pela Companhia foram as seguintes:

| Capitais seguros de Fenómenos Sísmicos por zona Cresta | 2023 | | | | 2022 | | | |
|--|----------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| | Brutos de resseguro | | Líquidos de resseguro | | Brutos de resseguro | | Líquidos de resseguro | |
| 1 | 1 291 977 687 | 24% | 173 684 073 | 26% | 1 403 356 744 | 28% | 163 528 064 | 26% |
| 2 | 971 931 798 | 18% | 126 180 522 | 19% | 885 153 606 | 18% | 120 277 025 | 19% |
| 3 | 919 946 073 | 17% | 129 707 464 | 19% | 790 086 257 | 16% | 116 719 789 | 18% |
| 4 | 395 707 376 | 7% | 56 184 944 | 8% | 445 745 707 | 9% | 51 891 900 | 8% |
| 5 | 1 795 534 706 | 33% | 186 599 121 | 28% | 1 358 686 524 | 27% | 179 778 025 | 28% |
| 6 | 1 589 870 | 0% | 476 961 | 0% | 1 655 690 | 0% | 496 707 | 0% |
| 7 | 64 077 610 | 1% | 700 220 | 0% | 64 138 559 | 1% | 748 099 | 0% |
| Total | 5 440 765 120 | 100% | 673 533 306 | 100% | 4 948 823 087 | 100% | 633 439 610 | 100% |

Risco de crédito

A Companhia no âmbito do risco de crédito decorrente de contratos de resseguro cedido no âmbito da IFRS 17 considera que a sua exposição máxima ao risco de crédito no final do período de relato é o seguinte:

| Exposição máxima do risco de crédito | 2023 | | | | | 2022 | | | | |
|--------------------------------------|------------|------------|-----------|------------|-------------|------------|------------|-----------|------------|------------|
| | A | AA | BBB | Sem rating | Total | A | AA | BBB | Sem rating | Total |
| | 85 425 951 | 24 577 169 | 2 531 540 | 81 022 | 112 615 682 | 71 687 410 | 21 261 714 | 2 629 337 | 105 614 | 95 684 075 |

Risco de liquidez

A análise das maturidades efetuada pela Companhia para os contratos de seguro e de resseguro cedido foi a seguinte:

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6-10 | >10 | Total |
|----------------------------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|--------------------|
| Ativos de contratos de resseguro | -19 576 072 | -4 636 455 | -2 437 980 | -1 828 051 | -1 128 078 | -5 826 257 | -16 550 133 | -51 983 026 |
| Passivos de contratos de seguro | 57 773 901 | 12 493 225 | 6 481 664 | 4 875 027 | 3 321 697 | 10 266 019 | 23 753 153 | 118 964 687 |

22 OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe desta rubrica refere-se aos seguintes saldos:

U: Euro

| | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| Contas a receber por operações do seguro directo: | | |
| Mediadores: | | |
| - Contas correntes | 3 666 296 | 1 709 036 |
| - Comissões a receber | 136 399 | 49 333 |
| | 3 802 695 | 1 758 369 |
| Cosseguradores: | | |
| - Contas correntes | 171 540 | 14 186 |
| - Outros saldos | 217 | 273 |
| | 171 757 | 14 458 |
| Outros: | | |
| - Outros saldos | 6 595 | 27 103 |
| | 6 595 | 27 103 |
| Imparidade de crédito | -82 249 | -90 612 |
| | -82 249 | -90 612 |
| | 3 898 798 | 1 709 319 |
| Contas a receber por operações do resseguro cedido: | | |
| Contas correntes | 3 225 282 | 3 976 754 |
| Imparidade de crédito | 0 | 0 |
| | 3 225 282 | 3 976 754 |
| Contas a receber por outras operações: | | |
| Pessoal | 15 418 | 12 016 |
| Fundo de Acidentes de Trabalho | 23 491 | 7 170 |
| Outros devedores diversos | 2 560 216 | 800 323 |
| Imparidade de crédito | 0 | 0 |
| | 2 599 125 | 819 510 |
| Total | 9 723 206 | 6 505 582 |

Os movimentos registados na imparidade de Contas a receber por operações de seguro referem-se ao ajustamento efetuado nos créditos de cobrança duvidosa nas contas correntes de mediadores e estão contabilizados na rubrica de outros rendimentos e gastos da Demonstração de Resultados.

U: Euro

| Rubricas | Saldo inicial | Aumento | Redução | Saldo Final |
|--|---------------|----------|--------------|---------------|
| <u>Ajustam. de Créditos de CoBR Duvidosa</u> | | | | |
| Mediadores de Seguros | 90 612 | 0 | 8 364 | 82 249 |
| Outros Devedores | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sub-total | 90 612 | 0 | 8 364 | 82 249 |
| Total | 90 612 | 0 | 8 364 | 82 249 |

23 ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de Acréscimos e diferimentos ativos e passivos apresentavam esta composição:

U: Euro

| | 2023 | 2022 |
|----------------------------|------------------|----------------|
| Gastos Diferidos: | | |
| Seguros | 116 908 | 82 784 |
| Rendas e alugueres | 35 048 | 53 047 |
| Serviços de informática | 223 458 | 169 825 |
| Outros gastos | 777 878 | 154 084 |
| Total | 1 153 292 | 459 741 |
| Acréscimos de Rendimentos: | | |
| Rendas e Alugueres | 0 | 255 921 |
| Outros | 0 | 30 750 |
| Total | 0 | 286 671 |
| Total de balanço | 1 153 292 | 746 412 |

| | U: Euro | |
|--|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 |
| Acréscimos de gastos: | | |
| Juros a liquidar | 0 | 0 |
| Remunerações a liquidar ao pessoal (férias e subsídio) | 809 103 | 706 080 |
| Encargos sobre remunerações a liquidar | 196 339 | 173 800 |
| Bónus a liquidar ao pessoal | 0 | 0 |
| Comissões a pagar | 633 338 | 720 426 |
| Outros acréscimos | 125 591 | 99 883 |
| Total | 1 764 370 | 1 700 189 |
| Rendimentos Diferidos: | | |
| Rendas e Alugueres | 90 444 | 50 139 |
| Total | 90 444 | 50 139 |
| Total de balanço | 1 854 814 | 1 750 328 |

24 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de Outros passivos financeiros é conforme segue:

| | U: Euro | |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2022 |
| Depósitos recebidos de Resseguradores | | |
| Prémios | 0 | 0 |
| Sinistros | 1 673 148 | 1 362 595 |
| | 1 673 148 | 1 362 595 |
| Locação Operacional (IFRS 16) | | |
| Equipamento Transporte | 441 553 | 191 900 |
| Edifícios Arrendados | 344 565 | 866 801 |
| | 786 118 | 1 058 701 |
| Total de balanço | 2 459 266 | 2 421 295 |

Movimentos ocorridos na rubrica de passivos de locação em 2023 e 2022:

| | 2023 | | | | | |
|--------------|-------------------------------|---------------------|----------------|------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | U: Euro | | | | | |
| Natureza | Passivo Financeiro 31-12-2022 | Novas Locações 2023 | Fim Contrato | Juros Suportados | Amortização Passivo Financeiro | Passivo Financeiro 31-12-2023 |
| Imóveis | 866 801 | 103 212 | 230 171 | 7 665 | 395 277 | 344 565 |
| Viaturas | 191 900 | 372 867 | 0 | 10 213 | 123 214 | 441 553 |
| Total | 1 058 701 | 476 080 | 230 171 | 17 878 | 518 491 | 786 118 |

2022
U: Euro

| Natureza | Passivo Financeiro 31-12-2021 | Novas Locações 2022 | Fim Contrato | Juros suportados | Amortização Passivo Financeiro | Passivo Financeiro 31-12-2022 |
|--------------|-------------------------------|---------------------|--------------|------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Imóveis | 1 216 521 | 21 270 | 0 | 10 610 | 370 990 | 866 801 |
| Viaturas | 161 662 | 139 724 | 0 | 6 745 | 109 487 | 191 900 |
| Total | 1 378 183 | 160 995 | 0 | 17 355 | 480 477 | 1 058 701 |

25 OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe desta rubrica refere-se aos seguintes saldos:

U: Euro

| | 2023 | 2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Contas a pagar por operações do seguro directo: | | |
| Mediadores: | | |
| - Contas correntes | 1 212 743 | 812 855 |
| - Comissões a pagar | 1 015 723 | 127 431 |
| | 2 228 466 | 940 287 |
| Cosseguradores: | | |
| - Contas correntes | 111 758 | 52 836 |
| - Outros saldos | 34 | 91 |
| | 111 793 | 52 927 |
| Tomadores de seguro: | | |
| - Prémios recebidos antecipadamente | 7 191 912 | 5 145 522 |
| | 7 191 912 | 5 145 522 |
| Outros | 6 595 | 27 103 |
| | 9 538 765 | 6 165 840 |
| Contas a pagar por operações do resseguro cedido: | | |
| Contas correntes | 5 807 667 | 5 026 285 |
| Contas a pagar por outras operações: | | |
| Pessoal | 2 018 | 267 |
| Fornecedores | 596 237 | 500 543 |
| Outros credores diversos | 114 564 | 423 024 |
| | 712 819 | 923 833 |
| Balanco | 16 059 251 | 12 115 958 |

26 CAPITAL

O capital social subscrito e realizado da Caravela era, em 31 de dezembro de 2023, de 44.388.315 euros, estando representado por 79.056.677 ações nominativas sem valor nominal, encontrando-se disperso por diversos acionistas, pessoas singulares e coletivas.

A composição do capital social subscrito era, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a seguinte:

U: Euro

| Acionistas | Beneficiário Último | Nº. de ações 2023 | % do capital social 2023 | Nº. de ações 2022 | % do capital social 2022 |
|--|--|-------------------|--------------------------|-------------------|--------------------------|
| MONSEUL UNIPessoal, LDA | Francisco Miguel Cubelo Faria Vasconcelos Machado | 2 156 279 | 2,73% | 2 156 279 | 2,73% |
| ANCORAS DE JUPITER UNIPessoal LDA | Luís Filipe Sampaio Cervantes | 3 288 760 | 4,16% | 3 288 760 | 4,16% |
| SUSTENTÁVELEXITO UNIPessoal, LDA | Fernando José Lopes Araújo | 2 156 279 | 2,73% | 2 156 279 | 2,73% |
| INTERNATIONAL TRADE WINDS HOLDING, LTD | Mário Nuno dos Santos Ferreira | 5 533 967 | 7,00% | 5 533 967 | 7,00% |
| VIOLAS SGPS, SA | Manuel Soares de Oliveira Violas Rita Celeste Soares Violas e Sá | 5 533 967 | 7,00% | 5 533 967 | 7,00% |
| NELSON QUINTAS PATRIMÓNIO, LDA | Jorge Nelson Ferreira de Aguiar Quintas António Jorge Pereira Martins | 5 533 967 | 7,00% | 5 533 967 | 7,00% |
| TLCI 2 - SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TELECOMUNICAÇÕES | João Pedro de Freitas Pereira Martins Guilherme Pereira Martins | 1 233 286 | 1,56% | 1 233 286 | 1,56% |
| IBG - HOLDING, LTD | Isabel Maria Araújo Rodrigues de Sá António Miguel Gouveia de Brito Pinheiro Pereira | 3 288 760 | 4,16% | 3 288 760 | 4,16% |
| GOL HEALTH, LDA | Carlos Manuel Ribeiro de Sousa Carlos Alberto Fernandes Barbosa João Manuel Varandas Fernandes | 1 233 285 | 1,56% | 1 233 285 | 1,56% |
| DAXA PARTICIPAÇÕES, SGPS, UNIPessoal, LDA | António Ferreira da Silva | 2 055 475 | 2,60% | 2 055 475 | 2,60% |
| Manuel Salgueiro Rodrigues | Manuel Salgueiro Rodrigues | 822 190 | 1,04% | 822 190 | 1,04% |
| IMPACTO MAGNÉTICO UNIPessoal, LDA | Inácio da Silva Sousa | 1 233 257 | 1,56% | 1 233 257 | 1,56% |
| BLUE WAVE, SA | António Manuel Nestor Ribeiro | 1 541 606 | 1,95% | 1 541 606 | 1,95% |
| FEMACOSA, UNIPessoal, LDA | Fernando Manuel Fernandes da Costa Santos | 1 541 606 | 1,95% | 1 541 606 | 1,95% |
| DIVAD, LDA | Maria Filomena de Brito Vargas Lopes David Mário Henrique de Almeida Santos David | 411 095 | 0,52% | 411 095 | 0,52% |
| Gilberto Almeida Romeiro | Gilberto Almeida Romeiro | 770 803 | 0,98% | 770 803 | 0,98% |
| GOBGEST, LDA | Jorge Filipe Araújo Pontes | 411 095 | 0,52% | 411 095 | 0,52% |
| José António Carvalho Pereira | José António Carvalho Pereira | 308 321 | 0,39% | 308 321 | 0,39% |
| TCO INVESTIMENTOS - SGPS LDA | Carlos Alberto da Cunha Oliveira | 205 547 | 0,26% | 205 547 | 0,26% |
| Francisco José Pereira Gonçalves | Francisco José Pereira Gonçalves | 411 095 | 0,52% | 411 095 | 0,52% |
| Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró | Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró | 205 547 | 0,26% | 205 547 | 0,26% |
| TPIF Douro Bidco S.A.R.L. | Martin Brian Hughes | 37 947 205 | 48,00% | 37 947 205 | 48,00% |
| IMOMINIUS - Soc. Imobiliária, S.A. | José Manuel Capa Pereira | 1 233 285 | 1,56% | 1 233 285 | 1,56% |
| Total | | 79 056 677 | 100% | 79 056 677 | 100% |

No quadro seguinte pode-se analisar a composição do capital próprio da Caravela no final dos exercícios em análise - 2023 e 2022:

U: Euro

| Capital Próprio | 2023 | 2022 |
|---|-------------------|-------------------|
| Capital Social | 44 388 315 | 44 388 315 |
| Reservas de Reavaliação | 888 425 | -6 555 268 |
| Reserva por impostos diferidos | -685 662 | 930 098 |
| Reserva por comp. financeira contratos seguro e resseguro | 1 678 368 | 2 421 499 |
| Outras Reservas | | |
| Reserva Legal | 3 161 974 | 2 757 085 |
| Reservas Livres | 14 766 599 | 11 122 598 |
| Resultados Transitados | -3 843 992 | -2 624 024 |
| Resultado do Exercício | 7 013 007 | 2 828 921 |
| | 67 367 034 | 55 269 224 |

27 RESERVAS

No quadro seguinte pode analisar a composição das reservas a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

U: Euro

| Reservas | 31-12-2023 | 31-12-2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Reservas de Reavaliação | 888 425 | -6 555 268 |
| Reserva por impostos diferidos | -685 662 | 930 098 |
| Reserva por componente financeira contratos seguro e resseguro | 1 678 368 | 2 421 499 |
| Outras Reservas | | |
| Reserva Legal | 3 161 974 | 2 757 085 |
| Reservas Livres | 14 766 599 | 11 122 598 |
| | 19 809 703 | 10 676 012 |

Reserva legal

De acordo com o artigo 62º da Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, uma percentagem não inferior a dez por cento dos lucros líquidos anuais é transferida para esta conta até à concorrência do capital social. Deve ser utilizada unicamente para aumento do capital social ou na cobertura de prejuízos, não podendo ser distribuída.

O saldo desta rubrica registou um aumento de 404.889 euros no exercício, correspondente à percentagem de 10% do lucro líquido do exercício anterior, que transitou para Reserva Legal.

Reservas livres

São reservas que resultam da parte excedente de resultados positivos não necessária para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados.

O seu saldo registou um aumento de 3.644.000 euros no exercício, correspondente ao remanescente de valor após a dotação da Reserva Legal.

Reserva por componente financeira de contratos de seguro / resseguro

Esta reserva decorre da opção tomada relativamente ao reconhecimento dos rendimentos e gastos financeiros de seguros, de acordo com a qual a Companhia desagrega os rendimentos ou gastos financeiros de seguros do período, incluindo nos resultados do exercício uma quantia determinada por uma imputação sistemática definida, do total de rendimentos ou gastos financeiros previstos ao longo da duração de um grupo de contratos. Esta reserva é constituída pelo registo inicial do seguro e regularizada por contrapartida de resultados, pela passagem do tempo.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação/justo valor destina-se a registar os ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, líquida da imparidade reconhecida no exercício e/ou em exercícios anteriores. Os valores registados nesta reserva não são passíveis de reciclagem por resultados, sendo transferidos para resultados transitados na data da alienação ou extinção dos ativos financeiros associados.

A composição da reserva de reavaliação no final dos exercícios de 2023 e 2022 pode ver-se nas Demonstrações de Variação de Capital Próprio.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos diretamente em resultados quando relacionam as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos ativos e passivos e as respetivas bases fiscais, exceto se estão relacionados com rubricas de capitais próprios, caso em que são reconhecidos diretamente em capitais próprios.

Os registos subsequentes destes impostos diferidos seguem o mesmo tratamento contabilístico da Reserva a que dizem respeito.

28 PARTES RELACIONADAS

São partes relacionadas da Companhia as pessoas ou as entidades que:

- (i) Tiverem o controlo ou controlo conjunto da Companhia;
- (ii) Tiverem uma influência significativa sobre a Companhia;

(iii) Forem membros do Conselho de Administração;

(iv) Forem uma entidade controlada ou conjuntamente controlada por uma pessoa ou entidade, identificada na alínea (i) acima; e

(v) Fornecerem serviços a pessoal-chave da Companhia ou à sua empresa-mãe.

As transações entre partes relacionadas são realizadas com racionalidade e fundamento económicos e são efetuadas a valores de mercado.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são divulgadas no Relatório do Governo Societário.

Em 2023, a Caravela colocou à disposição da Your Insurance (detida a 100% pela Grupo YOUR) o montante de 19.365 Euros, referentes a comissões de contratos de seguro, no âmbito do contrato de exclusividade de mediação estabelecido entre as partes, dos quais 1.969 Euros se encontram na rubrica de contas a pagar por operações de seguro direto.

Em 27 de dezembro de 2023, no âmbito do contrato de exclusividade de mediação de seguros, assinado em 2022 com a Your Insurance, foram apuradas as despesas de instalação e desenvolvimento do projeto de *cross selling* associadas ao referido contrato de exclusividade, cujo montante global foi de 401.631 Euros e cujo retorno se verificará nos anos de 2024 a 2026.

29 JUSTO VALOR

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

| | 2023 | | | |
|--|-----------------------|----------------------------|----------------------|--------------------|
| | U:Euro | | | |
| Instrumento financeiro | Mensurado Justo valor | Mensurado Custo amortizado | Valor contabilístico | Justo Valor |
| Ativo | | | | |
| Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 0 | 7 832 483 | 7 832 483 | 7 832 483 |
| Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | 14 800 481 | 0 | 14 800 481 | 14 800 481 |
| Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas | | | | |
| Instrumentos de capital | 10 323 597 | 0 | 10 323 597 | 10 323 597 |
| Instrumentos de dívida | 86 247 669 | 0 | 86 247 669 | 86 247 669 |
| Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado | 0 | 7 338 866 | 7 338 866 | 7 338 866 |
| Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 0 | 9 723 206 | 9 723 206 | 9 723 206 |
| | 111 371 748 | 24 895 355 | 136 267 102 | 136 267 102 |

| Passivos | | | | |
|---|----------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Outros passivos financeiros | 0 | 2 459 266 | 2 459 266 | 2 459 266 |
| Outros credores por operações de seguros e outras operações | 0 | 16 059 251 | 16 059 251 | 16 059 251 |
| | 0 | 18 518 517 | 18 518 517 | 18 518 517 |

2022
U: Euro

| Instrumento financeiro | Mensurado Justo valor | Mensurado Custo amortizado | Valor contabilístico | Justo Valor |
|--|----------------------------------|---|---------------------------------|--------------------|
| Ativo | | | | |
| Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 0 | 8 771 762 | 8 771 762 | 8 771 762 |
| Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | 34 506 428 | 0 | 34 506 428 | 34 506 428 |
| Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas | | | | |
| Instrumentos de capital | 6 159 496 | 0 | 6 159 496 | 6 159 496 |
| Instrumentos de dívida | 54 573 231 | 0 | 54 573 231 | 54 573 231 |
| Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado | 0 | 3 278 258 | 3 278 258 | 3 278 258 |
| Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 0 | 6 505 582 | 6 505 582 | 6 505 582 |
| | 95 239 155 | 18 555 603 | 113 794 757 | 113 794 757 |
| Passivos | | | | |
| Outros passivos financeiros | 0 | 2 421 295 | 2 421 295 | 2 421 295 |
| Outros credores por operações de seguros e outras operações | 0 | 12 115 958 | 12 115 958 | 12 115 958 |
| | 0 | 14 537 253 | 14 537 253 | 14 537 253 |

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Para os depósitos à ordem e os depósitos a prazo a taxa variável foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço;
- Para os empréstimos concedidos, os depósitos a prazo a taxa fixa e outras contas a receber, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração a taxa de juro de mercado aplicável tendo em conta o risco da contraparte, o montante e o prazo.
- Para os empréstimos obtidos, foram consideradas as taxas de juro de mercado contratadas para operações de montante e prazo semelhante.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentava o seguinte detalhe por técnica de avaliação:

2023
U: Euro

| Instrumento financeiro | Cotação em mercado ativo | | Outras técnicas de valorização | |
|--|--------------------------|-------------------|--------------------------------|--------------------|
| | (Nível 1) | (Nível 2) | (Nível 3) | Total |
| Ativo | | | | |
| Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | | 14 800 481 | | 14 800 481 |
| Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas | | | | |
| Instrumentos de capital | | | 10 323 597 | 10 323 597 |
| Instrumentos de dívida | 86 247 669 | | | 86 247 669 |
| | 86 247 669 | 14 800 481 | 10 323 597 | 111 371 747 |

2022
U: Euro

| Instrumento financeiro | Cotação em mercado ativo | | Outras técnicas de valorização | |
|--|--------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|
| | (Nível 1) | (Nível 2) | (Nível 3) | Total |
| Ativo | | | | |
| Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | | 34 506 428 | | 34 506 428 |
| Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas | | | | |
| Instrumentos de capital | | | 6 159 496 | 6 159 496 |
| Instrumentos de dívida | 54 573 231 | | | 54 573 231 |
| | 54 573 231 | 34 506 428 | 6 159 496 | 95 239 155 |

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia compreende três níveis:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública e alguma dívida privada.

Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para os quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com inputs que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de reservas mensurados com *bids* indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros.

Nível 3 – A Companhia classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais a Companhia utiliza extrapolações de dados de mercado.

Nos exercícios de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

U: Euros

| | Ativos financeiros ao justo valor (Nível 3) | | Total |
|----------------------------------|---|---------------------|-------------------|
| | através de ganhos e perdas | através de reservas | |
| Em 1 de janeiro de 2022 | 0 | 493 867 | 493 867 |
| Aquisições | 0 | 5 712 276 | 5 712 276 |
| Alienações | 0 | 0 | 0 |
| Reembolsos | 0 | 0 | 0 |
| Reclassificações | 0 | -46 648 | -46 648 |
| Variações de justo valor | 0 | 0 | 0 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 0 | 6 159 496 | 6 159 496 |
| Aquisições | 0 | 0 | 0 |
| Alienações | 0 | 0 | 0 |
| Reembolsos | 0 | 0 | 0 |
| Reclassificações | 0 | 165 508 | 165 508 |
| Variações de justo valor | 0 | 3 998 593 | 3 998 593 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 0 | 10 323 597 | 10 323 597 |

30 GESTÃO DE RISCOS

30.1 Riscos Financeiros

a) Risco de Mercado

O risco de mercado consiste no risco de perda ou de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações dos preços de mercado dos instrumentos financeiros. Neste risco incluem-se o risco cambial, o risco do preço das ações e o risco de taxa de juro.

b) Risco do preço das ações

A política de investimentos define os princípios orientadores para a gestão prudente dos investimentos bem como as atividades de controlo e reporte dos mesmos.

Para assegurar uma adequada gestão do risco foram definidos limites de exposição da carteira com base em 6 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Tipo de emitente (forma jurídica);
- Nível de *rating*;
- Sector de atividade;

- Zona geográfica;
- Concentração por grupo emitente.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face a obrigações assumidas perante tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para efeitos de mitigação deste risco, salienta-se que a Companhia dispõe de um plano mensal de tesouraria, revisto semanalmente e analisado diariamente.

O plano de tesouraria visa ainda a aplicação financeira dos excedentes de capital, nomeadamente em depósitos de curto e médio prazo, com a salvaguarda de mobilização antecipada.

Sempre que existam fortes fluxos de saída, a Direção Financeira, em articulação com a gestão de investimentos, prevê a necessidade de liquidez.

d) Risco de crédito

O Risco de crédito consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração dos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de *spread*.

A Companhia dispõe de procedimentos de controlo para a mitigação deste risco relativo a clientes e agentes, nomeadamente, a monitorização sistemática da evolução dos montantes e da antiguidade dos recibos por cobrar.

No que se refere aos resseguradores, estes são criteriosamente selecionados, não só em função da sua solidez económica e financeira, como também da sua capacidade técnica. É efetuada periodicamente uma análise à evolução dos *ratings* dos resseguradores.

A exposição máxima ao risco de crédito por rating para os Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas – instrumentos de dívida, é conforme segue:

U: Euros

| Obrigações por notação de rating | 2023 | % | 2022 | % |
|----------------------------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| AAA | 3 064 159 | 4% | 2 331 471 | 2% |
| AA + | 2 948 369 | 3% | 1 295 343 | 2% |
| AA | 3 087 898 | 4% | 4 095 857 | 8% |
| AA - | 13 540 920 | 16% | 9 423 748 | 15% |
| A + | 6 987 863 | 8% | 7 452 109 | 11% |
| A | 7 894 986 | 9% | 5 290 053 | 10% |
| A - | 38 387 342 | 45% | 11 456 770 | 20% |
| BBB + | 7 042 773 | 8% | 7 960 326 | 14% |
| BBB | 2 137 898 | 2% | 3 400 873 | 15% |
| BB | 0 | 0% | 0 | 0% |
| BB + | 0 | 0% | 0 | 0% |
| BBB - | 1 155 451 | 1% | 1 866 671 | 4% |
| BB - | 0 | 0% | 0 | 0% |
| B + | 0 | 0% | 0 | 0% |
| CC | 0 | 0% | 0 | 0% |
| CCC | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Não Cotados | 10 | 0% | 10 | 0% |
| Total | 86 247 669 | 100% | 54 573 231 | 100% |

Para as operações de caixa e equivalentes de caixa e o nível de exposição ao risco encontra-se conforme abaixo:

U: Euros

| Rating | Descrição | Valor em 2023 |
|--------------|---------------------------------|------------------|
| BBB | DO - Millennium | 773 157 |
| BBB | DO - CGD | 1 530 420 |
| BB | DO - NB | 52 774 |
| CCC or lower | DO - BPG | 17 828 |
| BBB | DO - SANTANDER | 21 720 |
| A | DO - BBVA | 5 138 493 |
| A | DO - CACEIS | 37 641 |
| BBB | DO - ABANCA | 134 |
| CCC or lower | DO - BANCO J.L. CARREGOSA, S.A. | 18 573 |
| BBB | DO - BANCO BPI, S.A. | 13 563 |
| BBB | DO - BANKINTER | 227 381 |
| Total | | 7 831 684 |

30.2 Risco de Solvabilidade

a) Risco operacional

O Risco operacional corresponde ao risco de perdas significativas resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos.

No ponto seguinte que visa o sistema de controlo interno enquadram-se os riscos operacionais com grau de granularidade superior.

A gestão do risco operacional visa identificar e conhecer os riscos que a Companhia enfrenta e monitorizar os mesmos, de acordo com as tolerâncias definidas.

A abordagem metodológica utilizada segue as 3 etapas seguintes:

⇒ Identificação e classificação de riscos

A identificação dos riscos é realizada através da realização de entrevistas com os responsáveis das principais áreas da Companhia.

Nestas entrevistas serão identificados os principais riscos *top-down* da área e categorizados de acordo com as orientações emitidas pela ASF.

Para além da categoria e subcategoria de risco, a Companhia define o risco a que se encontra exposta, bem como as causas e consequências.

⇒ Avaliação dos controlos e da sua efetividade

Esta avaliação reveste-se de grande importância para a correta identificação do risco inerente e do risco residual de cada um dos respetivos riscos, sendo este fundamental para a definição das ações de mitigação/controlos adicionais a realizar.

Para calcular o impacto e a probabilidade (inerente e residual), é necessário recorrer a um conjunto de métodos como: dados de perdas internos; dados de perdas externos; experiência e intuição dos *risk owners*.

⇒ Identificação dos KRI⁵ e planos de ação

O KRI encontra-se relacionado com um risco específico e serve de alerta para a eventual alteração da probabilidade e impacto do evento de risco ocorrer.

Identificados e classificados os principais riscos *top-down* da Companhia, são identificados quais os riscos que serão sujeitos a testes de stress no âmbito do processo de autoavaliação prospetiva dos riscos.

Estes devem refletir os riscos de alto impacto e média/baixa probabilidade para que seja possível utilizar variáveis de orçamento para testar o seu impacto.

⁵ Key Risk Indicator

b) Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno compreende um conjunto de meios, de comportamentos, de procedimentos e ações adaptado às suas características próprias e destina-se a fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia.

Os principais efeitos esperados de um sistema de controlo interno e de gestão de riscos operacionais eficaz são:

- ⇒ Identificar os eventos potenciais suscetíveis de afetar a realização dos objetivos da Companhia, assegurar o tratamento em caso de ocorrência do risco e prever as ações a serem tomadas;
- ⇒ Definir um sistema de controlo proporcional aos riscos que a organização está disposta a aceitar para aumentar o seu valor;
- ⇒ Permitir à gestão a tomada de decisão de forma elucidada.

A Companhia segue a definição e as matrizes de COSO Report⁶.

A Caravela entende o termo “controlo interno” como um meio de:

- ⇒ Controlar os seus processos;
- ⇒ Otimizar as suas atividades;
- ⇒ Reforçar a sua competitividade.

O controlo interno é uma obrigação de todos: qualquer pessoa que exerça uma atividade na organização deve gerir os seus riscos e os seus controlos no domínio da sua atividade.

Partindo deste princípio são formalizados os riscos identificados para cada atividade da Companhia (Macro processos) através de um mapeamento de riscos.

- ⇒ Cada compilação inclui as atividades da Companhia em processos e subprocessos;
- ⇒ Para cada subprocesso são identificados os eventos de risco;
- ⇒ Para cada evento de risco é associado um objetivo de controlo;
- ⇒ Para cada objetivo de controlo, um ou mais exemplos de atividades de controlo são descritos a fim de esclarecer a compreensão do objetivo de controlo, se necessário.

Para cada objetivo de controlo, os operacionais devem:

- ⇒ Descrever o controlo implementado, para fornecer uma garantia razoável relativamente à ocorrência (frequência) e à gravidade (custo) do evento de risco identificado;
- ⇒ E autoavaliar a eficácia do controlo através de um questionário.

⁶ *Committee Of Sponsoring Organisation of the Treatway Commission*

A autoavaliação do sistema de controlo interno desenrola-se em várias fases:

- ⇒ Campanha de autoavaliação;
- ⇒ Descrição das atividades de controlo;
- ⇒ Autoavaliação das atividades de controlo;
- ⇒ Planos de ação, se necessário;
- ⇒ Testes independentes;
- ⇒ Teste de eficácia dos controlos (conceção e operacional);
- ⇒ Recomendação, se necessária.

c) Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco, face a 2022, manteve-se inalterada. O requisito de capital é o seguinte:

U: Euro

| Cenários | Requisito de capital | |
|--|----------------------|-----------|
| | 2023 | 2022 |
| Choque de +/- 25% às exposições de moeda estrangeira | 1 256 254 | 1 256 254 |

d) Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações encontrando-se expostos a este risco os títulos representativos de capital, nomeadamente, fundos de investimentos total ou parcialmente compostos por estes títulos. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

U: Euro

| Cenários | Requisito de capital | |
|-------------------------|----------------------|-----------|
| | 2023 | 2022 |
| Choque em ações Tipo I | 0 | 0 |
| Choque em ações Tipo II | 8 682 818 | 5 955 812 |

e) Risco de imobiliário

O risco Imobiliário é originado pela volatilidade dos preços de mercado imobiliário. Em 2023, este risco, teve uma variação relevante, quanto ao requisito de capital, uma vez que os ativos em exposição sofreram alteração, pelo que o requisito de capital é descrito como segue:

U: Euro

| Cenários | Requisito de capital | |
|--|----------------------|-----------|
| | 2023 | 2022 |
| Choque de 25% no valor dos imóveis e fundos imobiliários | 6 058 552 | 4 917 728 |

f) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Estão expostos ao risco de taxa de juro, os ativos - obrigações e Depósitos a prazo e os passivos – provisões técnicas, principalmente a provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

O requisito de capital é descrito no quadro seguinte:

| Ativos | U: Euro | |
|--|-------------------|------------|
| | Efeito nos ativos | |
| | 2023 | 2022 |
| Cenários | | |
| Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco | 3 652 272 | 3 146 929 |
| Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco | -4 080 252 | -3 414 168 |

| Passivos | U: Euro | |
|--|---------------------|-----------------|
| | Efeito nos passivos | |
| | 2023 | 2022 |
| Cenários | | |
| Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco | 3 336 911 | 3 178 735 |
| Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco | -3 599 861 | -3 268 539 |
| | Δ NAV Down | -315 361 31 806 |
| | Δ NAV Up | 480 392 145 629 |
| | Mktint | 480 392 145 629 |

g) Risco de spread

O risco de *spread* consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou incumprimento de um parceiro de negócio, refletindo a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são principalmente obrigações corporativas e depósitos a prazo.

Os ativos com exposição direta ao risco de *spread* têm o seguinte perfil:

| Rating | (milhares de euros) | | | | | |
|--------------|---------------------|------------|----------------------|----------------|------------|----------------------|
| | 2023 | | | 2022 | | |
| | % de exposição | Duração | Requisito de capital | % de exposição | Duração | Requisito de capital |
| AAA | 4% | 3,2 | 88 438 | 5% | 4,3 | 89 057 |
| AA | 17% | 2,7 | 364 766 | 20% | 3,8 | 378 563 |
| A | 64% | 2,8 | 1 864 129 | 46% | 3,6 | 1 064 265 |
| BBB | 15% | 2,7 | 733 109 | 28% | 2,5 | 875 480 |
| BB | 0% | 0,0 | 0 | 0% | 0,0 | 0 |
| B | 0% | 0,0 | 0 | 0% | 0,0 | 0 |
| CCC or lower | 0% | 0,0 | 0 | 0% | 0,0 | 0 |
| Unrated | 1% | 10,0 | 70 724 | 1% | 10,0 | 70 651 |
| Total | 100% | 2,9 | 3 121 166 | 100% | 3,5 | 2 478 015 |

h) Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas. A distribuição da carteira por sector de atividade é analisada como segue:

U: Euro

| Sector de Atividade | 2023 | | | 2022 | | |
|-----------------------|-------------|--------------------|------------|-------------|--------------------|------------|
| | % | Exposição | Imparidade | % | Exposição | Imparidade |
| Comunicações | 1% | 1 057 392 | 0 | 2% | 1 813 493 | 0 |
| Consumo - Cíclico | 13% | 14 392 985 | 0 | 10% | 9 992 138 | 0 |
| Consumo - Não Cíclico | 8% | 9 418 545 | 0 | 6% | 6 467 902 | 0 |
| Financeiro | 29% | 33 214 343 | 0 | 23% | 22 836 154 | 0 |
| Fundos | 13% | 14 800 481 | 0 | 34% | 34 506 428 | 0 |
| Governos | 16% | 18 788 310 | 0 | 9% | 9 363 857 | 0 |
| Serviços | 17% | 19 187 251 | 0 | 12% | 12 547 794 | 0 |
| Outro | 3% | 3 681 117 | 0 | 4% | 3 665 088 | 0 |
| Total | 100% | 114 540 424 | 0 | 100% | 101 192 855 | 0 |

O conjunto dos 10 maiores títulos, por grupo emitente, é composto por:

U: Euro

| Grupo Emitente | 2023 | | | |
|---|-------------|--------|--------------------|-------------|
| | Tipo Activo | Rating | Exposição | Peso |
| Divida Pública Portuguesa | OBG | A | 8 998 684 | 7,4% |
| Banco Bankinter | CPZ | A | 3 033 798 | 2,5% |
| Banco Bilbao & Vizcaya Argentaria Sa | CPZ | A | 3 028 292 | 2,5% |
| Divida Pública Espanhola | OBG | A | 2 535 826 | 2,1% |
| Region Of Ile De France | OBG | AA | 2 339 826 | 1,9% |
| Thales, Sa | OBG | A | 2 278 432 | 1,9% |
| Ico - Instituto De Crédito Oficial | OBG | A | 2 041 499 | 1,7% |
| Banque Federative Du Credit Mutuel | OBG | A | 2 039 776 | 1,7% |
| Divida Pública Belga | OBG | AA | 1 867 643 | 1,5% |
| Ibm - International Business Machines Company | OBG | A | 1 863 796 | 1,5% |
| Total | | | 30 027 572 | 25% |
| Total Carteira investimentos | | | 121 450 471 | 100% |

U: Euro

| Grupo Emitente | 2022 | | | |
|---|-------------|--------|--------------------|-------------|
| | Tipo Activo | Rating | Exposição | Peso |
| Divida Pública Espanhola | OBG | A | 2 558 640 | 2,1% |
| Banco Bankinter | CPZ | BBB | 2 005 357 | 1,6% |
| Divida Pública Belga | OBG | AA | 1 774 668 | 1,4% |
| Divida Pública Portuguesa | OBG | BBB | 1 754 370 | 1,4% |
| Credit Agricole Sa | OBG | A | 1 298 847 | 1,0% |
| Bpce Groupe | OBG | AAA | 1 109 583 | 0,9% |
| Divida Pública Irlanda | OBG | AA | 1 045 708 | 0,8% |
| Ibm - International Business Machines Company | OBG | A | 967 977 | 0,8% |
| Banque Federative Du Credit Mutuel | OBG | AA | 965 214 | 0,8% |
| Merck Financial Services Gmbh | OBG | A | 963 123 | 0,8% |
| Total | | | 14 443 487 | 12% |
| Total Carteira investimentos | | | 123 817 307 | 100% |

31 COMPROMISSOS

A Caravela detém contratos de locação operacional e de locação financeira referentes a equipamentos de transporte, que representam compromissos futuros de 591.218 Euros.

O detalhe em 31 de dezembro de 2023, por anos de vencimento dos contratos de locação operacional, é referido no quadro seguinte:

U: Euro

| Termo do Contrato | Nº de Viaturas | Valor máximo a pagar |
|-------------------|----------------|----------------------|
| 2024 | 9 | 33 404 |
| 2025 | 4 | 33 797 |
| 2026 | 7 | 111 463 |
| 2027 | 19 | 367 326 |
| Total | 39 | 545 991 |

O detalhe em 31 de dezembro de 2023 relativo a contratos de locação financeira, é referido no quadro seguinte:

U: Euro

| Termo do Contrato | Nº de Viaturas | Nº de Contrato | Valor a pagar Juros | Valor a pagar Capital |
|-------------------|----------------|----------------|---------------------|-----------------------|
| 2024 | 1 | 141337 | 949 | 16 771 |
| 2025 | 1 | 2060004900 | 1 271 | 28 456 |
| Total | | | 2 220 | 45 227 |

32 CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia tinha prestadas garantias no valor de 267.168 Euros e 598.557 Euros relacionadas, respetivamente, com concursos públicos e processos de sinistro.

33 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram acontecimentos relevantes após 31 de dezembro de 2023, que não afetando a posição financeira ou a performance da Companhia, sejam significativos para divulgação.



Relatório & Contas 2023

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Acionistas da
CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A.

1. RELATÓRIO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A., apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora realizada, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2023 e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Companhia e a evolução da sua atividade, tendo registado com muito agrado o bom desempenho da Companhia no presente exercício.

Durante o ano de 2023, o Conselho Fiscal promoveu reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões decorreram maioritariamente por vídeo conferência. Contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira e Conselho de Administração da Companhia. Mantivemos, igualmente, contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da Companhia e do Revisor Oficial de Contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno. O Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o processo de adoção da IFRS17 e a elaboração das contas pró-forma de 2022.

Acompanhou, ainda, o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas da Companhia, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração de variações do capital próprio e demais documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborados em conformidade com as normas contabilísticas e legais aplicáveis.

Procedeu, ainda, à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, dos serviços da empresa e do Revisor Oficial de Contas.

2. PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) o Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e na alínea c) do n.º 1 do art.º 245.º do Código dos Valores Imobiliários, os membros do Conselho Fiscal declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos Resultados da empresa.

Declaram ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Companhia, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 15 de abril de 2024

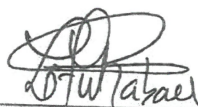
O Conselho Fiscal

Presidente:



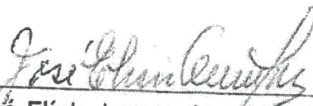
(Manuel Augusto Lopes de Lemos)

Vogal:



(José António Truta Pinto Rabaça)

Vogal:



(José Elísio Lopes da Silva Quintas)



Relatório & Contas 2023

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 234.103 milhares de euros e um total de capital próprio de 67.367 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 7.013 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

9

Primeira aplicação da IFRS 17 - Contratos de seguro e da IFRS 9 - Instrumentos financeiros em 1 de janeiro de 2023

Mensuração e divulgações relacionadas com a primeira aplicação da IFRS 17 - Contratos de seguro e da IFRS 9 - Instrumentos financeiros em 1 de janeiro de 2023, apresentadas nas notas anexas 3.2, 4 e 21 às demonstrações financeiras.

Em 1 de janeiro de 2023 a IFRS 17 entrou em vigor, substituindo a IFRS 4 - Contratos de Seguro, sendo a data efetiva de transição, 1 de janeiro de 2022.

Também a partir de 1 de janeiro de 2023, a Entidade deixou de aplicar a isenção temporária relativa à aplicação da IFRS 9, a qual substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros, alterando a classificação e discriminação dos ativos e passivos financeiros nas contas da Entidade.

A IFRS 17 modifica substancialmente os modelos de mensuração de contratos de seguro e resseguro face à IFRS 4, pelo que a sua implementação à data de transição requereu a adoção de determinados julgamentos e estimativas por parte da gestão da Entidade, como seguem:

- Seleção do método de transição para avaliação dos contratos de seguro em vigor na data de transição. A Entidade adotou a abordagem retrospectiva integral para o seu negócio de não-vida;
- Definição dos grupos de contratos de seguro para agrupar os mesmos, tendo em conta serem contratos sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto (denominados "portefólios"), a sua onerosidade e a data da sua emissão;
- Definição do método de reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, de acordo com as suas características e o seu período de cobertura. A Entidade utiliza a abordagem de alocação de prémio (PAA) para todos os contratos; e

Efetuámos uma compreensão dos processos de relato financeiro relativos à primeira aplicação das IFRS 17 e IFRS 9.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos, com a contribuição dos nossos especialistas atuariais e de sistemas informáticos, incluíram:

- A avaliação da conformidade das políticas contabilísticas adotadas com as IFRS 17 e IFRS 9;
- A análise da homogeneidade dos grupos de contratos de seguro definidas na IFRS 17, pela Entidade;
- A verificação da metodologia e dos pressupostos significativos utilizados para os cálculos efetuados pela Entidade no âmbito da IFRS 17, relativos ao valor atual dos fluxos de caixa (PVFCF) e ao ajustamento de risco não financeiro;
- A verificação do método de reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, nomeadamente, da aplicação da abordagem de alocação de prémio (PAA) quando os resultados da mesma não diferem significativamente daqueles obtidos pela aplicação do modelo geral de mensuração;
- A análise das taxas de desconto "locked-in" determinadas pela Entidade, aquando da transição para a IFRS 17; e
- A análise da classificação e apresentação dos instrumentos financeiros de acordo com os requisitos emanados da IFRS 9.

| Matérias relevantes de auditoria | Síntese da abordagem de auditoria |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Determinação das taxas de desconto "locked-in" para os contratos de seguro, com o objetivo de determinar retrospectivamente o montante acumulado de rendimentos ou gastos financeiros reconhecidos noutra resultado integral à data da transição. <p>A Entidade aplicou a IFRS 9 ao mesmo tempo que adotou a IFRS 17, tendo o período comparativo sido reexpresso.</p> <p>O impacto da adoção destas normas é significativo nas demonstrações financeiras da Entidade, razão pela qual esta constitui uma matéria relevante para a nossa auditoria.</p> | <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre a primeira aplicação da IFRS 17 - Contratos de seguro e da IFRS 9 - Instrumentos financeiros em 1 de janeiro de 2023, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.</p> |
| <p>Justo valor de instrumentos financeiros</p> <p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 3, 4, 15, 16 e 29 das demonstrações financeiras.</u></p> | |
| <p>Os instrumentos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas e de ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, no montante global de 111.372 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no ativo, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Entidade.</p> <p>No respeitante aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, a Entidade determina de acordo com a IFRS 9, o valor da perda por imparidade esperada.</p> <p>A valorização dos ativos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços. Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros</p> | <p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> A análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos; A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à valorização dos instrumentos financeiros; A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização de instrumentos financeiros; A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Entidade, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos; Para posições menos líquidas, a revisão, em base de amostragem, dos principais pressupostos considerados para a valorização adotada; e |

Matérias relevantes de auditoria

indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira.

Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor que podem revelar-se menos líquidos representam cerca de 23% do total dessa carteira (25.124 milhares de euros), incluindo fundos de capital de risco e ações, que se encontram inseridos nos níveis 2 e 3, em termos da hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13, sendo este determinado através da utilização de modelos de avaliação que incorporam julgamento profissional e o recurso a um conjunto de pressupostos ou técnicas.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pela Entidade podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos ativos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade relativas a instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas envolvem um grau de julgamento significativo por parte da gestão da Entidade sobre os resultados futuros, nomeadamente quanto i) à probabilidade de incumprimento, ii) perda esperada de incumprimento e iii) exposição ao incumprimento. A perda esperada tem em consideração a taxa de desconto, a qual incorpora as perspetivas de mercado.

Passivos de contratos de seguro – Ramos não vida (reais)

Mensuração e divulgações relacionadas com os passivos de contratos de seguro de ramos não vida apresentadas nas notas anexas 3.2, 4, 21 às demonstrações financeiras.

Os passivos de contratos de seguro dos ramos não vida ascendem a 142.881 milhares de euros em 31 de dezembro de 2023 (representando 86% do total do passivo), tendo passado a ser mensurados em conformidade com a IFRS 17 – contratos de seguro, a partir de 1 de janeiro de 2023.

Estes passivos, incluem responsabilidades por serviços passados no montante de 123.807 milhares de euros, correspondendo a estimativas de

Síntese da abordagem de auditoria

- A realização de testes para avaliar a razoabilidade das perdas por imparidade esperada.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos ativos financeiros valorizados ao justo valor constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

Efetuamos uma compreensão do processo de estimativa e registo dos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida, que incluiu uma avaliação do respetivo ambiente de controlo interno, incluindo os respetivos controlos dos sistemas de informação.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos sobre os passivos de contratos de seguro dos ramos não vida, com a contribuição de especialistas

| Matérias relevantes de auditoria | Síntese da abordagem de auditoria |
|---|--|
| <p>montantes a pagar por sinistros já incorridos mas ainda não regularizados/pagos. Tais responsabilidades por serviços passados acomodam a expectativa da Entidade relativamente a pagamentos futuros de sinistros conhecidos e desconhecidos, à data, bem como das respetivas despesas associadas à gestão dos mesmos.</p> <p>A mensuração destas responsabilidades requer um nível significativo de julgamento pelo órgão de gestão da Entidade no respeitante a pressupostos assumidos, como sejam o impacto de alterações na taxa de inflação, desenvolvimentos esperados na concretização dos sinistros e alterações regulatórias. Também há um julgamento significativo do órgão de gestão relativamente à determinação das taxas de desconto consideradas para estimar tais responsabilidades. Em particular, ramos reais com baixa frequência de sinistralidade, sinistros individuais de montantes significativos ou com períodos de regularização de sinistros longos, estão sujeitos a uma maior incerteza relativamente à determinação da respetiva responsabilidade estimada.</p> <p>Tendo em consideração a relevância material das responsabilidades por serviços passados na demonstração da posição financeira e na performance financeira da Entidade, bem como o nível de julgamento exercido pela gestão e as incertezas associadas às estimativas efetuadas, consideramos os passivos de contratos de seguros dos ramos não vida e, nomeadamente, as responsabilidades por serviços passados, como sendo uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p> | <p>atuariais e em sistemas e processos de informação, incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A avaliação da adequação das metodologias atuariais em vigor, bem como dos processos associados à determinação de pressupostos e estimativas para mensuração das responsabilidades com serviços passados de contratos de seguro de ramos não vida; • A verificação da integridade, exatidão e reconciliação dos dados utilizados nos motores de cálculo das referidas responsabilidades no final do exercício; e • O recálculo do montante das responsabilidades por serviços passados para determinados ramos de negócio, tendo em conta a respetiva relevância. No âmbito de tal teste substantivo de auditoria, comparamos os montantes por nós calculados com aqueles determinados pela Entidade. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre passivos de contratos de seguro de ramos não vida, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.</p> |

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 24 de março de 2023 para um mandato compreendido entre 2023 e 2026.

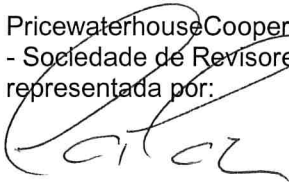
b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das

demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

15 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC n.º 1138
Registado na CMVM com o n.º 20160750